



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

# **De território Romano a Condado Medieval**

*A transição na ocupação do espaço da época  
Romana para a Medieval no Concelho de  
Arraiolos*

*Vol. I*

**Telmo Duarte Sardinha Passão**

Orientador: Prof. Doutor André Carneiro

Co-orientadora: Prof.ª Doutora Leonor Rocha

**Dissertação de Mestrado em Arqueologia**

Évora, 2015

**Universidade de Évora**

ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

# **De território Romano a Condado Medieval**

*A transição na ocupação do espaço da época Romana para  
a Medieval no Concelho de Arraiolos*

Telmo Duarte Sardinha Passão

Orientador: Prof. Doutor André Carneiro  
Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Leonor Rocha

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Évora, 2015



**De território Romano a Condado Medieval - A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos**

*“Canto dos Lugares  
Tantas vezes os lugares habitam no Homem  
e os homens tantas vezes habitam  
nos lugares que os habitam, que podia  
dizer-se que o cárcere de Sócrates,  
estando nele Sócrates, não o era,  
como diz Séneca em epístola a Hélvia.*

*Por isso cada lugar nos mostra  
uma vida clara e desmedida,  
enquanto o Tempo oscila e nos oculta  
que é curto e ambíguo  
porque nos dá a morte e a vida.*

*E os lugares somente acabam  
porque é mortal cada homem  
que houve em si algum lugar.”*

Fiama Hasse Pais Brandão, *Obra Breve*



**De território Romano a Condado Medieval - *A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos***

*À Inês, a minha pax romana no meu conflito medieval*



## De território Romano a Condado Medieval - *A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos*

### ***Agradecimentos***

Queria começar por agradecer ao meu orientador, o professor André Carneiro, pela disponibilidade, ajuda, paciência, incentivo, a forma como fez de mim um melhor investigador. Também gostava de agradecer a forma como me “obrigou” a alterar coisas, a ver as situações por outro prisma ou como me fez ver que com o meu trabalho e esforço poderia fazer algo, tal apoio seu senti desde a licenciatura, sendo que com esta tese, todo foi levado ao limite. Sei que o caminho não foi fácil, nem eu o melhor orientando, mas ambos travamos lutas e “toma” está aqui o resultado. À minha co-orientadora, as palavras de agradecimento são igualmente fortes, desde logo, começando pelo obrigado por me deixar fazer parte das prospecções do projecto *LAPA*, que foi uma das bases para todo o meu trabalho. Depois agradecer também por todos estes anos de chatice, mas ela sabe que se assim não fosse não seria o “último dos moentes”, obrigado pela disponibilidade em partilhar informação comigo, como fotografias, dados dos sítios, entre outros. Agradeço também pela ajuda que me deu ao longo do meu percurso académico.

Mais do que orientadores estes foram amigos que sempre se mostraram prontos a ajudar, dar na cabeça, rir e melhorar. Uma vez que esta tese foi sendo “cozinhada” desde a licenciatura queria também agradecer a todos os professores, colegas e funcionários da universidade, que de uma forma ou de outra colaboram ou me ajudaram. Foram 5 longos anos de altos e baixos e agradecendo a todos, gostava de particularizar o obrigado à professora Cláudia Teixeira, professor Fernando Branco e à Carmo Ferreira.

Também queria agradecer à Câmara Municipal de Arraiolos, Biblioteca Municipal de Arraiolos e Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos por toda a ajuda no fornecimento de informação, facilidade de aceder a dados, disponibilidade, bem como também o meu obrigado pelo estágio que permitiu desenvolver esta tese, entre outros. Assim, agradeço à Doutora Sílvia Pinto, Doutora Carolina Páscoa, Doutora Carla Cândido, Doutora Carla Barroseiro, Doutor Rui Lobo. Agradeço também ao Vítor Hugo pela ajuda em questões mais “técnicas”, ao Zica por a cedência de fotografias e ao Zé Macau as explicações sobre SIG.

Agradeço a particulares que dispuseram de tempo para me ajudar em pequenas prospecções e na partilha de informação comigo, nomeadamente, a José Adriano Valente, Eduardo Carrasqueira, João Ramos, José Sebastião dos Santos. A José Manuel Pinto obrigado pela ajuda, disponibilidade e força para investigar o Templo de Romano de Santana do Campo, bem como também agradeço toda a partilha de informação do Doutor Francisco Bilou sobre as vias romanas.



**De território Romano a Condado Medieval - *A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos***

Por último queria agradecer aos meus pais, Luísa e Paulo, por toda a paciência que tiveram comigo ao longo destes 5 anos, particularmente, nesta fase final da tese, obrigado também pelo que fizeram por mim na altura em que não podia sair da frente do computador. Pelo apoio que me deram sempre nas minhas escolhas, e força para continuar em frente, bem como a disponibilidade aos meus pedidos. À Inês, além de agradecer, tenho uma grande dívida por toda a sua ajuda.

Deste modo, obrigado pela sua paciência e compreensão nas horas difíceis e partilhas nas horas boas, a força que me deu para continuar e ter persistência para ir em frente e não desistir. A dívida que tenho para com ela reflecte-se na sua ajuda na elaboração desta tese, nomeadamente, em áreas que eram mais da sua formação e conhecimentos, que sem ela não teria conseguido fazer, por isso obrigado pelo tempo que perdeste com as minhas coisas deixando as tuas atrasarem.

Sei que fui um chato e uma pessoa difícil e não sendo fácil de aturar, portanto, obrigado a quem me ajudou, aguentou, acompanhou, teve comigo, partilhou informação, fez vontades e pedidos, enfim, uma vasta lista de coisas para que eu pudesse fazer a tese. Portanto, muito obrigado a todos e peço desculpa se me esqueci de alguém. A fechar um agradecimento espiritual pelo fecho deste capítulo.

## **De território Romano a Condado Medieval - *A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos***

### ***Resumo***

A dissertação apresentada tem como objectivo o estudo do povoamento do Concelho de Arraiolos na época romana e na época medieval, ou seja, conhecer e efectuar uma comparação destas ocupações territoriais. Neste intuito pretende-se dar a conhecer a história e os recursos que levaram ao povoamento deste concelho durante as cronologias apresentadas, tendo os sítios e estruturas arqueológicas alterações visíveis correspondentes a cada período.

Deste modo, o Concelho de Arraiolos e toda a sua história, que passou por uma longa e diversificada ocupação humana dos distintos povos que fizeram a história da Europa, entre os séculos I d. C. e XIV d. C., deixaram vestígios históricos e arqueológicos por toda a ampla área deste concelho. Esta dissertação propõe estudar essa mesma história e vestígios, contribuindo para o conhecimento e evolução da ocupação do espaço e dessas mesmas pessoas que povoaram ao longo desses 14 séculos de ocupação no Concelho de Arraiolos.

**Palavras-chave:** Arqueologia, Ocupação Humana, Época Romana, Época Medieval, Concelho de Arraiolos.

### **From Roman territory to Medieval County - *The transition in the use of space the Roman era to the Medieval in the municipality of Arraiolos***

### ***Abstract***

The thesis presented aims to study the Arraiolos County settlement in Roman times and in medieval times, ie, to meet and make a comparison of these land occupations. To this end we intend to make known the history and the features that led to the settlement of this county during the given timeline, with the sites and archaeological structures visible changes corresponding to each period.

Thus, the Arraiolos County and its history, which underwent a long and diverse human occupation of the different people who made the history of Europe, between centuries I a. D. and XIV a. D., left historical and archaeological remains throughout the broad area of this county. This thesis proposes to study this same history and remains, contributing to the knowledge and evolution of the occupation of space and these same people who settled along these 14 centuries of occupation in Arraiolos municipality.

**Key words:** Archaeology, Human Occupation, Roman Period, Medieval Period, Arraiolos County.



## Índice

<i>Resumo/Abstract</i> .....	VI
<i>Metodologia</i> .....	X
<i>Introdução</i> .....	1
<i>1. Momentos da Evolução Histórica</i> .....	2
1.1. <i>Culto Clássico</i> .....	5
1.2. <i>Cristianismo</i> .....	6
1.3. <i>Islamismo</i> .....	8
<i>2. Evolução Histórica do Alentejo Central</i> .....	9
2.1. <i>Domínio Romano</i> .....	10
2.2. <i>Domínio Germânico</i> .....	11
2.3. <i>Domínio Muçulmano</i> .....	12
2.4. <i>Domínio Cristão</i> .....	12
2.5. <i>Ordens Militares</i> .....	13
<i>3. Concelho de Arraiolos</i> .....	15
3.1. <i>Freguesias do Concelho</i> .....	15
3.2. <i>Lendas da Fundação de Arraiolos</i> .....	16
3.3. <i>Santana do Campo</i> .....	17
3.4. <i>Alta Idade Média no Concelho de Arraiolos</i> .....	18
3.5. <i>Vimieiro</i> .....	19
3.6. <i>Arraiolos</i> .....	20



**De território Romano a Condado Medieval - A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos**

4. Enquadramento Geográfico.....	26
4.1. Geomorfologia.....	27
4.2. Hidrografia.....	28
4.3. Clima e Vegetação.....	29
4.4. Capacidade e Uso do Solo.....	30
4.5. Recursos Naturais e Económicos .....	32
5. Investigação Produzida e Arqueológica no Concelho de Arraiolos.....	36
6. Lugares de Culto .....	49
6.1. Santana do Campo.....	51
6.2. Arraiolos.....	56
6.3. Vimieiro.....	59
7. Povoamento.....	60
7.1. Fortificações.....	64
7.2. Vicus .....	65
7.3. Villae .....	66
7.4. Casais .....	67
7.5. Pequenos Sítios .....	69
7.6. Castelo de Arraiolos .....	69
7.7. Necrópoles .....	72
7.8. Vias .....	73
7.9. Povoamento Medieval.....	78



**De território Romano a Condado Medieval - A transição na ocupação do espaço da  
época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos**

7.10. Recintos ou Estruturas de Cronologia Indeterminada.....	81
8. Síntese Final.....	81
9. Apêndices e Anexos .....	Vol. II
9.1. Fichas de Sítios.....	Vol. II
9.2. Imagens.....	Vol. II
10. Fontes.....	100
11. Bibliografia.....	102



## ***Metodologia***

A metodologia que foi usada para a realização desta dissertação de mestrado em Arqueologia baseou-se nos seguintes critérios: Foi efectuada uma ampla pesquisa bibliográfica, com o objectivo de posteriormente se realizar capítulos específicos, nomeadamente, sobre a evolução histórica da investigação, Concelho de Arraiolos ou arqueológicos, entre outros. Relativamente ao contexto histórico, em que se enquadra a investigação, no decorrer do período estabelecido, é retratado num âmbito geral. A situação no território do actual Alentejo e uma contextualização histórica do Concelho de Arraiolos, deste mesmo período cronológico estudado, é igualmente retratada.

Também é efectuada um breve resumo relativo ao Concelho em diversas áreas tais como o seu Enquadramento Geográfico, a sua Geomorfologia, a Hidrografia, o Clima e Vegetação, os seus Solos e os seus Recursos Naturais e Económicos. Posteriormente, a análise recaiu sobre o balanço da investigação produzida (quer bibliográfico, quer relativo a trabalhos arqueológicos) que se efectuou em Arraiolos, especificamente entre o período romano e o medieval. Também se efectuou uma análise correspondente aos lugares de culto deste período de estudo, nos últimos dois capítulos, de desenvolvimento, a investigação efectuada foi de uma maior interpretação dos dados disponíveis.

Estes dados referem-se a elementos observados no terreno, quer em prospecções individuais essencialmente focadas em Arraiolos e em Santana do Campo, quer inseridas no projecto *LAPA*, na sua maioria. Igualmente estes dados foram adquiridos através de análise cartográfica, bibliografia e fontes orais, análise informática, entre outros. Nestes capítulos, portanto, será apresentada uma observação geral de todo o que foi referido nos capítulos anteriores, baseando-se no povoamento de acordo com o período histórico. Este povoamento e ocupação do espaço podem sugerir um aproveitamento de determinados recursos, cultos, entre outros, abrangendo a transição da época Romana Imperial para a época Medieval até ao século XIV.

As fichas dos sítios apresentados (no volume II) enquadradas nesta dissertação de mestrado, teve como base as prospecções efectuadas no âmbito do projecto *LAPA*, "*Levantamento Arqueológico e Patrimonial de Arraiolos – LAPA*", realizado com a direcção de Leonor Rocha.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Património (s) de Arraiolos*, 2013.



## **De território Romano a Condado Medieval - A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos**

Trata-se de um trabalho de investigação realizado entre 2010 e 2013 do qual teve como objectivo a revisão e actualização de todos os dados arqueológicos bem como patrimoniais referentes ao Concelho de Arraiolos, elaborando o que se pode designar como a *Carta Arqueológica de Arraiolos*, começada em 1998. Deste modo, foi dado o seguimento das investigações e contextualizando novos levantamentos no concelho, de forma mais ampla. Com os resultados que se obteve com este projecto, publicados em *Património (s) de Arraiolos*, em 2013.

Conseguiu-se assim, uma continuação, com a identificação e/ou realocização de sítios, do que anteriormente, com *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos*, da autoria de António Carlos Silva e José Perdigão, se tinha efectuado através de prospecções, em 1998. Deste modo, com o projecto LAPA pretendeu-se incluir e investigar todos os sítios arqueológicos, registando-se os mesmos para que futuramente se possa realizar outros trabalhos arqueológicos, particularmente escavações ou a salvaguarda destes mesmos sítios.

Deste modo, e como referida a temática da dissertação, o objectivo dos resultados apresentados da realização da prospecção arqueológica no Concelho de Arraiolos, recaiu nos locais que apresentam uma cronologia de época romana e de época medieval, como mencionado anteriormente. Neste contexto, o intuito desta identificação destes sítios arqueológicos, vai de encontro ao estudo que se pretendeu estabelecer nesta tese, a nível de comparação de povoamento entre os dois períodos, no Concelho de Arraiolos.

A prospecção arqueológica na área concelhia de Arraiolos efectuada, com o projecto LAPA, teve lugar nas distintas áreas de cada freguesia do concelho com a finalidade de se poder identificar e caracterizar vestígios ou estruturas arqueológicas que aí pudessem persistir. Tratando-se de um território caracterizado por planície e zonas de relevos acessíveis, as condições genéricas para a realização de prospecção e reconhecimento de eventuais vestígios à superfície do solo foram consideradas favoráveis. Bem como a época do ano, o Verão, foi igualmente benéfica pois, o clima era seco e quente, tendo a vegetação ficado pronta para ser colhida, entretanto, e quando as prospecções ocorreram já ter sido colhida.

Deste modo, a cobertura vegetal arbórea, arbustiva e herbácea, do solo não representaram grande entrave, devido aos factores referidos anteriormente e ao pastoreio, para uma observação a curta distância, com excepção de áreas em que a proliferação de ervas no solo dificultou o trabalho em que se poderia considerar a detecção de espólio no solo ou estruturas. A amplitude visual foi favorável à identificação de estruturas, de elementos edificados, a curta e média distância, especialmente na área onde anteriormente se haviam identificado vestígios de ocupação, bem como registo de dados ou transmitido oralmente, pois o solo havia sido em alguns casos, revolto por diversos factores.

## Introdução

Arraiolos e o seu Concelho, com um passado bastante antigo, já tem uma presença humana há diversos séculos, algo comprovado pela extensa ocupação ao longo das diversas Eras e pelos vestígios deixados. Dizem as lendas que a fundação do povoamento onde se estabeleceu Arraiolos aponta para o século II a. C. por Celtas, embora outras civilizações ao longo dos tempos povoaram a actual vila de Arraiolos, incluindo uma possível ocupação romana. A toponímia de Arraiolos a que Cunha Rivara sugere, ser derivada de um governador ao serviço de Roma, o capitão grego Rayco, em que o seu domínio se chamava de Terras de Rayco, evoluindo posteriormente para Rayolis e Rayeopolis até se chegar ao nome Arraiolos. Todas estas estórias são apresentadas como fazendo parte do mito relato fundador de Arraiolos.

Os primeiros documentos de Arraiolos surgem quando no século XIII, onde o Rei D. Afonso II faz donatário da “herdade” de Arraiolos, assim designada, o Bispo de Évora D. Soeiro. O novo senhor da terra tinha como obrigação de construir uma fortificação, apontando para a existência de uma povoação neste local e que era necessário proteger através de um recinto amuralhado. A herdade de Arraiolos era um termo que tinha nos seus limites territoriais Avis, Évora e Montemor-o-Novo, e no ano do Senhor de 1290, o então monarca, D. Dinis concede a Arraiolos a sua Carta de Povoamento<sup>1</sup> e manda edificar o Castelo de Arraiolos, em 1305 ficando concluído em 1315.

A vila foi então crescendo quer dentro das muralhas, quer para o seu exterior. Com o consecutivo desenvolvimento extra-muros, no século XIV o Rei D. Fernando concede diversos privilégios aos habitantes que optassem por a sua residência ser no interior do castelo.<sup>2</sup> Esta situação de a vila estar cada vez mais a aumentar para o arrabalde, preocupava o monarca devido à possibilidade de uma invasão do Reino de Castela, ficando a população à mercê de qualquer ataque. Com o risco que envolvia a vila, e com os diversos privilégios facultados pelo rei, incluindo o perdão das dívidas, a população de Arraiolos preferiu continuar a povoar o exterior do castelo em detrimento do interior. Assim sendo, D. Fernando, com o seu plano, não teve sucesso e a vila que se localizava no castelo, bem como o próprio castelo, foram-se deteriorando.

D. Nuno Álvares Pereira foi desde o ano de 1387, o 2º Conde de Arraiolos<sup>3</sup>. Posteriormente, os territórios ficaram na posse da Casa de Bragança<sup>4</sup>, nobre família que daria origem à 4ª dinastia de Portugal. Arraiolos encontrou-se assim envolvido neste conflito peninsular entre os Reinos de Portugal e Castela. Tal como a transição da Antiguidade Clássica para a Idade Média, também o Concelho de Arraiolos conheceu um longo e variado trajecto histórico, o que acompanhou as diversas fases de povoamento nos diversos pontos do território arraiolense. Desta forma, o período que é proposto para se estudar, o povoamento do Concelho de Arraiolos, vai desde o século I d. C., época de construção do Templo Romano de Santana do Campo até ao século XIV, época em que foi edificado o Castelo de Arraiolos, ou seja, desde a

<sup>1</sup>J. H. da Cunha Rivara, *Memórias da Villa de Arrayolos - Parte I*, 1983.

<sup>2</sup>Jorge Fonseca, *O Foral Manuelino de Arraiolos*, 2000.

<sup>3</sup>O condado de Arraiolos abrangia territórios em Vila Viçosa, onde posteriormente se estabeleceu o Paço da Casa de Bragança.

<sup>4</sup>Teve a sua origem na união do filho ilegítimo do Rei D. João I, D. Afonso, e da filha do Condestável do Reino D. Nuno Álvares Pereira, D. Beatriz.

Antiguidade Clássica até à Idade Média.

## 1. *Momentos da Evolução Histórica*

Com a acentuação de uma crise no Império Romano a nível da questão económica e política, esta agrava-se no século III. Os poderes que governavam gastavam uma grande parte dos recursos para o exército romano ou em disputas internas pelo poder, a situação tornava-se insustentável para a manutenção militar. Com o espaço romano no seu auge, o território encontrava-se na *pax romana*, deixa-se de ter inimigos capturados que se tornam mais escravos para alimentar, entre outros, a máquina agrícola romana, ou seja, não se conquistam novos territórios e assim deixa de haver novos escravos capturados, o que origina que a agricultura e respectivo comércio, já em declínio, fique bastante afectada, mais do que estava com as escassas colheitas feitas no império, devido às ameaças e conflitos. Deste modo, o sistema agrícola entra num decréscimo, juntando a insegurança do comércio nas vias de comunicação, para o fornecimento de alimentação a todo o Império Romano. Os preços dos alimentos sobem, sendo que os mais pobres não conseguem suportar esta subida, tal como os impostos tiveram de ter um aumento para pagar aos legionários, que tiveram igualmente um aumento.<sup>5</sup>

Os cidadãos romanos do Império também diminuiriam em grande número, especialmente nos territórios que corresponde actualmente à Itália, Grécia e também nas Gálias, derivado da propagação do conceito de latifundiário e da sua economia específica, os conflitos permanentes, a carência de segurança, a peste e o paludismo são as centrais origens de tal recusa e contestação. No decorrer deste período, a constituição étnica sofreu alterações paulatinas, respeitante à entrada com uma presença cada vez mais acentuada, de elementos bárbaros nas regiões periféricas do império. Pode-se igualmente constatar que embora uma união geral deu-se um reaparecer de inclinações “regionalistas”, nomeadamente, nos locais onde estas não haviam sumido na totalidade, como no caso da tradição linguística regional (Celtas, Ilírios, Trácios, Arameus, Púnicos).<sup>6</sup>

*“Quanto ao estado jurídico das pessoas, a constitutio de Caracala tinha aumentado extensamente o número dos cidadãos, ao ponto de praticamente só ficarem de fora os bárbaros, apenas admitidos no império como lavradores (inquilini) dos proprietários ou como colonos adscritos ao solo nas terras públicas (laeti), e os escravos, que além disso diminuam ainda mais rapidamente do que a generalidade da população.”<sup>7</sup>*

Quando se entra nos séculos II e III, os povos germânicos penetram diversas vezes nos territórios do Império Romano<sup>8</sup>, que devido ao seu vasto território e população, e às crises, não era fácil de garantir a sua protecção e segurança. Os bárbaros<sup>9</sup>, em ampla expansão, começam

<sup>5</sup> Massimo L. Salvatori, “A Queda do Império Romano do Ocidente - Carlos, o Grande. Povoamento e Guerra na Idade Média” in *História Universal*, vol. V, 2005.

<sup>6</sup> Francesc Navarro, *História Universal-Roma*, 2005.

<sup>7</sup> Idem, *Ibidem*, pág. 372.

<sup>8</sup> A. H. de Oliveira Marques (Coord.), *Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”, vol. II de Nova História de Portugal (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques)*, 1993.

<sup>9</sup> Todos os povos que não era considerados civilizados à maneira romana, não falavam a mesma língua, não tendo os mesmos costumes culturais e sociais, e apresentando uma crueldade e rudez não digna do mundo romano.

a olhar para o território romano como um espaço vital para o seu estabelecimento, mas quando ocorrem as primeiras incursões, ocorre igualmente troca de valores culturais entre romanos e bárbaros. Portanto, Roma cai, no ano de 476 d. C.<sup>10</sup> e com as diversas consequências que surgiram daí, levaram à transição da Antiguidade Clássica, de produção escravagista, para a Idade Média, de modelo de produção feudal, no século V d. C.,<sup>11</sup> embora a transição não se deu instantaneamente, ou seja, de um momento para o outro. O auge e maturidade do feudalismo<sup>12</sup> como um substituto do sistema anterior, a nível social, político ou económico, foi no século X<sup>13</sup>. Logo, desde o século V até chegar-se ao século X a sociedade passou por um processo de ruralização, ou seja, passou de uma transição onde a ocupação era maioritariamente feita nas cidades e “foge-se” para o campo e para uma economia baseada essencialmente na agricultura.<sup>14</sup>

Portanto, a situação das legiões romanas, que protegiam as *limes*<sup>15</sup>, em que os seus soldados sem soldos abandonavam o exército, acabando estas por ficarem enfraquecidas em zonas fulcrais para a manutenção da paz e segurança em todo o império. Deste modo, e com a crise a acentuar-se, os designados bárbaros, os povos germânicos, com a consecutiva pressão nas fronteiras, conseguem romper por elas e entrar no Império Romano.<sup>16</sup>

Como mencionado as populações fogem para o campo, deixando as cidades, e buscam nos meios rurais a protecção e segurança, dos senhores com propriedades no campo, que haviam perdido nos meios urbanos com as invasões dos bárbaros no Império Romano. Quando ocorre o êxodo das cidades, já existia uma falta de abastecimento destes meios, devido à menor produção agrícola.

Os grandes senhores, a aristocracia ou proprietários de terrenos rurais seguem também aquele trajecto de êxodo, o que com os aspectos referidos anteriormente, como epicentro, originou que se tenha passado de uma sociedade urbana para uma sociedade rural, desarticulando-se as redes de abastecimento de alimentos que vinham dos campos para as cidades. Pode-se, deste modo, assumir que há uma ruralização da sociedade, e que se tornou inviável a manutenção de um exército romano.

O Império Romano é irreversivelmente dividido, com a morte do Imperador Teodósio I, no ano de 395 d. C., em Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente<sup>17</sup>, mantendo o primeiro a capital imperial em Roma e o segundo possuindo a sua capital imperial em Constantinopla. Como golpe final, para o império ocidental, no ano de 476 d. C., assiste-se à entrada em grande número dos povos bárbaros, e dá-se assim a queda do Império Romano do Ocidente sendo um período de transição desde a Antiguidade Clássica, Antiguidade Tardia até a

<sup>10</sup> Umberto Eco (Org.), *Idade Média – Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*, vol. I, 2011.

<sup>11</sup> José Mattoso (Coord.), *Antes de Portugal*, vol. I, “História de Portugal” (dir. José Mattoso), 1993.

<sup>12</sup> O Feudalismo acontece entre o século V e XV após a Queda do Império Romano do Ocidente, começando as populações em busca de segurança, criados no século V. Dá-se assim o êxodo rural da população para garantir uma protecção das invasões germânicas, originando-se desta forma e paulatinamente, a transição do sistema imperial para o sistema feudal.

<sup>13</sup> Adeline Rucquoi, *História Medieval da Península Ibérica*, 1995.

<sup>14</sup> Umberto Eco, *Op. Cit.*, 2011.

<sup>15</sup> Fronteira entre o mundo romano e o mundo bárbaro.

<sup>16</sup> Adeline Rucquoi, *Op. Cit.*, 1995.

<sup>17</sup> Igualmente designado de Império Bizantino.

época medieval, denominada de Idade Média.<sup>18</sup> Cronologicamente este período pode dividir-se em Alta Idade Média<sup>19</sup> e Baixa Idade Média.<sup>20</sup>

Pode-se então dizer ainda, que a transição do período clássico para o medieval não se explica apenas pelas invasões bárbaras. Estes povos não civilizados à maneira romana não fizeram desaparecer a cultura, os costumes e tradições. Desde logo, as tradições clássicas não desapareceram, assistiu-se a uma mescla entre a cultura clássica e a germânica, a qual persistiu ao longo de toda a Idade Média. Na sociedade dos bárbaros germânicos existiam igualmente regras e valores.<sup>21</sup>

Nos feudos, a produção económica era baseada para consumo próprio, ou seja, não se produzia e acumulava com o intuito de venda ou trocas comerciais, mas sim para a subsistência daquele feudo. Sendo a economia baseada fundamentalmente na agricultura, explorando as terras férteis, mas igualmente praticava-se a caça e a pastorícia como actividades económicas essenciais. Contudo, pode-se referir um ligeiro comércio efectuado com os excedentes, onde este não era feito com o propósito da obtenção de lucro, mas sim por necessidade.

Mas já com as *villae* romanas, devido à crise agrícola, a produção rural<sup>22</sup> tinha sofrido alterações que transitaram para a época medieval. Com a falta de mão-de-obra, acentua-se uma crise agrícola, que já vinha em quebra, devido à diminuição de produção. Assim, os proprietários criam uma divisão nas suas terras, onde possuíam a parte para o consumo próprio e uma outra parte para se arrendar a quem quisesse trabalhara-la, sendo que, uma parte da produção do arrendatário era entregue ao senhor da terra como forma de pagamento. Também se observa uma mudança na sociedade romana, pois com o êxodo para o mundo rural traz uma nova “classe social”, os colonos,<sup>23</sup> antigos escravos, plebeus ou clientes dos *dominus* do mundo romano. Estes colonos, encontravam-se agora na situação de servidão<sup>24</sup> para com um senhor, pois o seu estado social deixa de existir e com ele a protecção social do Estado Romano em relação às condições de um senhor para manter um escravo, o poder económico que um senhor possuíam para favorecer este ou aquele plebeu ou mesmo a capacidade comercial quer por parte de um senhor, quer por parte da administração romana, para impulsionar os seus clientes.<sup>25</sup>

Aquela que se tratava do aglomerado de maior dimensão, durante a época romana,<sup>26</sup> a cidade, volta a ganhar a mesma importância durante a ocupação islâmica, ou seja, o que anteriormente era uma urbe com um território, uma capital de *civitates*, volta a ter o estatuto de “capital” de um território com os muçulmanos. Ao contrário dos primeiros séculos medievais é com a ocupação vinda do Sul, os árabes, que as urbes retomam a relevância da

---

<sup>18</sup> Adeline Rucquoi, *Op. Cit.*, 1995.

<sup>19</sup> Século V ao século X.

<sup>20</sup> Século XI ao século XV.

<sup>21</sup> José Mattoso, *Op. Cit.*, 1993.

<sup>22</sup> José Mattoso, *Op. Cit.*, 1993.

<sup>23</sup> Jorge de Alarcão (Coord.), *Portugal das Origens à Romanização*, vol. I de *Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), 1990.

<sup>24</sup> Sendo este um estrato da sociedade que se estendeu ao longo da Idade Média.

<sup>25</sup> Umberto Eco, *Op. Cit.*, 2011.

<sup>26</sup> Jorge de Alarcão, *Op. Cit.*, 1990.

época romana, e será como importantes urbes que passaram para aos mãos dos cristãos que conquistavam as terras aos muçulmanos, no caso do território de Portugal, para o Reino de Portugal, no século XII<sup>27</sup>.

Já entre os séculos XII e XV a cidade, sofre o processo inverso daquele que tinha sido efectuado pelas populações após a Queda do Império Romano do Ocidente, ou seja, o êxodo desta vez é feito do campo para as cidades. Estas sofrem alterações na sua concepção para uma melhor convivência entre os seus residentes. Assim, as cidades começam a possuir uma protecção amuralhada e os habitantes encontram-se protegidos e a residir no interior da mesma, embora, existam povos ou populações que residam no exterior das muralhas, nos arrabaldes. Sem raízes nas cidades, nem as antigas solidariedades dos seus antepassados, os novos habitantes das urbes tentam criar novos laços, destes novos tempos, uns mais tradicionais, semelhante a algo que conheciam no meio rural, outros algo completamente distintos e mais enquadrado no ambiente citadino.<sup>28</sup>

Verifica-se assim a transição e evolução das cidades, ou aglomerados de maiores dimensões, durante as distintas ocupações, romanas, islâmicas e cristãs do início do primeiro milénio. No primeiro caso a cidade estabelece-se com um traçado reticular bastante bem planeado, na segunda situação apresenta-se bastante irregular e até algo labiríntica e confusa, no caso cristão delinea-se com o intuito de povoamento, ou seja, adapta-se a cidade e as estruturas às necessidades deste novos povoadores e com a intenção de os fixar ao espaço.<sup>29</sup>

### 1.1. Culto Clássico

No que diz respeito à religião notou-se igualmente uma transição de um período para o outro, assim quando da época romana assistia-se a uma grande diversidade de deuses, resultado de uma enorme devoção, respeito e superstição por parte dos romanos. Estes deuses, bastante influenciados por os deuses da Grécia, possuíam uma familiaridade com os romanos, sendo que as invocações diziam respeito às necessidades do quotidiano, tornando-se a natureza da relação entre ambos bastante prática. Pode-se ainda dividir a natureza dos cultos religiosos praticados pelos romanos em dois grupos; os oficiais onde cabia ao Estado Romano a sua regulamentação e a sua regência, e os domésticos de carácter mais pessoal de cada família mas geridos pelo *pater familias*.<sup>30</sup>

Já na Península Ibérica, depois da conquista romana, e com a escassez de templos<sup>31</sup> ou de representações de divindades, os romanos induziram que os povos indígenas que habitavam este território peninsular, não tinham cultos ou deuses que veneram, ou seja, não tinha religião. Cedo estes perceberam que as raízes dos cultos dos autóctones eram tão profundas, que os próprios romanos foram, paulatinamente, estabelecendo uma ligação a esses cultos e alguns aderindo aos mesmos. Bastante crentes nos deuses, começam a prestar culto a deuses relevantes dos indígenas, romanizando estes e concebendo um “aumento do Panteão Romano”.

<sup>27</sup> Daniel-Rops, *A História da Igreja de Cristo*, vol. III, “A Igreja das Catedrais e das Cruzadas”, 1961.

<sup>28</sup> Umberto Eco (Org.), *Castelos, Mercadores e Poetas*, vol. III, 2014.

<sup>29</sup> Fernando Chueca Goitia, *Breve História do Urbanismo*, 1992.

<sup>30</sup> Jorge de Alarcão, *Op. Cit.*, 1990.

<sup>31</sup> Exemplo destes é o Cancho Roano em Badajoz.

Pode-se agradecer a este processo romano pelo facto de se conhecer diversas divindades e cultos praticados antes da chegada do império, pois o que se pode observar, presentemente, é os vestígios de quando estes são venerados no auge do domínio imperial romano.

Portanto, se os cultos identificados por parte daquelas populações romanizadas se continuam a fazer, mostra como estes foram adaptados a esta nova cultura, tal como as populações indígenas. Bem como por vezes se deu serem adoptados pelos próprios romanos e veneradas como suas próprias crenças, ou seja, romanizadas. Começa então a usar o idioma romano, o latim, nos *ex-votos*, sendo que o formulário votivo é igualmente com os padrões oficiais, definidos pelos romanos, em que nos casos mais comuns e para melhor compreensão dos autóctones, ou simplesmente para se guiarem ficavam no: *animo libens solvit* (cumpriu de boa vontade).<sup>32</sup> Simples e directo à maneira romana e de fácil apreensão para as populações locais, os altares das oferendas eram, igualmente, com os padrões de tipologia e de decoração romana.

Contudo, na religião romana, além da influência que esta sofreu por parte dos cultos gregos, igualmente se nota uma influência dos cultos orientais e que posteriormente acabaria por sofrer a derradeira influência, de uma religião tão poderosa que iria fazer o politeísmo romano transitar para o monoteísmo cristão. Esta nova religião, o Cristianismo, vem de uma cisão com o Judaísmo e tem como origem a Palestina, com o Messias Jesus da Nazaré, o filho unigénito de Deus e que seria visto como o Salvador dos pecados da humanidade. Foi anunciada a sua vinda pelos profetas hebreus do povo eleito de Israel.<sup>33</sup> Jesus da Nazaré, que se tornaria Jesus Cristo, nasceu quando se encontrava no trono em Roma, Augusto, e a sua morte e crucificação deu-se no reinado de Tibério, sendo a Palestina então uma das províncias do Império Romano e com o seu governador Pôncio Pilatos.

## 1.2. Cristianismo

O Cristianismo rapidamente se espalhou, difundindo-se pelas elites, pela plebe e pelos escravos. Isto deve-se ao facto de ir contra certos conceitos aplicados pelos romanos, tais como, a veneração de diversos deuses entre eles o imperador, deus vivo, e só por isso era uma ofensa grave.<sup>34</sup> Mas também teve outros motivos que não eram bem encarados pelas hierarquias mais altas romanas e provocavam o seu desprezo por esta nova religião, tratando-se estes de uma resistência que se fazia ao homem e os cultos exagerados, entre outros. Desta forma, e com estas ofensas ao modo de vida romano, estes foram perseguidos, crucificados e mortos em arenas para gáudio romano, durante um vasto período.

O cristianismo, embora perseguido, foi-se alastrando por todo o império, alcançando mesmo as “classes sociais” mais altas, deste modo, já não era uma religião somente de baixa influência no seio da sociedade romana, ao que os próprios imperadores não escaparam, ou seja, a crescente religião torna-se poderosa e com capacidade de controlo em diversas áreas. Alguns imperadores deixam a antiga religião romana para a nova em crescimento, adquirindo diversos

<sup>32</sup> Jorge de Alarcão, *Op. Cit.*, 1990.

<sup>33</sup> Christopher Partridge, *Enciclopédia das Novas Religiões*, 2006.

<sup>34</sup> Ferdinand Lot, *O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*, 1968.

poderes novos. Mas esta situação, foi igualmente uma transição que se foi efectuando, tal como a passagem da Antiguidade Clássica para a Idade Média, não foi uma feita rapidamente, mas sim paulatinamente.<sup>35</sup>

Assim no ano de 313 d. C.<sup>36</sup>, o Imperador Constantino concede a liberdade de culto aos cristãos, ainda nesse século, em 325 d. C.<sup>37</sup>, é definida a doutrina oficial da Igreja, e por volta de 395 d. C.<sup>38</sup>, já no final do século IV, o Imperador Teodósio converte o cristianismo na religião oficial do Estado do Império Romano. Como prova do constante poder da Igreja. É nesta fase que é estabelecida igualmente a centralização da autoridade religiosa, bem como a hierarquia no interior da Igreja. Com o último imperador mencionado é também atribuído, juntamente com a instituição do cristianismo como religião oficial, a divisão do Império Romano do Ocidente e do Império Romano do Oriente.<sup>39</sup>

A Igreja Católica teve o seu auge na Idade Média, através do seu poder, influência e domínio na sociedade, quer a vida civil, quer a vida militar, estava debaixo da esfera reguladora da Igreja.<sup>40</sup> A vida religiosa estabelecia assim as produções agrícolas, as reuniões das assembleias ou o calendário anual, através das actividades religiosas e dos festejos a determinados santos.<sup>41</sup> Como referido anteriormente, a Igreja Católica expandia-se desde o topo à base da hierarquia social da Idade Média, e é neste período também que constrói e fortalece o seu poder e domínio, sendo a instituição máxima da vida medieval, ao controlar a actividade religiosa em vida e em morte, pois receava-se que destino se sofria após o fim da vida terrena. Com o conquistar de poderes, espaço e influência na vida da sociedade medieval, passa de abranger a esfera espiritual para atingir um novo patamar, a esfera política, pois Papas, Cardeais e Bispos interferiam nas decisões dos monarcas e alta aristocracia, ou nas coroações, tal como os papas faziam nas coroações dos imperadores, através de Cerimónias de Sagração.<sup>42</sup>

A Igreja comandava igualmente a vida militar, através da influência que tinha perante a nobreza, apresentando argumentos em prol da *Guerra Santa*, a guerra contra os infiéis muçulmanos que ocupava a terra santa de Jerusalém, e posteriormente, a invasão que tinham feito à Europa, pondo em risco a própria Igreja. Surgem, deste modo, as Cruzadas<sup>43</sup> que além do incentivo papal, ganharam aderentes e apoios por parte da nobreza e das monarquias feudais.<sup>44</sup> Mas rapidamente a causa, tal como o que tinha sucedido com o domínio da Igreja na vida das sociedades medievais na Europa, passa unicamente do plano espiritual, proposta inicial das cruzadas, para também uma questão económica e social.<sup>45</sup> É neste contexto que o território português vai passar por algo semelhante com as Ordens Militares na luta contra os infiéis, o qual não escapou Évora e a sua circundante regional.

<sup>35</sup> August Franzen, *Breve História da Igreja*, 1996.

<sup>36</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 1967.

<sup>37</sup> Christopher Partridge, *Op. Cit.*, 2006.

<sup>38</sup> Daniel-Rops, *A História da Igreja de Cristo*, vol. II, "A Igreja dos Tempos Bárbaros", 1960.

<sup>39</sup> Ferdinand Lot, *Op. Cit.*, 1968.

<sup>40</sup> Daniel-Rops, *Op. Cit.*, 1961.

<sup>41</sup> Maria Helena Coelho, "Espaços e lugares A festa - a convivialidade" in *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 1, 2010.

<sup>42</sup> August Franzen, *Op. Cit.*, 1996.

<sup>43</sup> Movimentos militares de fundamentação cristã, com suporte da Igreja Católica, para a conquista, libertação e protecção da terra santa da ocupação muçulmana, entre os séculos XI e XIII.

<sup>44</sup> Umberto Eco (Org.), *Idade Média – Catedrais Cavaleiros e Cidades*, vol. II, 2013.

<sup>45</sup> August Franzen, *Op. Cit.*, 1996.

### 1.3. Islamismo

Entre o domínio religioso da Roma pagã e o auge do domínio religioso da Roma católica da Idade Média, interpôs-se um outro poder religioso vindo do Mediterrâneo, o Islão. Com a invasão dos muçulmanos, em 711, da Península Ibérica<sup>46</sup>, a Europa enfrenta um período de uma presença de uma nova religião no seio da cristandade, ou seja, surge uma ocupação de um povo distinto em religião dos europeus cristãos, os árabes. Este povo provém originalmente da região da Península Arábica, sendo um povo que seguia os ensinamentos de Alá e do seu profeta Maomé, onde cada tribo possuía a sua forma de praticar a sua fé. Contudo, com o aparecimento de Maomé, o território ganha uma nova religião, o Islão, passando Meca a ser a cidade santa por excelência.

Desta forma, o Islão cresce e expande-se para fora da Arábia, unindo todas as tribos árabes, prosseguindo o proposto de o Islão crescer e expandir-se pelo mundo. Com os califas que se seguiram após a morte de Maomé, as conquistas tornaram-se maiores e com um grande carácter expansionista, esta adquire logo territórios na Pérsia e no Império Bizantino. Posteriormente, prossegue para os territórios do Egipto até conquistar Cartago, tornando-se esta zona o ponto de apoio para a invasão muçulmana na Península Ibérica, o ponto de ligação entre o Oriente e o Ocidente. Mas dentro do Império Muçulmano começaram a existir divisões e disputas de dinastias, surge então os Omíadas,<sup>47</sup> que prosseguem as conquistas para o Ocidente até conquistarem a Península Ibérica e tornarem a nova capital do califado, Córdova, e os Abássidas<sup>48</sup> que se estendem dos actuais territórios da China até ao Norte de África com capital em Damasco, no lugar de Bagdad, rompendo assim com a dinastia Omíada e a sua capital.<sup>49</sup>

Com o domínio islâmico na Península Ibérica, não só existiu uma ocupação territorial, mas também foram introduzidas novos aspectos na cultura, ou seja, este povo trouxe novos conhecimentos, nova arquitectura, novos instrumentos e processos agrícolas como papel, bússola, pólvora, cultivo do arroz, do algodão, da cana-de-açúcar, já prática comum na cultura chinesa e trazido pelos muçulmanos após contacto com os povos e cultura chinesa, através da Rota da Seda.

Trouxeram igualmente uma nova produção de tecidos, jóias, vidro, azulejo e tapetes.<sup>50</sup> Embora, noutras áreas a sua presença também foi de grande importância como foi o caso do seu trabalho na química, onde desenvolveram a indústria dos medicamentos, perfumes, entre outros. Ou igualmente, a arquitectura civil e militar, a tradução de obras romanas, ou ainda o desenvolvimento e novos instrumentos para a arte da navegação marítima de extrema importância para o Reino de Portugal aquando dos Descobrimientos, tais como a cartografia e a astronomia ou o astrolábio, entre outras diversas áreas e aspectos de desenvolvimento cultural.

---

<sup>46</sup> Adeline Rucquoi, *Op. Cit.*, 1995.

<sup>47</sup> Dinastia de califas muçulmanos que reinou em Bagdad, sendo depostos pelos Abássidas e fugido para a Península Ibérica onde fundam um novo califado, o al-Andaluz.

<sup>48</sup> Dinastia muçulmana que ficaram no califado após destronar os Omíadas, mudando a capital de Bagdad para Damasco, possuindo um vasto império islâmico que somente não abrangia o al-Andaluz Omíada.

<sup>49</sup> Adeline Rucquoi, *Op. Cit.*, 1995.

<sup>50</sup> Este será de grande importância para a história de Arraiolos.

Pode-se ainda referir que a religião islâmica, através do Corão não permitia a representação de qualquer figuração humana e que uma das suas grandes contribuições na arquitectura civil, bastante característico desta ocupação, são os arcos com ornamentações de uma enorme riqueza artística, e na arquitectura militar a sua influência também foi grande e de um enorme relevo, pois os reis portugueses na construção dos seus castelos utilizaram bastantes princípios da arquitectura árabe-islâmica.

Durante alguns séculos esta ocupação muçulmana conviveu com a cultura medieval europeia, essencialmente na Península Ibérica, e o islão com o cristianismo, embora, com o domínio do primeiro, existiu uma certa tolerância para a prática de outros cultos e cultura, sendo que as influências islâmicas tiveram um grande impacto neste mesmo território peninsular e ao qual o território de Portugal, e consequentemente Arraiolos, não ficaram imunes, em particular nos Tapetes de Arraiolos<sup>51</sup> e na consequente história de Arraiolos.

## ***2. Evolução Histórica do Alentejo Central***

Por volta do século III a. C.<sup>52</sup> ocorre a emigração dos povos Celtas que povoavam a Meseta<sup>53</sup> em direcção à actual região do Alentejo, possibilitando deste modo, uma explicação de qual seria a proveniência Celtici<sup>54</sup> na região Sul da Lusitânia.<sup>55</sup> Contudo, no século V a. C., Heródoto refere já a presença de povos Celtas na Península Ibérica, para lá dos Pilares de Hércules, juntamente com os Kynesioi, possuído, estes, traços comuns com os Conii<sup>56</sup>, localizados no Sul do território do que viria a ser Portugal.

*“O rio Ister nasce na terra dos Keltói na cidade de Pyrene e percorre o centro da Europa. Os Keltói vivem além das colunas de Hércules, sendo vizinhos dos Kynesioi e são a mais ocidental de todas as nações que habitam a Europa. E assim, se estendem por toda a Europa até as fronteiras da Cítia (Eurásia)”<sup>57</sup>*

A Arqueologia apresenta cerâmicas do povo Celta em áreas mais para Sul, o que parecem sugerir o resultado de trocas comerciais nestas regiões do que viria a ser a Lusitânia, actualmente Portugal. De assinalar é o facto de que tanto Celtas e Túrdulos<sup>58</sup> povoaram a região do Alentejo e que posteriormente emigraram para a zona litoral Norte de Portugal, e este território a Sul seria ocupado e povoado por parte dos Lusitanos<sup>59</sup>, numa inversão de povoamentos. O território que posteriormente passou a designar de Lusitânia, uma província romana, hoje é parte de Portugal e de Espanha.

<sup>51</sup> Carla Barroseiro, Rui Miguel Lobo, *Tapete de Arraiolos – Centro Interpretativo*, 2014.

<sup>52</sup> Jorge de Alarcão, *Op. Cit.*, 1990.

<sup>53</sup> Região central da actual Espanha.

<sup>54</sup> Povo de origem Celta, que povoou a região do Alentejo.

<sup>55</sup> Actual Sul de Portugal.

<sup>56</sup> Povo pré-indo-europeu do Baixo Alentejo e do Algarve.

<sup>57</sup> Heródoto, Livro II, pág. 33.

<sup>58</sup> Povo tartéssico que ocupou o Sul de Portugal, nomeadamente a região entre o Guadiana e o Guadalquivir, antes da chegada dos romanos.

<sup>59</sup> Povo indo-europeu, pré-romano, que ocupou grande parte do território Centro de Portugal e posteriormente o Sul bem também como a região da Estremadura espanhola.

Estrabão terá dito sobre o povo lusitano: “Ao norte do Tejo é a Lusitânia, ocupada pelo povo mais poderoso entre todos os iberos, aquele que manteve, por mais tempo, a guerra contra os romanos. A Lusitânia abrigava diversos povos, que tinham nomes diferentes. Cada um formava uma pequena república, que tinha as suas leis, seus usos e costumes. É ocupada por cerca de 50 povos diferentes. Os Lusitanos são hábeis em emboscadas e perseguições, ágeis, espertos e dissimulados. (...) Todos estes habitantes da montanha são sóbrios, só bebem água, dormem no chão e usam longos cabelos (...)”.<sup>60</sup>

Já após a conquista romana da Hispânia, e a Lusitânia ter passado a ser uma província sob o seu domínio, as populações indígenas que então faziam parte do território, possuíam os seus próprios deuses. Deste modo, com a chegada dos romanos, pode-se deparar com diversas inscrições de deuses indígenas,<sup>61</sup> do século II a. C.. A presença de inscrições deste período, deve-se, ao facto, possivelmente, de que o culto praticado pelos indígenas era baseado mais na tradição oral e através do rito, ou seja, não existia a tradição da epigrafia. Deste modo, com a conquista romana determinados cultos e deuses acabam por ser romanizados e a tradição romana origina que estes rituais sejam praticados ao modo de Roma. Estes passaram a venerar igualmente o deus, à semelhança dos indígenas mas, agora possivelmente o culto era efectuado à “maneira romana”. Não existiu um aumento de deuses ou cultos apenas uma “oficialização”, estabelecendo-se a prática de determinados rituais à maneira romana, incluindo inscrições, ou a edificação de templos ao estilo romano.<sup>62</sup> Em parte estes deuses indígenas chegaram até este território, pelos Celtas do século VI-V a. C. povoando toda a Península Ibérica, nomeadamente o Alentejo.<sup>63</sup>

## 2.1. Domínio Romano

Com a chegada dos romanos todo o território sofreu alterações. A região do actual Alentejo ficou inserida na Província da Lusitânia, como referido anteriormente, assim já com o Imperador Vespasiano foi concebido um novo tipo de áreas administrativas, os *conventus*.<sup>64</sup> O *conventus* era um distrito judicial. Na capital do *conventus*, o governador da província, ou a pessoa indicada, em quem o governador delegava funções, avaliava as razões que, por sua essência, transpunham a jurisdição dos magistrados das *civitates*. Mas também, o *conventus* possuía uma assembleia, composta por procuradores das cidades que o compunham. Essa assembleia era um órgão consultivo do governador.<sup>65</sup>

“Na Lusitânia foram criados, conforme, diz Plínio, IV, 117, três *conventus*: o *emeritensis*, o *pacensis* e o *scalabitanus*. Sem grande rigor, é normal considerarem-se as terras entre Douro e Tejo como incluídas no *conventus scalabitanus* e as do sul de Portugal no *conventus pacensis*. *Scallabis* e *Pax Iulia* eram, evidentemente as sedes *conventuais*.”<sup>66</sup> Não existe literatura que mencione ou inscrição que elucide sobre os limites dos *conventus*. No entanto, é acertado

<sup>60</sup> M. D'Orban, *l'Origine des lusitaniens*, 1823, pp. 34-45.

<sup>61</sup> Jorge de Alarcão, *Op. Cit.*, 1990.

<sup>62</sup> Carlos Fabião, Amílcar Guerra, Thomas G. Schattner, “A INVESTIGAÇÃO EM TORNO DO SANTUÁRIO DE S. MIGUEL DA MOTA: O PONTO DE SITUAÇÃO” in *Cadernos do Endovélico*, 2013.

<sup>63</sup> Jorge de Alarcão, *Op. Cit.*, 1990.

<sup>64</sup> Era um género de comarca administrativa e judicial delegada nas províncias romanas.

<sup>65</sup> Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 1988.

<sup>66</sup> Idem, *Ibidem*, 1988, pág. 58.

admitir que um *conventus* totalizava uma estabelecida quantidade de *civitates*.<sup>67</sup> Contudo, é de assinalar as diferentes realidades de um *conventus* e de *civitas*<sup>68</sup>, tendo a primeira uma função judicial e a segunda uma função fiscal.

Nas capitais dos *conventus* existia uma administração regional. Periodicamente, o governador supervisionava a capital, com mais frequência estariam os *legati iuridici*,<sup>69</sup> funcionários hierarquicamente inferiores ao governador na graduação das funções provinciais. A subsistência de funções administrativas contínuas nas capitais dos *conventus* é tanto mais plausível quanto é certo que as funcionalidades do *legatus iuridicus* não seriam somente jurisdicionais. As capitais do *conventus* juntavam as funções de sedes de justiça e de culto imperial, também deveriam ser sedes de serviços administrativos. Tal situação igualmente ocorreria no *conventus* em que se encontrava o actual território do Alentejo.

No Alentejo existiam oito *civitates* inteiramente reconhecidas: *Ammaia*, *Ebora Liberalitas Iulia*, *Pax Iulia*, *Salacia*, *Mirobriga*, *Arucci*, *Aritium Vetus* e *Myrtilis*.<sup>70</sup> Mas a que vai interessar para esta dissertação, do ponto de vista administrativo e judicial, é *Ebora Liberalitas Iulia*.<sup>71</sup> Esta é relevante devido ao ser o *municipium* onde se encontrava o território de Arraiolos. *Ebora* cognominou-se, segundo Plínio, IV, 117, *Ebora Liberalitas Iulia*, actualmente trata-se da cidade de Évora. Município com *latium Vetus*,<sup>72</sup> segundo afirmação do mesmo Plínio, possuía os seus cidadãos incluídos na tribo Galéria<sup>73</sup>. O sobrenome de *Iulia* aponta a sua atribuição, à data da municipalização de *Ebora*<sup>74</sup>, que pode ter sido atribuído por o imperador Augusto.

Portanto, o território do actual Alentejo, encontrava-se inserido na Província da Lusitânia dominada pelos romanos, desta forma e neste contexto o actual Concelho de Arraiolos tinha a sua dependência para com a *civitas* de *Ebora*, ou seja, esta última abrangia o território de Arraiolos, que por sua vez incluía, o suposto *vicus*, mencionado na bibliografia como Calântica, bem como as diversas estruturas romanas em redor deste território.

## 2.2. Domínio Germânico

Quando se chega ao século V, Suevos, Alanos e Vândalos, ocuparam e povoaram o território, que iria mais tarde ser Portugal, sendo que os Vândalos no final desse mesmo século deslocaram-se para o Norte de África sem deixarem grandes vestígios da sua passagem e povoamento pelo território alentejano. Posteriormente, surge um outro povo bárbaro, os Visigodos, vindos da Gália, e que nos séculos VI e VII vão ocupando e conquistando grande parte do território da Península Ibérica, embora o seu domínio não se tenha estendido ao Norte e Noroeste da Península Ibérica. O actual Alentejo durante esta fase de transição desde a queda do Império Romano até às ocupações germânicas, não possuía um grande aglomerado

<sup>67</sup> Cidades romanas, com uma administração semi-autónoma de nível intermédio, dependente de uma capital de *conventus*.

<sup>68</sup> Singular de *civitates*.

<sup>69</sup> Jorge de Alarcão, *Op. Cit.*, 1990.

<sup>70</sup> *Idem, Ibidem*, 1990.

<sup>71</sup> *Ebora Liberalitas Iulia* pertence ao *conventus pacensis*.

<sup>72</sup> Município de cidadãos romanos com direito latino antigo.

<sup>73</sup> Segundo José d'Encarnação trata-se da tribo que faz parte da *civitas* de *Ebora*.

<sup>74</sup> António Marques de Faria, "Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia" in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, n.º 2, 2001.

populacional, mas sim um povoamento disperso por toda a região.<sup>75</sup>

### 2.3. Domínio Muçulmano

No ano de 711, a Península Ibérica, sofre uma nova invasão<sup>76</sup>, neste caso a entrada faz-se não pelo Norte como foi no caso germânico, mas sim pelo Sul e por muçulmanos, ocupando mais rapidamente todos os territórios abaixo do Rio Tejo.<sup>77</sup> Como será de prever esta invasão provoca uma grande influência na história das populações autóctones, terá uma intensidade que permaneceu em diversos aspectos da cultura ou da toponímia peninsular. Assim, surgem novos aglomerados populacionais e povoamento de todo o território, sendo que noutros casos existiu um repovoar de antigas urbes, contudo, em ambos os casos os muçulmanos, berberes<sup>78</sup> e moçárabes<sup>79</sup> viviam em comum...<sup>80</sup>

No século XI<sup>81</sup> o Império Almorávida<sup>82</sup>, e a sua dinastia, era quem dominava o Norte de África e que conquista o al-Andaluz<sup>83</sup>, sendo que o actual território arraiolense faria parte desta expansão islâmica. Este domínio territorial, que engloba toda esta região do futuro Alentejo, estende-se até ao século XII<sup>84</sup>, até que na segunda metade deste século já os cristãos estariam a conquistar este território. Deste modo, Évora que havia sido conquistada em 1166<sup>85</sup>, e encontrando-se o território de Arraiolos a Norte da envolvente de Évora, supõe-se que a região arraiolense já havia sido conquistada para as hostes cristãs, antes da cidade de Évora.<sup>86</sup>

Contudo, entre os ocupantes muçulmanos também existiam divisões e elites sociais, os árabes era a elite de maior notabilidade, logo eram estes que habitavam as cidades do al-Andaluz, os berberes, sendo um povo mais rural do Norte africano, povoaram as zonas mais rurais onde poderiam trabalhar na agricultura de horta ou de sequeiro, como era usual nas áreas rurais. Deste modo, é de supor<sup>87</sup> que o território de Arraiolos foi ocupado e povoado por uma mistura entre autóctones e este último povo ocupante, os berberes.<sup>88</sup>

### 2.4. Domínio Cristão

Os muçulmanos que habitavam toda a região, de Évora e Arraiolos, no decorrer dos fins do século XII, deixam o território ou nele permanecem na nova condição de minoria. Portanto, a acção dos cristãos é de povoar e defender a região, em particular devido ao período que se

<sup>75</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Op. Cit.*, 1993.

<sup>76</sup> Idem, *Ibidem*, 1993.

<sup>77</sup> Tornando-se o território da Península Ibérica denominado de al-Andaluz, o território de Portugal ficaria denominado por Gharb al-Andaluz, "o ocidente do al-Andaluz".

<sup>78</sup> Povos que habitavam na região do Magrebe e Norte de África e que foram conquistados pelos árabes, convertendo-se posteriormente ao Islão.

<sup>79</sup> Cristão da Península Ibérica que viviam sob domínio muçulmano.

<sup>80</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, 2009.

<sup>81</sup> António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, 2008.

<sup>82</sup> Dinastia do Norte de África que se uniu com uma base forte no Islão, conquistando uma vasta região do ocidente islâmico e a parte inferior da Península Ibérica, entre os séculos XI e XII.

<sup>83</sup> Designação atribuída pelos muçulmanos à Península Ibérica, quando da sua conquista no século VIII.

<sup>84</sup> Maria Cristina Pimenta, *Guerras no Tempo da Reconquista 1128/1249*, 2008.

<sup>85</sup> António Borges Coelho, *Op. Cit.*, 2008.

<sup>86</sup> Rui Miguel Lobo, *Vimieiro, uma história por contar*, 2007.

<sup>87</sup> Bruno Lopes, *Contributos para a História dos Tapetes de Arraiolos*, 2009.

<sup>88</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Op. Cit.*, 2009.

viveu entre 1190<sup>89</sup> e 1250<sup>90</sup>, quando os muçulmanos tentam uma recuperação daqueles territórios perdidos para os cristãos até ao Rio Tejo, ficando o Sul em constante estado de alerta devido aos conflitos bélicos.<sup>91</sup>

Desde meados do século XII a meados do século XIII, a dinastia Almóada vai originar o auge de unificação, em prol da mesma ideologia religiosa e política, de todo o Magrebe<sup>92</sup> e de todo o Ocidente muçulmano. Esta unificação almóada, que posteriormente, os diversos poderes tenta recompor, excede em larga escala espacial, o que anteriormente tinha sido ocupado pelos Almorávidas.<sup>93</sup>

Com a conquista cristã definitiva dos territórios alentejanos, actuais, onde se engloba o de Arraiolos, a preocupação da monarquia portuguesa, recai sobre a organização administrativa do território e o seu povoamento para possuir um controlo territorial. Deste modo, o estabelecimento dos concelhos, pela Carta de Foral<sup>94</sup>, forneceu uma divisão administrativa essencial.

## 2.5. Ordens Militares

Deste o século VIII, com a entrada muçulmana na Península Ibérica, que o território pertencente ao actual Alentejo, se encontrava sobre o domínio deste povo, porém, no século XII as tropas cristãs vindas do Norte começam a conquistar território, incluindo o alentejano, para o seu controlo. Deste modo, por volta de 1165<sup>95</sup>, ou 1166 para outros autores, a cidade de Évora é conquistada por Geraldo, Sem Pavor, que se entregou ao serviço de D. Afonso Henriques, 1º Rei de Portugal, que ia conquistando territórios para o Reino de Portugal a Sul.

Portanto, no decorrer deste período de conquistas e retrocessos, esta zona do actual Alentejo, era tido como um território de grande importância para a contenção dos avanços inimigos, assim, surge uma necessidade estratégica do monarca português reforçar e segurar defensivamente o território e conseqüentemente, o reino. Logo, foram criadas condições para que as Ordens Militares se estabelecerem nestas zonas mais a Sul, como doações e mercês.<sup>96</sup>

No ano de 1166 a Ordem de Calatrava estabelece-se na cidade de Évora<sup>97</sup>, esta tratava-se de uma ordem militar criada por Raimundo de Fitero, um monge da Ordem de Cister, no ano de 1158. Tinha como propósito defender o território hispânico da ocupação islâmica, reconhecida pela Santa Sé no ano de 1164, rapidamente se tornou numa força a ter em conta e dois anos após este reconhecimento chega à cidade de Évora.<sup>98</sup> Neste território passam a designar-se

<sup>89</sup> Pela dinastia Almóada, povo do Magrebe com uma nova mentalidade sobre o Islão e com um enorme poderio bélico que tenta recuperar os territórios perdidos pelos Almorávidas e ser a nova dinastia dominante no mundo muçulmano, no século XII.

<sup>90</sup> Reconquista definitiva do território aos muçulmanos por parte do Reino de Portugal e estabelecimento das fronteiras do Algarve com Castela.

<sup>91</sup> Maria Cristina Pimenta, *Op. Cit.*, 2008.

<sup>92</sup> Trata-se da região Noroeste de África ou a parte ocidental do mundo árabe, nomeadamente onde se encontra Marrocos, Argélia, Tunísia, Sahara Ocidental, Mauritânia e Líbia.

<sup>93</sup> O Saidi, "A unificação do Magrebe sob os Almóadas" in *A África do século XII ao século XVI*.

<sup>94</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007; A. H. de Oliveira Marques, *Op. Cit.*, 2009.

<sup>95</sup> Idem, *Ibidem*, 2009.

<sup>96</sup> Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, 1999.

<sup>97</sup> António Moreira, Alcino Pedrosa, *As Grandes Datas da História de Portugal*, 2004.

<sup>98</sup> P. Miguel de Oliveira, "A Milícia da Évora e a Ordem de Calatrava" in *Ivsitania Sacra*.

por Freires de Évora ou Milícia de Évora, à qual os primeiros monarcas do Reino de Portugal fazem doações de diversos territórios entres eles Avis. É estabelecida nesta localidade a sede da ordem, passando a ser conhecidos então, não com a designação de Milícia de Évora da Ordem de Calatrava mas como Ordem de Avis, independente da obediência à ordem castelhana.<sup>99</sup>

*“Foi no reinado de D. Dinis que a Ordem de Avis começou a ganhar autonomia face a Calatrava e o momento fundamental na história da Ordem está na designação de D. João, filho ilegítimo do Rei D. Pedro I, como Mestre de Avis. A morte do Rei D. Fernando I e a crise de 1383-1385, acabou por ditar a subida ao trono do Mestre de Avis e o início da dinastia do mesmo nome.”<sup>100</sup>*

Quando da presença desta ordem em Évora, nos territórios desde a região de Setúbal litoral e Sul alentejano até o Algarve, ficou estabelecida a Ordem Militar de Santiago<sup>101</sup> tendo a região de Évora, ou seja, Centro e Norte alentejano ficado com maior influência da Ordem de Avis.<sup>102</sup>

Deste modo, poucas foram outras instituições religiosas seculares ou monásticas que se estabeleceram para Sul do Tejo, embora tivesse aqui um vasto território a explorar, porém, e já após a Reconquista e com relevância para a história de Arraiolos, mas posterior à baliza cronológica estabelecida do século XIV, uma ordem estabeleceu aqui uma instituição. Refere-se à Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista, também conhecidos como Cónegos Azuis ou Padres Lóios, estabeleceu-se na cidade de Évora no século XV e em Arraiolos no século XVI.<sup>103</sup> Esta de Arraiolos tratou-se do 7º convento da congregação em Portugal e o primeiro que Arraiolos veio a conhecer.<sup>104</sup>

Esta congregação mais conhecida como Lóios, trata-se de uma ordem de origem portuguesa, instituída no princípio do século XV, em Lisboa. Pretendia reformar o clero em Portugal e teve o seu auge até ao começo do século XVI, pode-se constatar tal quando no ano de 1491 estabelecem o seu convento na cidade de Évora, e em 1527 na vila de Arraiolos.<sup>105</sup> Os dois Conventos dos Lóios tiveram apoio e consentimento da nobreza para as suas fundações<sup>106</sup>, no caso de Arraiolos, particularmente, foi João Garcês que sem herdeiros doou a sua Quinta do Paço à congregação, esta era a antiga residência do 1º Conde de Arraiolos, D. Álvaro Pires de Castro. Outros membros da nobreza ainda contribuíram para a obra com donativos, entre eles, o Duque de Bragança, D. Teodósio.<sup>107</sup> De mencionar que em Arraiolos ainda existiu uma outra ordem com o seu respectivo convento, embora já numa época posterior e bastante fora da cronologia estabelecida para esta dissertação, trata-se do Convento de S. Francisco, da Terceira Ordem da Penitencia de S. Francisco, estabelecido na vila em 1633.<sup>108</sup>

<sup>99</sup> <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=179>

<sup>100</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>101</sup> <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=123>

<sup>102</sup> Maria Fernandes, *A Ordem Militar de Santiago no século XIV*, 2002.

<sup>103</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento - Guia Histórico*, 2006.

<sup>104</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Memórias da Villa de Arrayolos - Parte I*, 1983.

<sup>105</sup> Telmo Passão, *Projeto para a valorização e salvaguarda do património urbano de Arraiolos-Relatório de Estágio Profissional*, 2015.

<sup>106</sup> [http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-oliveira7.htm#\\_ftn20](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-oliveira7.htm#_ftn20)

<sup>107</sup> Telmo Passão, *Op. Cit.*, 2015.

<sup>108</sup> Idem, *Ibidem*, 2015.

### 3. Concelho de Arraiolos

O Concelho de Arraiolos<sup>109</sup>, com uma área de 684,08 Km<sup>2</sup>, possui actualmente uma população de 7363 habitantes<sup>110</sup> e é constituído por cinco freguesias: Arraiolos, Igreja, Santa Justa e S. Gregório<sup>111</sup>, Sabugueiro e S. Pedro da Gafanhoeira<sup>112</sup> e a do Vimieiro.<sup>113</sup> É um dos catorze concelhos do Distrito de Évora e tem os seus limites administrativos definidos desde 1736. Com a Vila de Arraiolos, sede de concelho, situada a uma altitude de 348,50m, longitude 7º 59' W e latitude 38º 43' N, situada no Distrito de Évora, região Alentejo e sub-região do Alentejo Central, e com cerca de 3 380 habitantes.

Arraiolos é uma vila alentejana com uma grande antiguidade entre as diversas povoações de Portugal, eternamente ligada aos tapetes, que com grande beleza conferiram notabilidade a Arraiolos. Contudo, a história da vila e do seu concelho é bem mais vasta e diversificada do que somente a história dos seus “Tapetes de Arraiolos”.<sup>114</sup> Arqueologicamente a ocupação humana do território atesta a presença desde os tempos da Pré-História de diversos habitats, estruturas megalíticas e vestígios humanos por todo o concelho, como é referido na Carta Arqueológica, publicada em 2013.<sup>115</sup> Na vila de Arraiolos é apresentada como a ocupação no período da Proto-História,<sup>116</sup> em grande escala, a localizar-se no outeiro do actual castelo<sup>117</sup> e possivelmente na Praça do Município.<sup>118</sup> O tamanho desta “povoação”, contudo, é desconhecido, bem como a quantidade de povoamento que se efectuou nesta zona.

#### 3.1. Freguesias do Concelho

De referir a freguesia da vila do Vimeiro, com 1600 habitantes<sup>119</sup> e uma área de 252,47km<sup>2</sup>, da qual fazem parte os pequenos aglomerados populacionais das Bardeiras e Venda do Duque, além da própria vila do Vimeiro. A vila encontrou-se estabelecida como sede de concelho próprio, entre 1257 e 1855, acabando por ser integrado no Concelho de Arraiolos, durante este período de concelho independente do arraiolense adquiriu dois forais. O primeiro concedido por D. Martinho Peres, Bispo de Évora, no ano de 1257. O seu segundo foi outorgado no ano de 1512 pelo então Rei de Portugal, D. Manuel I. Santana do Campo trata-se igualmente de uma povoação a mencionar, devido à temática da dissertação, assim sendo, é uma pequena aldeia da freguesia de Arraiolos localizada a Noroeste da vila sede de freguesia e concelho a cerca de 8km. Anteriormente denominada de Santana da Franzina e já existente em 1534, foi freguesia

<sup>109</sup> Ver Imagem 2.

<sup>110</sup> Censos 2011.

<sup>111</sup> União de Freguesias.

<sup>112</sup> União de Freguesias.

<sup>113</sup> Ver Imagem 3.

<sup>114</sup> A referência escrita mais antiga que até hoje é conhecida está no inventário de Catarina Rodrigues, mulher de João Lourenço, lavrador e morador na herdade de Bolelos, termo de Arraiolos, onde, pelo ano de 1598, é descrita a existência de *hum tapete da terra novo avalliado em dous mill Reis*. Certo é ainda que as escavações arqueológicas realizadas na Praça Lima e Brito no início do Séc. XXI, sob a responsabilidade da Arqueóloga Ana Gonçalves, sem prejuízo de uma investigação mais pormenorizada, sugere a presença de uma tinturaria que alegadamente possa estar ligada à produção dos primórdios dos tapetes em Arraiolos numa fase anterior ao Séc. XV.

<sup>115</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Património (s) de Arraiolos*, 2013.

<sup>116</sup> É referido na bibliografia (PAÇO, Afonso, *Castelo de Arraiolos*, “Junta Distrital de Évora. Boletim 6”, Évora, 1965) a descoberta de um machado de cobre, como pode-se ver na Imagem 46.

<sup>117</sup> António Carlos Silva, José Perdigão, *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos*, 1998.

<sup>118</sup> ARKHAIOS, *Realização de Acompanhamento Arqueológico de Obra e Escavação Arqueológica Antigo Hospital do Espírito Santo – Arraiolos*, 2013.

<sup>119</sup> Censos 2011.

independente de Arraiolos e extinta no século XX, tendo a sua igreja, então, paroquial sido construída sob as antigas ruínas de um templo romano.

### 3.2. Lendas da Fundação de Arraiolos

A fundação de Arraiolos é desconhecida, embora a memória do local seja mítico, deste modo, segundo a tradição e lenda que Cunha Rivara, nativo de Arraiolos e como maneira de engradecer a origem da sua vila, refere a se ter efectuado com os então senhores de Évora Sabinos, Tusculanos e Albanos, só posteriormente surgiu o General dissidente romano Sertório, tratando-se de uma lenda que visa a colocação destes povos como fundadores de Arraiolos. Cronologicamente balizados para cerca de dois séculos antes de Cristo.<sup>120</sup>

*“(...) a grande maioria da informação existente assenta na tradição oral. (...) Diogo Mendes de Vasconcelos atribui a fundação da vila aos Galo-Celtas, os quais lhe teriam chamado Calântia e há ainda a hipótese de ser a antiga Arandiz referida por Ptolomeu.<sup>121</sup> Arandiz era uma cidade muito antiga da Lusitânia, a qual foi descrita por Ptolomeu, que a colocava entre Salacia (Alcácer do Sal) e Évora e pouco distante de Castraleacos (Alcáçovas) em 6º e 20’ de longitude e 39º de latitude, exactamente o sítio que ainda no século XIX era o reguengo de Alcalá, local onde Manuel Severim de Faria descobriu várias ruínas.”<sup>122</sup>*

Com esta duas hipóteses relativamente à fundação de Arraiolos, a lenda que prevaleceu até aos tempos actuais tratar-se-á da primeira e não que Arraiolos seja Arandiz. Embora em relação à sua toponímia existam novos argumentos opostos. Por um lado é sugerido que Arraiolos tenha sido entregue ao Capitão Rayco<sup>123</sup>, de origem grega, o qual passaria a ser o senhor do território arraiolense.<sup>124</sup> A evolução do nome rapidamente evoluiu de *Terra de Rayco*, derivado ao seu senhor, para *Rayolis* e *Rayeopolis*,<sup>125</sup> mantendo a constante evolução toponímica até se chegar a *Arraiolos*.

*“No entanto, Garcia Pereira parece afastar esta hipótese, pelo menos no que à etimologia do nome Arraiolos diz respeito, quando afirma: Ar ou Arr indica altura, elevação, coisa sobranceira; encontra-se em designações antigas e modernas – Arronches, Arraiollos, Arrábida, Arabriga, Artobriga, Aramenha. A terminação ollos de Arraiollos oferece analogia com outra ola que se encontra frequentemente – Orila, Mértola, Grândola e nas designações antigas – Toleitola, Mendiola, Tribola; em Hespanha há – Ohriuela, Olot, etc. É provavelmente a ola ibérica que significa pequena povoação.<sup>126</sup> Teríamos então, pequena povoação num local elevado. Parece encaixar na perfeição com as características da vila. Sendo assim, parece que esta hipótese também não será a mais provável, pelo menos no que à etimologia diz respeito. No entanto, esta questão relacionada com a origem do nome Arraiolos é lateral à da origem da vila, permanecendo assim como viável a hipótese de ser real a fundação da vila por sabinos,*

<sup>120</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Memórias da Villa de Arrayolos - Parte I*, 1983.

<sup>121</sup> Rui Lobo, *História e Monumentos das Freguesias do Concelho de Arraiolos*, 2006, pp. 4-5. Cf. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*-Volume I, 1873, pág. 238 MM.

<sup>122</sup> Idem, *Ibidem*, 2006.

<sup>123</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

<sup>124</sup> Esta hipótese sugerida deriva de uma alegada representação de uma cabeça humana do tal capitão, numa das torres do Castelo de Arraiolos.

<sup>125</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

<sup>126</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006, pág. 6. cf. Gabriel Pereira, *Dolmens ou antas dos arredores D'Évora*, 1875, pág. 25.

tusculanos e albanos, tal como se mantém a hipótese de Arraiolos ter tido como senhor um capitão grego de seu nome Rayco, até porque diz a tradição que em tempos o brasão de Arraiolos era uma cabeça na forma de uma esfera, em memória do tal capitão grego.”<sup>127</sup>

### 3.3. Santana do Campo

Numa comunicação do Padre Afonso de Madre de Deus Guerreiro à Academia Real da História, no ano de 1734, refere uma pedra encaixada entre os alçados da Igreja de Santana do Campo, igreja esta que se encontrava construída sobreposta às ruínas de um templo romano, a pedra referida tinha inscrito:

CARNEO / CALANTICE(N)/SI CAECILIA / Q(uinti) F(ilia) NI CVIS [?] / R . C V(otum?) L(ibens?) S(olvit?)

A Carneu Calanticense. Cecilia..., filha de Quinto,...cumpriu de bom grado a promessa.<sup>128</sup>

Leite Vasconcelos refere na sua obra *Religiões da Lusitânia* sobre as divindades de carácter incerto, entre os quais, se encontra o próprio Carneus, da seguinte forma: “...o estabelecimento, e apenas de modo geral posso dizer que é provável que pela maior parte essas divindades sejam Gennii locorum (de fontes, de povoações, etc.)”<sup>129</sup> Ficando a incerteza do culto a esta divindade e de carácter incerto, somente se conhece a devoção indígena.

Devido à grande devoção que se fazia sentir, por parte dos indígenas desta região, para com esta divindade, foi romanizado o culto, favorecendo a integração social. Deste modo, iniciou-se logo a possibilidade de que Carneus fosse uma divindade da antiguidade Pré-clássica e que o templo romano presente em Santana do Campo lhe tivesse sido dedicado, bem como os Calanticenses fossem os habitantes de Calântica. Todavia, reside a possibilidade de o templo de Santana do Campo estar fora de qualquer povoação e ser um *aedes in rure*. Portanto, surge a dúvida sobre a razão da localização deste templo, bem como da localização de Calântica e das suas possíveis alternativas.<sup>130</sup>

Assim, a localização torna-se pertinente, sendo este um deus ligado aos rebanhos, um dos principais recursos de subsistência das populações locais, pelo que a presença da divindade é indiscutível. Com o aparecimento de uma árula votiva com referência a Carneus Calanticensis, em Santa Justa, perto de Vale do Pereiro, feita em mármore branco-amarelo de Estremoz/Vila Viçosa, com a cronologia a apontar para o século II d. C.<sup>131</sup> a questão da localização da povoação em relação ao templo, ainda se torna de maior complexidade.

“Com mais este achado conclui-se que estamos perante ex-votos de uma divindade indígena, protectora de um povo ou duma povoação possuidora eventualmente de atributos relacionados com a criação de gado e que teria o centro do seu culto no templo cujas pedras foram utilizadas na actual igreja de Santana do Campo. Assim, tudo leva a crer que carneus seria adorado nesta

<sup>127</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006, pp. 5-6.

<sup>128</sup> José D’Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis-Subsidio para o estudo da romanização*, 1984, pág. 489.

<sup>129</sup> José Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. II, 1981, pág. 312.

<sup>130</sup> António Carlos Silva, José Perdigão, *Op. Cit.*, 1998.

<sup>131</sup> José D’Encarnação, *Op. Cit.*, 1984.

região, talvez denominada de Calântica, sem que houvesse uma povoação de grandes dimensões que tivesse esse nome. A indicar essa possibilidade temos os vestígios arqueológicos em Arraiolos e nos seus arredores que indicam, na maioria dos casos, a existência de pequenos casais agrícolas, tratando-se os vestígios de maior dimensão ocupacional de villas agrícolas. Não se pode, por isso, afirmar que Arraiolos fosse Calântica.”<sup>132</sup> Deste modo, a localização ou existência de uma povoação denominada de Calântica, sem trabalhos arqueológicos, é de difícil estabelecimento.

### 3.4. Alta Idade Média no Concelho de Arraiolos

Relativamente ao período temporal em que se iniciam a entrada dos povos bárbaros no Império Romano, o território arraiolense terá igualmente sofrido uma ocupação, mas quer as fontes arqueológicas, quer as fontes documentais são nulas sobre este período. Porém, tal ocupação, e devido à história da presença no Alentejo, são plausíveis que tenham ocorrido, mas sem provas concretas, como referido. Posteriormente, com a entrada muçulmana na Península Ibérica, Arraiolos, bem como o restante território do actual concelho, terá tido uma ocupação e povoamento. Deste modo, e para a questão da presença islâmica, particularmente, na vila de Arraiolos a Arqueologia tenha facultado alguns dados.<sup>133</sup>

*“Sem documentos ou dados arqueológicos que o comprovem, tudo leva a crer que por Arraiolos tenham passado ou estado os povos germânicos que começaram a entrar na Península Ibérica pouco antes da queda do Império Romano do Ocidente. Afirma o General João de Almeida que Arraiolos foi tomada e ocupada pelos Alanos em 411 e pelos Mouros em 716, tendo estes últimos, aí permanecido durante todo o período da sua dominação. Esta ideia é reforçada pela informação de que devido às invasões dos povos do Norte da Europa – Alanos, Suevos, Vândalos e Visigodos – e mais tarde dos muçulmanos, Arraiolos foi palco de muitas batalhas devido às suas condições geográficas e físicas, a isso propícias, tendo a vila saído muito destruída destas querelas.”<sup>134</sup>*

A conquista cristã, efectuada um pouco em toda a Península Ibérica, nomeadamente, com a conquista da região de Évora,<sup>135</sup> como referido anteriormente, integra igualmente o actual Concelho de Arraiolos, que, como os demais, passaria de zona de cenário bélico para um de relativa paz.

*“Durante vários séculos os monarcas portugueses fizeram doações de algumas localidades do reino a senhores da nobreza, legitimando estes homens para o exercício do poder nesses locais. Em muitos casos esse poder prolongou-se por várias gerações, tendo-se assim gerado um tipo de autoridade denominada de senhorial, que em muitos casos originou autênticas ilhas de soberania autónoma dentro do reino.”<sup>136</sup>*

<sup>132</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006, pp. 8-9.

<sup>133</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>134</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006, pág. 8.

<sup>135</sup> António Moreira, Alcino Pedrosa, *Op. Cit.*, 2004.

<sup>136</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007, pág. 96

Deste modo, surge a primeira fonte documental com o nome de Arraiolos, quando o Rei de Portugal, D. Afonso II, faz o donatário de Arraiolos o Bispo de Évora, D. Soeiro, e ao Cabido através de carta em 7 de Maio de 1217.<sup>137</sup> A doação que englobava a *Herdade de Arriolos*<sup>138</sup>, assim designada, e com o dever de donatário, tinha de se erguer um castelo na vila. Subsiste a questão de haver um vazio de povoação em parte do território arraiolense, pelo facto de o rei se dirigir à Herdade de Arraiolos. Tal situação de pouca ocupação podia ter resultado do confronto bélico que se fazia sentir entre Cristãos e Muçulmanos, mas com o dever, da doação, de se efectuar a construção de uma fortificação deixa ponderar a existência de um povoado. “*El-Rey não se lembraria de conceder aos novos donatários licença para edificarem castelo em lugar ermo e de todo despovoado*”,<sup>139</sup> como refere Cunha Rivara.<sup>140</sup>

### 3.5. Vimieiro

*“Desconhece-se a que época remonta a fundação da vila do Vimieiro. O primeiro documento conhecido que lhe faz referencia é a Carta de Foral de 1257, no entanto, é óbvio que o Vimieiro já existia anteriormente enquanto aglomerado populacional, visto que só foi atribuído foral às localidades com algum desenvolvimento no Portugal de então.”*<sup>141</sup> *“A primeira Carta de Foral permite-nos saber que no século XIII a nomenclatura da vila já era Vimieiro”*.<sup>142</sup>

Sendo que povoação do Vimeiro é pela primeira vez mencionada no Foral de 1257 por D. Martinho Peres, bispo de Évora, presume-se que até então tivesse incorporada no termo da povoação de Arraiolos. A vila do Vimeiro desde o ano de 1217 havia sido doada ao mencionado bispo e seu cabido, pelo Rei D. Afonso II.<sup>143</sup> Deste modo, o território do Vimieiro encontrou-se na posse do seu donatário D. Martinho Peres, que confere o Foral à povoação no ano de 1257, com a devida permissão do então rei, D. Afonso III.<sup>144</sup>

A doação veio, contudo, a ser contrariada por D. Afonso III, que ambicionava readquirir esta região para a Coroa. A exigência do rei circunscrevia o Vimieiro, anteriormente território da comarca de Arraiolos, porém, o Bispo D. Martinho Peres já tinha efectuado a separação com a doação do Foral ao Vimieiro, no ano de 1257.<sup>145</sup> Em seguida a este extenso e demorado processo, entre a Coroa e o Bispado devido à disputa que se fazia sentir entre ambos relativa às rendas, no ano de 1271, a vila e o termo de Arraiolos, tal como o Vimieiro, ficam uma vez mais na posse régia, devido ao estabelecimento de um consentimento autorizando, contudo, o bispado e o cabido, a ter o padroado das igrejas destes territórios e os seus concomitantes direitos espirituais.<sup>146</sup>

<sup>137</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

<sup>138</sup> *Idem, Ibidem*, 1983.

<sup>139</sup> *Idem, Ibidem*, 1983, pág. 10.

<sup>140</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006.

<sup>141</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007, pág. 45.

<sup>142</sup> *Idem, Ibidem*, pág. 49

<sup>143</sup> Jorge Fonseca, *O Foral Manuelino do Vimieiro*, 1999, pág. 5.

<sup>144</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007.

<sup>145</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 1999.

<sup>146</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006.

*“O Vimieiro era sede de concelho desde 1257, legitimado pelo Foral que lhe foi atribuído nesse ano. Mas o contexto em que esse Foral do Vimieiro e muitos outros desse período foram atribuídos tinha-se alterado. As Cartas de Foral do século XIII tinham o objectivo de organizar administrativamente e territorialmente o reino, no entanto, muitos assuntos de cariz burocrático, civil e judicial foram omitidos, o que dificultou os esforços que os vários monarcas portugueses fizeram, nos anos que se seguiram, para centralizar o poder e organizar o quotidiano das localidades.*

*O carácter pouco específico dos forais do século XIII permitiu que os concelhos e os senhores, onde vigorava o poder senhorial, os interpretassem como mais lhes conviesse, dificuldade as pretensões da Coroa, que ambicionava uniformizar o uso do poder local e o seu sistema burocrático.”<sup>147</sup>*

O Vimieiro teve a sua administração entregue a senhores donatários, que entre 1257 a 1271 encontrava-se sob o poder da Arquidiocese de Évora, posteriormente, começa um conflito pela sua posse entre o poder religioso e a Coroa, acabando o poder real por adquirir o Vimieiro. Em 1305, já com o Rei D. Dinis, é entregue este território a donatários somente em vida dos mesmos e não sendo hereditário, em troca de benefícios em outras localidades para uma ampliação do poder régio em terras e património. Todavia, com esta doação, somente é perdido as rendas e direitos da Coroa no Vimieiro, mas que ao rei continuaram a pertencer as nomeações, durante a doação. De uma forma astuta o senhor da vila continuava a ser o monarca, uma vez que com as nomeações era ele que controlava e escolhia as autoridades mesmo com a doação efectuada. Apenas no século XV, nomeadamente, a 28 de Janeiro de 1437, sendo D. Sancho de Noronha o seu primeiro senhor, e é quando se deixa de considerar o Vimieiro como pertencente ao património régio.<sup>148</sup>

### **3.6. Arraiolos**

D. Afonso III declarou a sua intenção de restituir à Igreja os diversos terrenos que detinha, do qual Arraiolos e o Vimieiro faziam parte. Este acto do rei trata-se de uma resolução que opunha o monarca à Santa Sé e que este queria resolver antes de morrer. Tal nunca viria a acontecer, pois o seu sucessor, o Rei D. Dinis, seu filho, não a colocou em uso, de forma a afirmar o seu poder régio. O monarca acaba por criar um reforço do poder que a coroa detinha neste território. Deste modo, em 1300,<sup>149</sup> a Pedro Caria<sup>150</sup> o sesmeiro do monarca, é ordenado efectuar no Reguengo<sup>151</sup> da Vide<sup>152</sup> uma divisão de terras a quarenta agricultores.<sup>153</sup>

O intuito do rei era de demonstrar o poder régio sobre o território e assegurar a ocupação e povoamento do território de Arraiolos. D. Dinis estabelece então que os agricultores deviam ser homens *que sejam bons lavradores, e com algo, e com conselho, dos quais nenhum seja cavaleiro, nem clérigo, nem homem de ordem; com tal condição que eles e todos sucessores morem aí por seus corpos e o lavrem e frutifiquem; e paguem de foro a El-Rei e a todos seus*

<sup>147</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007, pág. 57.

<sup>148</sup> Idem, *Ibidem*, 2007.

<sup>149</sup> Jorge Fonseca, *O Foral Manuelino de Arraiolos*, 2000.

<sup>150</sup> Ver Imagem 28.

<sup>151</sup> Território pertencente ao rei.

<sup>152</sup> Termo de Arraiolos.

<sup>153</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

*sucessores cada ano o quarto do fruto que Deus aí der.*<sup>154</sup>

Outra ordem dada pelo monarca refere-se à construção da fortificação da vila de Arraiolos. Estas demonstrações do poder real na vila e no seu termo, dirigiam-se a uma política de crescimento económico e de uma melhor defesa do reino. O documento<sup>155</sup> de D. Dinis, referente à carta de aforamento do Reguengo da Vide, constitui-se como a Carta de Povoamento<sup>156</sup> de Arraiolos. Só com D. Manuel I já no século XVI obteria o Foral de Arraiolos.<sup>157</sup> Quando da carta de doação dada por D. Afonso II, em 1217, ao bispado e ao cabido de Évora, deveria ser efectuada uma fortificação, esta que não se chegou a efectuar, mas pressupõe, uma vez que isso era exigido na doação, que pudesse ter existido uma edificação com um carácter defensivo, algum tipo de fortificação.<sup>158</sup> Porém, não subsistem vestígios arqueológicos ou documentais, somente no reinado de D. Dinis, Arraiolos verá o seu castelo construído, de grande relevância para a coroa e para o rei, pois Arraiolos encontrava-se na estrada que ligava Castela a Lisboa e a Évora. Este era assim um ponto essencial de defesa do Reino de Portugal.<sup>159</sup>

*“D. Dinis distinguiu-se, entre outros aspectos da sua política, pela construção ou reconstrução de cerca de quarenta fortificações ao longo do país, com destaque para o Alentejo. A posição de Arraiolos, junto a uma importante via de ligação entre a fronteira de Castela e alguns dos principais centros urbanos do reino, como Évora e Lisboa, justificou certamente essa medida de defesa. A 26 de Dezembro de 1305 o Concelho, através dos seus procuradores João Anes e Martim Fernandes, assumiu a obrigação de mandar fazer “duzentas e sete braças de muro derredor da (...) vila d’Arraiolos”, em conformidade com o desenho de D. João Simão. Fazia-o por achar que era serviço de Deus, do rei e do próprio concelho. Para tal contava com o contributo financeiro do soberano, no valor de 2.000 libras. Os dois representantes receberam o seu poder 22 do mesmo mês, do “alcaide e juízes e Concelho”, destinado a estabelecerem com o monarca as condições de construção do “castelo”. O documento deixa entender que o projecto tinha já sido acordado entre o Concelho e o respectivo autor. Como testemunhas da escritura figuram, entre outras, o mestre de Avis e o comendador-mor da mesma ordem. A muralha a construir devia ter três braças de altura e uma de largura, além de duas portas, em arco, ladeadas, cada uma, por duas torres quadradas.”<sup>160</sup>*

Assim, no dia 26 de Dezembro de 1305, estabelece-se o acordo entre o Concelho de Arraiolos e el-Rei D. Dinis, em que o monarca garante pagar 2.000 libras, e o alcaide, juízes e Concelho de Arraiolos, cumprir a sua parte do que havia sido acordado naquele contrato de 1305. Deste modo, ficariam submetidos, estes últimos a efectuar uma cerca amuralhada para a vila de Arraiolos. O traçado da cerca foi entregue a D. João Simão, *“207 braças 55 de muro, de três braças de alto e uma braça de largo; e a fazer no dito muro dois portais de arco com suas portas e com dois bons cubelos quadrados em cada porta, tudo na forma e lugar traçado.”<sup>161</sup>*

<sup>154</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983, pág.17.

<sup>155</sup> Idem, *Ibidem*, 1983.

<sup>156</sup> Idem, *Ibidem*, 1983.

<sup>157</sup> Carta de Povoamento em 1290 e Foral de D. Manuel I em 1511. Entende-se por “foral” um conjunto de deveres e direitos, bem como leis de uma povoação ou então um aforamento de uma terra.

<sup>158</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>159</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006.

<sup>160</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000, pág. 6.

<sup>161</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983, pp. 25-26.

É atribuída a data de 1306, para o início da construção do Castelo de Arraiolos, assim deveria deparar-se, como é bastante comum nos castelos edificadas por D. Dinis, no topo da porta de entrada no castelo, uma lápide com a inscrição relativa à data da fundação e no seu interior, com a sua “coroa do castelo”, como refere Cunha Rivara, a Igreja do Salvador.<sup>162</sup>

Através de uma escritura, referente ao Paço do Rei na vila de Arraiolos e datado do ano de 1315, supõe-se da finalização da construção do Castelo de Arraiolos.<sup>163</sup> Com uma fortificação defensiva que protegia a vila, a população arraiolense passava a usufruir de uma maior segurança e, paulatinamente, as condições vão favorecendo um crescimento populacional. Deste modo, Arraiolos sofre uma transformação para uma vila activa e com uma ocupação populacional bastante distinta do que tinha sido o seu passado recente. *“Damião Peres afirma mesmo que Arraiolos na primeira metade do século XIII seria uma região mal povoada, de moradores dispersos, na qual pretendia criar um núcleo de povoamento à sombra duma edificação castrense.”*<sup>164</sup>

Este crescimento pode ser observado através dos registos do século XV e XVI, quando a vila de Arraiolos e Vimeiro possuíam 15 besteiros, ambas, tendo por exemplo a cidade de Évora 100, Estremoz 40 ou Montemor-o-Novo 30, no ano de 1422.<sup>165</sup> Ora, estes soldados podiam ser considerados a “classe média do concelho” e pode-se dizer que Arraiolos, dentro das populações do território alentejano encontrava-se aproximadamente a meio do rol regional entre 56 povoações.<sup>166</sup>

Já no que diz respeito ao século XVI, a vila de Arraiolos e o seu termo encontrava-se entre as 17 com maior número de povoação do território correspondente ao Alentejo e com 83 outras povoações atrás no quadro populacional. Assim, aquando do Foral Manuelino<sup>167</sup> toda a área pertencente a Arraiolos tinha aproximadamente 3500 habitantes, dos quais em 1573, aponta-se para um número entre 1740 a 1940 somente na vila.<sup>168</sup> Estes factos embora, de séculos posteriores, aos apresentados da temática da dissertação, servem para elucidar e mostrar o quanto a vila e o termo de Arraiolos se encontrava em crescimento populacional.

*“Com o castelo já erguido em 1315 e a população instalada em pequenas casas no seu interior a vila não escapou a uma tendência da grande maioria das localidades portuguesas com castelo, o abandono do interior da cinta amuralhada e a construção de novas casas no arrabalde. Cunha Rivara na sua obra Memórias da Vila de Arraiolos descreve muito bem este problema que se colocava às vilas e cidades medievais e em especial a Arraiolos: Morar em lugar de difícil acesso, cercado com forte cinto de muralhas, fechado e guardado constantemente em som de guerra, é na verdade insuportável e incómodo para todos aqueles que não professam exclusivamente o mister das armas. Por isso, à proporção que diminuía a necessidade, ou receio da guerra, os moradores das vilas, levados do sentimento da própria*

<sup>162</sup> Idem, *Ibidem*, 1983.

<sup>163</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>164</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006, pág.11. Cf. Damião Peres, *A gloriosa história dos mais belos castelos de Portugal*, pág. 423.

<sup>165</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>166</sup> Idem, *Ibidem*, 2000.

<sup>167</sup> 29 de Março de 1511, data em que o foral foi outorgado por D. Manuel I.

<sup>168</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

*comodidade, tendiam a desprender-se do recinto dos castelos e a espriar-se pelos arrabaldes, isto é, pelas encostas e pelas planícies ou rossios. Desta maneira se forma a pouco e pouco despovoando os castelos, até ficarem, como hoje estão, alguns de todo e outros quase de todo, desertos. Pelo que toca a Arraiolos, a pequena área da sua cerca era, além das causas gerais, mais um forte estímulo na convidar os habitantes para fora dos muros.*<sup>169</sup>

A população residente na vila de Arraiolos tinha ambições próprias, desde logo, derivado ao facto de não mais ser necessária a fortificação com o intuito defensivo, ou seja, a protecção que se fazia pela muralha às habitações e residentes, passa para um segundo plano nas necessidades desta mesma população. Não existia mais uma necessidade nem limitação à construção no interior da cerca, ou seja, as habitações podiam agora estender-se para o arrabalde do castelo e podiam assim ser de maiores dimensões. Sendo que a este aspecto se juntava a parte económica, pois sem as limitações da cerca amuralhada o comércio, a agricultura ou a pecuária,<sup>170</sup> as bases essenciais de subsistência da população, ganhavam, desta forma, maiores competências e possibilidades fora de limitação fortificada. Estas actividades encontravam-se limitadas devido o acesso às vias de comércio ser insuficientes ou o diminuto espaço de cultivo dentro da cerca ou mesmo para a criação de gado, derivado ao fecho, delimitação e acessibilidade onde se encontravam quando da sua residência no interior do castelo.

Ao contrário da população de Arraiolos, o monarca não encarava a saída para o exterior do castelo, de bom grado pois a defesa da vila e da região poderia ficar em causa, bem como a protecção da própria população, entre outros. O Rei D. Fernando numa tentativa de assegurar que a população se conservasse no interior do castelo, em 1371<sup>171</sup>, emite uma carta em que eram estabelecidos determinados privilégios àqueles que optassem por manter a sua residência no interior do Castelo de Arraiolos.

*«Que não vão com presos, nem com dinheiros de uma vila a outra; que não guardem presos em igreja; nem sejam constrangidos para serem tutores, nem curadores, que os que de novo forem morar na dita cerca não sejam obrigados a pagar dividas que fizerem daqui em diante; e os outros que já lá são moradores só as paguem por suas rendas, em tal termo porem que lhes fiquem seus mantimentos, porque se possam manter conforme o seu estado. Mais concede e manda que os que moram na dita cerca hajam os ofícios do concelho, e os de fora não, que os mancebos e serventes sejam dados primeiramente aos que morarem na dita cerca, para fazerem seus serviços primeiro que os do arrabalde; que nem os da mercê de el-rei (ou seja, os que servem na casa do rei), nem dos infantes seus irmãos, nem de outro nenhum, por poderoso que seja, que pouse dentro da dita cerca com os moradores dela, lhes tomem roupa, nem matem galinhas, salvo quando ele rei, ou os infantes seus irmãos aí forem ou por especial mandado dele dito rei; que todos os serviços vão á praça de dentro da dita cerca em aquele lugar onde antes usavam de ir; que todas as viandas que vão vender ao lugar de Arraiolos, ou sejam dos moradores da dita vila, ou dos de fora, vão todos á dita praça de dentro da cerca, e*

<sup>169</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006, pp. 11 -12. Cf. Cunha Rivara, *Memórias da Villa de Arrayolos-parte I*, 1983, pág. 29.

<sup>170</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>171</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

ai as vendam». <sup>172</sup>

Embora a carta de D. Fernando, concedesse privilégios interessantes à população, esta preferiu os benefícios do arrabalde aos do rei e a ocupação espacial cresceu no exterior. Tão fortemente se fazia sentir o despovoamento do Castelo de Arraiolos que depois de D. Fernando, D. João II, D. Manuel e D. João III atestavam a carta e medidas, que o primeiro monarca tinha lançado. <sup>173</sup>

A situação do termo de Arraiolos havia sofrido um longo e controverso processo, entre o Bispado e Cabido de Évora e o Rei de Portugal, sobre quem detinha a posse. Assim, no ano de 1367, o Rei D. Pedro I, remeteu um documento para o seu Almojarife <sup>174</sup> de Évora, Vicente Dares, a ordenar que o território de Arraiolos e Pavia <sup>175</sup> passassem para o domínio de um vassalo do rei, Rodrigo Afonso de Sousa, filho de Afonso Dinis, filho bastardo do Rei D. Afonso III. Nesse mesmo ano, D. Fernando sobe ao trono devido à morte do seu pai, D. Pedro I, e ratifica a doação de Arraiolos feita pelo seu pai. <sup>176</sup>

Em 1377, este donatário faleceu se descendente legítimo <sup>177</sup>, tendo D. Fernando feito nova doação a ser D. Álvaro Pires de Castro, Conde de Viana e irmão de D. Inês de Castro. A Rainha D. Leonor terá influenciado o seu cônjuge, D. Fernando, nesta escolha, como expõe o cronista Fernão Lopes.

*“Esta Rainha Dona Lionor, ao tempo que a elRei tomou por mulher, era bem manceba em fresca hidade, e igual em gramdeza de corpo;(...)E por quamto ella era çerta, que nom prazia aas gentes meudas de ella seer Rainha, segumdo se mostrara em Lixboa e em outros logares, e ainda dalguns gramdes duvj dava mujto, trabalhouse de aver da sua parte todollos moores do reino per casamentos, e grandes officios, e fortellezas de logares que lhes fez dar, como adeantes ouvirees. (...) e fez como fosse comde Darrayollos Dom Alvaro Pirez de Castro: (...)”* <sup>178</sup>

D. Álvaro Pires de Castro era um fidalgo poderoso de origem castelhana que detinha em Portugal os importantes títulos de Alcaide-Mor de Lisboa e de 1º Condestável do Reino de Portugal ao qual juntou o de 1º Conde de Arraiolos. <sup>179</sup> A população não tinha o seu conde, com toda a sua influência perante o monarca e o seu alto estatuto no reino, em grande estima derivado às suas estadias em Arraiolos. Estas eram acompanhadas de grandes séquitos, do qual eram bastantes as vezes que estas eram efectuadas, e com grandes abusos destes para a população local. Mas o Paço do Castelo apresentava um espaço limitado para toda a comitiva de familiares e convidados do Conde de Arraiolos, acabando por os habitantes locais terem de ceder as suas residências e terem de suportar as despesas elevadas, persistentes e extraordinárias. <sup>180</sup>

---

<sup>172</sup> Idem, *Ibidem*, 1983, pág. 30.

<sup>173</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>174</sup> Trata-se este território da jurisdição de um almojarife, que efectuava a cobrança de rendas e impostos.

<sup>175</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

<sup>176</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>177</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

<sup>178</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, 1979, pp. 171-172.

<sup>179</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>180</sup> Idem, *Ibidem*, 2000.

Deste modo, não querendo mais continuar a se encontrarem submetidos aos abusos efectuados por parte do seu senhor e restante comitiva, a população arraiolense elabora uma queixa ao monarca quando este se deslocou à vila e expõe os seus agravos. Após ouvir ambas as partes, quer o Conde de Arraiolos, quer o Concelho, o Rei D. Fernando dá razão à população local e de modo a suavizar a situação tensa, que se fazia sentir, remete para um contrato a solução para a questão arraiolense. Neste contrato, de 30 de Janeiro de 1380<sup>181</sup>, D. Álvaro Pires de Castro toma o compromisso de assegurar que não fosse cometido mais nenhum abuso da sua comitiva contra o povo arraiolense. Do lado da população, esta ficava estabelecida que participasse na construção do novo Paço<sup>182</sup> do Conde, de modo a que com um espaço maior do que o anterior para todo o seu séquito.<sup>183</sup>

O contrato foi aceite pela população local, que “oferece” dois dias por mês de trabalho, de cada morador, de 1380 até o Paço ser edificado, localizado no Vale das Flores do lado Norte do castelo designado então de Quinta do Paço. Deste modo, ficaram aqui estabelecidos os Paços do Conde de Arraiolos que posteriormente iriam dar lugar ao Convento de Nossa Senhora da Assunção, ou igualmente designado de Convento dos Lóios.<sup>184</sup>

Quando se dá a crise 1383/85<sup>185</sup>, Arraiolos, com os diversos acontecimentos que se faziam sentir na História de Portugal, passa por um desenrolar de importantes acontecimentos que mudaram a história. O Rei D. Fernando sem descendentes morre a 21 de Outubro de 1383<sup>186</sup>, Portugal fica assim com uma crise dinástica entre mãos e o vizinho, e maior rival da coroa portuguesa, Castela, aproveita o momento para uma tentativa de ocupar o trono vago.

Do lado das hostes portuguesas surge D. João, Mestre de Avis e filho bastardo do Rei D. Pedro I, imediatamente aclamado pelo povo como Governador e Defensor do Reino. A Comarca que se estendia do Tejo ao Odiana<sup>187</sup>, demonstra que se encontra do lado de D. João, entre estes territórios estava presente o Concelho de Arraiolos. No final do conflito e com a aclamação do Mestre de Avis, como D. João I, Rei de Portugal, a Comarca que sempre se manteve fiel ao novo rei e que sofreu pelo derramar de sangue e pelos gastos monetários, obteve do monarca distintas regalias de agradecimento.<sup>188</sup>

*“Assim, Arraiolos passou novamente para a jurisdição da Coroa, deixando de estar sujeita a D. Álvaro Pires de Castro, seu mal-amado soberano. A partir deste momento Arraiolos passa a ter poder para nomear juizes e oficiais e os tabeliães passam a ser escolhidos pela Coroa.”<sup>189</sup> Mas esta benesse que o novo rei de Portugal deu a Arraiolos veio a revelar-se como uma mera manobra para mudar o donatário da vila, manobra essa que talvez nem fosse necessária, já que D. Álvaro Pires de Castro veio a falecer em Julho de 1384.<sup>190</sup>*

<sup>181</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

<sup>182</sup> O Paço de D. Álvaro Pires de Castro deveria ficar localizado no sítio do Convento dos Lóios, conforme refere Cunha Rivara na parte I das *Memórias da Villa de Arraiolos*.

<sup>183</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

<sup>184</sup> *Idem, Ibidem*, 1983.

<sup>185</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Op. Cit.*, 2009.

<sup>186</sup> *Idem, Ibidem*, 2009.

<sup>187</sup> Guadiana.

<sup>188</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>189</sup> *Idem, Ibidem*, 2000, pág. 9.

<sup>190</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983, pág. 46.

*O agraciado pela doação do senhorio de Arraiolos é então Fernão D'Álvares Pereira, irmão de D. Nuno Álvares Pereira, recompensa pelos serviços prestados na luta ante os castelhanos. A partir deste momento o novo donatário ficava com o direito de transmitir o senhorio da vila aos seus descendentes directos.<sup>191</sup> No entanto, esta nova característica do contrato celebrado entre a Coroa e o novo donatário não chega a ser posta em prática, visto que Fernão D'Álvares Pereira é morto ainda durante o ano de 1384, com 24 anos e sem sucessores, durante a tentativa de tomada de Vila Viçosa aos castelhanos.<sup>192</sup> A vila volta para a posse da Coroa.<sup>193</sup>*

Quando no ano de 1384, Arraiolos, encontrava-se como um cenário bélico entre a facção dos portugueses e a facção dos castelhanos e devido à conquista de Évora, o Marechal de Campo Pero Ruiz Sarmiento, toma igualmente o Castelo de Arraiolos, e ao abandonar o mesmo manda, às tropas castelhanas, queimar todas as habitações do interior da fortaleza.<sup>194</sup> Se já existia uma “fuga” da população arraiolense, para fora do castelo, com esta situação, de destruição da Vila de Arraiolos, no interior do castelo, maior fica o arrabalde mesmo com inúmeras tentativas do Rei de Portugal para conter a debandada.

Posteriormente à vitória portuguesa na Batalha de Aljubarrota<sup>195</sup>, o Rei D. João I de modo a premiar o seu grande estratega militar e sempre leal D. Nuno Álvares Pereira, faz deste o seu Condestável do Reino<sup>196</sup> e junta-lhe, entre outros, o Condado de Arraiolos, ficando a ser o 2º Conde de Arraiolos.<sup>197</sup> O Conde D. Nuno Álvares Pereira residiu em Arraiolos ainda algum tempo<sup>198</sup>, pouco antes de se retirar para o Convento do Carmo, em Lisboa, onde permaneceu até ao final da sua vida.<sup>199</sup>

#### **4. Enquadramento Geográfico<sup>200</sup>**

O concelho delimita a Norte com os Concelhos de Mora e Sousel, a Sudoeste com o Concelho de Montemor-o-Novo, a Noroeste pelo de Coruche, a Sul com o de Évora e a Este com o de Estremoz. O concelho arraiolense abrange na sua totalidade as cartas topográficas militares n.º 423, 424 e 438 à escala 1/25000 e parcialmente as cartas n.º 409, 410, 411, 422, 425, 436, 437 e 449. Integrado quase na totalidade na bacia hidrográfica do Tejo, com as ribeiras de Divor e de Tera a constituírem os seus principais cursos de água, tem uma posição geográfica privilegiada, que lhe confere potencialidades turísticas acrescidas se se considerar todo o seu património natural, arquitectónico e artístico.

<sup>191</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000, pág. 9.

<sup>192</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983, pág. 47.

<sup>193</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006, pág. 15.

<sup>194</sup> Idem, *Ibidem*, 2006.

<sup>195</sup> 14 de Agosto de 1385.

<sup>196</sup> Tratava-se da segunda pessoa, a seguir ao Rei de Portugal, com uma maior hierarquia militar, com o dever de comandar as tropas em caso de guerra na ausência do monarca. Era o comandante do exército e encarregue de o disciplinar e de defender o Reino de Portugal.

<sup>197</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>198</sup> De 1415 a 1423, já no século XV.

<sup>199</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

<sup>200</sup> Ver *Imagens* 3-25.

## 4.1. Geomorfologia

O Concelho de Arraiolos encontra-se localizado na Zona de Ossa Morena, ou ZOM, possuindo uma restrição a Norte pela sobreposição das formações da Zona Centro Ibérica, ou ZCI. Do lado Sul encontra-se delimitada pela falha tectónica de Ferreira-Ficalho, ficando a ZOM sobreposta à Zona Sul Portuguesa, ou ZSP. A ZOM caracteriza-se na sua litologia por um elevado número de rochas ígneas e de rochas metamórficas, sendo estas alteradas devido à Orogenia Hercínica. As rochas metamórficas emergentes no Concelho de Arraiolos, tratam-se essencialmente de Gnaisses, Micaxistos, Xistos, Anfibolitos e Calcários Cristalinos, estas afloram através das rochas ígneas tratando-se na sua generalidade de Granitos, Granodioritos e Tonalitos. Das rochas metamórficas ainda se pode destacar o Complexo Vulcano-Sedimentar de Moura, caracterizado pelos Xistos de Moura possuindo na sua constituição essencialmente Filitos, Psamitos e Vulcanitos básicos. As formações de Ossa e de Barrancos brotam à superfície no quadrante Nordeste, direccionados no sentido Noroeste-Sudeste, sendo que a primeira é formada principalmente por Xistos e Grauvaques e com Conglomerados na base desta formação. No lado Norte e Nordeste do Concelho de Arraiolos afloram em certas áreas pontos de cobertura da Idade Terciária com uma constituição argilosa.<sup>201</sup>

Geologicamente o território do Concelho de Arraiolos, é quase na sua totalidade composto por formações do Maciço Antigo que abrangem o emaranhado do xisto-grauváquico paleozóico e formações hercínicas de granitos alcalinos. Estas disposições são fundamentalmente de origem sedimentar, metamorfizadas e compostas por rochas ígneas hercínicas graníticas e quartzodioríticas, descontinuadas precisamente por estreitas manchas terciárias. Esta região inclui-se em duas uniformidades geológicas de sentido elevado. A Bacia Terciária do Tejo, ampla depressão de origem tectónica, formada basicamente por solos argilosos e arenosos conciliados em camadas horizontais a que se adicionam sedimentos de terraços fluviais e alagamentos e o Maciço Hespérico, consistido por terrenos do Paleozóico de essência xistosa, transfigurados ou metamorfizados com a circunstância casual de ligeiras manchas aluvionares nos vales dos rios de melhor desenvolvimento.<sup>202</sup>

Geomorfologicamente o território de Arraiolos preenche uma pequena porção das bacias hidrográficas do Tejo, do Sado e do Guadiana, exhibe na sua globalidade um relevo ameno, transfigurado localmente por condições de natureza morfológica ou litológica, intensificando-se de poente para nascente. O Maciço Antigo preenche enorme porção do concelho e é predominantemente composto por granitos e pelo conjunto xisto-grauváquico, averiguando-se em peculiar na área granítica um imenso aplanamento por precipitado situação devido à erosão. Nesta área de peneplanície encontram-se alguns declives, que vão de 15 a 30% e mesmo superior a 30%, tal como sucede na zona circundante da vila de Arraiolos que surge como um ponto de cota predominante.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> Patrícia Aires, António Chambel, Jorge Duque, *CARACTERIZAÇÃO HIDROQUÍMICA DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DAS ROCHAS CRISTALINAS DO CONCELHO DE ARRAIOLOS -NOTA PRÉVIA.*

<sup>202</sup> Patrícia Moita, José Mirão, "Notas sobre a Geologia da zona de Arraiolos" in *Património (s) de Arraiolos*, 2013.

<sup>203</sup> António Carlos Silva, José Perdigão, *Op. Cit.*, 1998.

## 4.2. Hidrografia

O Concelho de Arraiolos tem uma grande ligação com os recursos hídricos e de extrema relevância para a sua subsistência, pois é de precaver a sua boa utilização. Deste modo, o território de Arraiolos encontra-se incluído nas Bacias do Tejo, maioritariamente, e do Guadiana, sobretudo, numa parcela no quadrante Sudeste do espaço territorial de Arraiolos. As principais ribeiras ou linhas de água que o concelho possui, são afluentes da Bacia do Tejo, ou seja, do Rio Tejo com nascente em território espanhol. Actualmente o Concelho de Arraiolos apresenta 31 barragens, tendo estas uma capacidade de armazenamento de água de 14764,6 mil m<sup>3</sup> na sua totalidade, estas são utilizadas ainda para rega uma extensão de 539ha. Neste território as águas subterrâneas apresentam um tipo de circulação por entre as rochas, através de fissuras nas mesmas, já na superfície a circulação da água é efectuada por entre meios fissurados e por porosos. Numa camada inferior a esta, a água faz a sua circulação por entre fracturas, nomeadamente, falhas e diáclases de rochas que se apresentam pouco alteradas. A temperatura da água subterrânea varia entre 12,8°C e 25,9°C, nomeadamente, entre os meses de Agosto e Novembro, esta diferença acentuada de temperatura deve-se da alteração do clima, durante este período.<sup>204</sup>

*“Os valores de condutividade eléctrica apresentam, em termos de amplitudes de variação, o valor mínimo de 79  $\mu$ S/cm numa captação em rochas graníticas e um valor máximo de 2190  $\mu$ S/cm numa das captações inventariadas na Formação de Ossa.”<sup>205</sup>* Pode-se observar no sector Nordeste do Concelho de Arraiolos valores mais elevados sugerido que a deslocação da água, neste ponto, é feita por alguma abertura, por entre Xistos e rochas vulcânicas da Formação de Ossa, com a direcção Noroeste-Sudeste. No lado Norte, possuindo uma direcção de Norte para Sul, apresenta-se igualmente valores de condutividade devido ao facto de a água circular próximo de Granitos Biotíticos Porfiróides com uma cobertura sedimentar. Quando a água passa através de rochas de composição granítica, geralmente, os valores da condutividade eléctrica são baixos. Mais para Sul encontram-se águas, tendo a direcção no sentido Noroeste-Sudeste, de valores elevados, introduzidas no contexto das rochas do Complexo Vulcano-Sedimentar de Moura, caracterizada pelos Xistos de Moura com a sua composição de Filitos, Psamitos e Vulcanitos básicos. Em rochas sedimentares, basicamente de base argilosa, os seus minerais dissolvem-se rapidamente e sem dificuldade nestas águas subterrâneas, dando deste modo, origem a uma água mais mineralizada do que aquelas das rochas granitoides. As águas das rochas metamórficas já se apresentam com a sua mineralização mais fácil de se alterar do que as rochas ígneas, possuindo rochas do tipo xistento e de rochas vulcânicas.<sup>206</sup>

Pode-se concluir que os valores de condutividade eléctrica da água são distintos, pois a mineralização destas possuem distinções derivadas do tipo de rocha onde água circula, deste modo, existe uma maior mineralização das águas de rochas metamórficas e de sedimentares em comparação com as granitoides, isto na superfície. Tal situação fica a dever-se ao facto de nas rochas sedimentares, metamórficas e metavulcânicas agregadas, contêm na sua composição minerais que são de mais fácil transformação do que aqueles que se encontram

<sup>204</sup> Patrícia Aires, António Chambel, Jorge Duque, *CARACTERIZAÇÃO HIDROQUÍMICA DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DAS ROCHAS CRISTALINAS DO CONCELHO DE ARRAIOLOS -NOTA PRÉVIA.*

<sup>205</sup> Idem, *Ibidem.*

<sup>206</sup> Idem, *Ibidem.*

numa rocha ígnea.

*“Este concelho encontra-se associado à Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, podendo o seu limite sul ser considerado, em termos genéricos, uma linha de festo que separa a Bacia do Rio Guadiana da Bacia do Rio Sado. Os principais colectores de escoamento superficial são a Ribeira do Divor e de Tera, cujos afluentes mais significativos são a ribeira do Cabido, S. Pedro e Freixo, estes com drenagem para noroeste. O Rio Almansor tem drenagem para oeste e pertence à Bacia do Rio Sado, enquanto que a sul, a ribeira do Degebe pertence à Bacia do Guadiana.”<sup>207</sup>*

### 4.3. Clima e Vegetação

Em relação ao clima, o território exhibe as particularidades sub-marítimas de passagem para atributos continentais, amenizadas em parte devido à carência de encadeamentos montanhosos e à proximidade do mar. As temperaturas médias anuais, observadas provenientes da Estação Meteorológica de Évora, variam entre os 20°C de máxima e os 10°C de mínima, mas em números absolutos essa alteração pode ir dos 42°C aos -5°C negativos. As chuvas centralizam-se nos meses de Outubro a Março, altura em que ocorre cerca de 75% da precipitação anual média.<sup>208</sup>

A região encontra-se numa zona com um clima de características sub-marítimas com uma transição para características continentais moderadas, possuindo uma temperatura média anual de 15,6°C e onde se pode verificar a variação dos valores entre os meses de Janeiro e Agosto de 8,8°C e 23,2°C respectivamente, no que diz respeito à precipitação os valores do concelho atingem em média os valores de 686.5mm.<sup>209</sup>

*“As características climáticas principais são:*

- *meses quentes e secos alternado com meses frios e pluviosos;*
- *insolação elevada;*
- *elevadas amplitudes térmicas;*
- *precipitação média de valores moderados e de características torrenciais;*
- *precipitação média anual é da ordem dos 600 a 700 mm;*
- *evapotranspiração potencial elevada.*

*Os declives médios a suaves, as superfícies aplanadas em meias encostas e os relevos pouco pronunciados entrecortados por linhas de água são característicos neste concelho, que se insere numa área relativamente homogénea, denominada por peneplanície alentejana. O coberto vegetal é essencialmente constituído por montado e campinas, sendo as áreas de regadio apenas significativas na zona da Barragem do Divor.”<sup>210</sup>*

O Concelho de Arraiolos apresenta-se numa zona ecológica Submediterrânica, ou SM, e numa zona Submediterrânica Ibero-Mediterrânica, ou SM-IM. A primeira possui como espécies dominantes no sector Norte e Centro a Azinheira (*Quercus Rotundifolia*), já na generalidade do

<sup>207</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>208</sup> António Carlos Silva, José Perdigão, *Op. Cit.*, 1998.

<sup>209</sup> Patrícia Aires, António Chambel, Jorge Duque, *Op. Cit.*.

<sup>210</sup> Idem, *Ibidem*.

concelho surge o Sobreiro (*Quercus Suber*). No que se refere à área Submediterrânica Ibero-Mediterrânica as espécies predominantes são o Pinheiro Manso (*Pinus Pinea*), Pinheiro Bravo (*Pinus Pinaster Atlantica*) e o Carvalho Lusitano (*Quercus Faginea*), localizando-se na maior parte no sector Sul do território arraiolense. Esta vegetação ocupa em particular as colinas de relevo mais acentuado e pode ocorrer em dois estratos bem distintos: o superior constituído pelas referidas espécies, isoladas ou em associação e o inferior, sub-coberto, constituído por matagais variados.<sup>211</sup>

Neste concelho não subsistem áreas de protecção especial relativamente a Parques Naturais ou Reservas Especiais de Protecção, contudo, a grande presença do montado de sobreiro, ou seja, de Sobreiro, Azinheira e Carvalho Lusitano, requer um tipo de protecção legal para a salvaguarda destas espécies de vegetação. Para além deste endemismo, podem-se encontrar pequenas albufeiras e ainda formações ribeirinhas, ao longo das linhas de água, com vegetação predominantemente edafo-xerofila, ou seja, de sistemas húmidos. Junto às áreas das periferias urbanas, Arraiolos, Ilhas, S. Pedro da Gafanhoeira, Sabugueiro, Santana do Campo, Vimieiro, Carrascal (S. Gregório), Vale do Pereiro (Santa Justa) e Igreja, podem-se encontrar zonas de agricultura diversas, culturas arvenses e pratenses de sequeiro ou regadio, policultura, olivais, vinhas, entre outros.<sup>212</sup>

#### **4.4. Capacidade e Uso do Solo**

O uso do solo do Concelho de Arraiolos apresenta uma enorme predominância, de Zonas agro-florestais (montados de sobreiro, azinho e mistos, com densidade > 30%), Sistemas culturais e parcelares complexos, Culturas anuais associadas a culturas permanentes, Terras aráveis não irrigadas, Terras aráveis irrigadas, Prados naturais, Florestas de folhosas, Florestas de resinosas, Vinhas e Olivais. As Zonas Agro-florestais consistem na combinação de plantas de base lenhosa com plantas herbáceas, que exploram os horizontes mais profundos do solo. O sistema representativo desta classe é o montado, podendo apenas de sobreiro ou misto (sobreiro e azinho). Estes são um tipo particular de formações seminaturais característico das regiões mediterrânicas. A nível do concelho de Arraiolos, podem-se encontrar zonas de montado a Norte, Oeste, Este e Sudeste. Os Sistemas culturais e parcelares complexos estão associados a cultivos diversos e intercalados, constituindo pequenas parcelas agrícolas com usos diversificados. Este tipo de sistema, assim como as Culturas anuais associadas a culturas permanentes, estão muitas vezes ligados aos aglomerados urbanos ou rurais, em resultado da produção agrícola de frutos ou legumes, sendo a sua predominância no concelho na área central, nomeadamente entre o aglomerado urbano de Arraiolos e do Vimieiro.<sup>213</sup>

As Culturas anuais (de duração limitada na terra) associadas a culturas permanentes (que ocupam a terra durante um longo período), são áreas em que se verificam associações de culturas anuais e/ou pastagens com culturas permanentes. As Terras aráveis não irrigadas são áreas ocupadas por culturas de sequeiro, das quais prescindem de sistemas de rega para a sua subsistência, isto é cultivo de plantas plurianuais, como o Espargo, terrenos em regime de

<sup>211</sup> Estudos de Organização do Território, Lda, *AGENDA XXI LOCAL DE ARRAIOLOS, RELATÓRIO DA 1ª FASE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO*, 2004.

<sup>212</sup> António Carlos Silva, José Perdigão, *Op. Cit.*, 1998.

<sup>213</sup> Teresa Batista (coord.), *Corine Land Cover Nível 5 Contribuição para a Carta de Uso do Solo em Portugal Continental*, 2009.

pousio, culturas semi-permanentes, entre outros. As Terras aráveis irrigadas possuem culturas que necessitam permanentemente de rega. A maioria das culturas deste tipo não pode ser cultivada sem fornecimento artificial de água. As Terras aráveis não irrigadas distribuem-se essencialmente na zona Central, correspondente ao trajecto da estrada nacional (EN4) enquanto as Terras aráveis irrigadas encontram-se, em menor destaque, na zona Central e a Norte do Vimieiro.<sup>214</sup>

Os prados naturais são áreas naturais compostas por vegetação, predominantemente herbácea de baixa produtividade, que se desenvolve com um mínimo de intervenção humana. As Florestas de folhosas são constituídas por formações vegetais em que predominam angiospérmicas espontâneas com níveis de crescimento diferentes. Esta classe inclui plantações de eucalipto, plantações de caducifólias, castanheiros, nogueira, zambujeiros, entre outros. As Florestas de Resinosas são formações vegetais de porte arbóreo em que predominam as gimnospérmicas, incluindo *Pinus nigra*, *Pinus radiata*, entre outras espécies de Pinheiros. As áreas representativas de Vinhas e de Olivais são de uso exclusivo agrícola e de produção. Todo o Concelho de Arraiolos é caracterizado pela presença de cursos e planos de água (Barragens, Albufeiras, Linhas de Água).<sup>215</sup>

Estas áreas devem se considerar de grande relevância uma vez que estabelecem as zonas onde se deve efectuar uma protecção ambiental contra a utilização abusiva, com o intuito de garantir a sustentabilidade ecológica. Deste modo, podem-se atribuir 7 grupos distintos da sensibilidade das utilizações primárias dos solos a partir das características dos biótopos presentes nesse mesmo solo: Áreas urbanizadas a sensibilidade é mínima, agricultura diversa a sensibilidade é muito baixa, olivais e estruturas silvícolas de folhosas de crescimento rápido a sensibilidade é baixa, albufeiras e outros planos de água a sensibilidade é média, montados de sobre e/ou azinho associados a matos baixos, esparsos e/ou formações graminóides e de terofitos a sensibilidade é elevada, sobreiros azinhais ou montados de sobre e/ou montados de sobre e/ou azinho associados a matos densos e/ou matagais a sensibilidade é muito elevada, formações ripícolas a sensibilidade é máxima.<sup>216</sup>

As áreas onde subsiste o montado de sobre oferecem uma larga margem para uma utilização de acordo com a cobertura vegetal presente, tais usos como as actividades agrícolas ou pecuárias. As áreas de formações ripícolas são definidas anexas a albufeiras e açudes, destacadas pela bastante elevada sensibilidade ecológica. O Concelho de Arraiolos é bastante marcado pela actividade agrícola já desde tempos recuados, assim requer que actualmente se englobe um plano para que se efectue uma gestão correcta dos solos, de modo, a que se consiga estabelecer ligação às espécies vegetais com a capacidade de uso dos solos. Esta situação permite que se possa efectuar uma minimização da erosão dos solos com a vegetação adequada e precaver que em áreas com o relevo pouco acentuado, possa ocorrer inundações com as águas das chuvas. O Concelho de Arraiolos localizado no Maciço Antigo possui um solo rico em Xisto com uma morfologia pouco acentuada, e inserido nas bacias hidrográficas do Tejo e do Guadiana, sendo a água igualmente um recurso muito importante para o concelho e os

<sup>214</sup> Idem, *Ibidem*, 2009.

<sup>215</sup> Idem, *Ibidem*, 2009.

<sup>216</sup> Estudos de Organização do Território, *Op. Cit.*, 2004.

seus solos.<sup>217</sup>

#### 4.5. Recursos Naturais e Económicos

“Os recursos naturais são habitualmente considerados, de acordo com três critérios:

(i) Conteúdo (geológicos, pedológicos, hídricos, biológicos e climáticos (Quadro 1). Esta é a classificação tradicionalmente considerada. No âmbito deste critério de classificação, incluem-se ainda outros recursos que não foram aqui considerados, tais como, os monumentos naturais<sup>218</sup> ou a paisagem que pelo seu valor cultural, estético e/ou ambiental é susceptível de gerar ou induzir o desenvolvimento de actividades económicas e criar riqueza.

(ii) Disponibilidade (renováveis e não renováveis/finitos ou esgotáveis, consoante possam ser, ou não, regenerados num horizonte temporal economicamente significativo, independentemente de qualquer intervenção humana). A capacidade de regeneração dos recursos pode, todavia, ser posta em causa de modo irreversível, se não forem utilizados de forma sustentável (conceito de capacidade de resiliência dos sistemas biofísicos).

(iii) Importância estratégica (global, supranacional, nacional, regional e local). A importância estratégica decorre, em grande medida, do estágio de desenvolvimento das sociedades, que se manifesta em diferentes procuras e distintos níveis de capacidade de intervenção tecnológica, sendo por isso, mutável no tempo; essa importância pode ser avaliada confrontando o universo potencial de utilização do recurso com a sua abundância e ocorrência conhecidas.

Quadro 1. Classificação dos recursos naturais, segundo o conteúdo

Recurso geológico	Rochas, minérios e depósitos minerais, águas minerais naturais e minero-industriais, e fluidos e formações geológicas do subsolo de temperatura elevada, que pela sua raridade, alto valor específico ou importância na aplicação em processos industriais, se revestem de valor para a economia (Lei-Base: Decreto-Lei nº90/90, de 16 de Março que estabelece o Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos.
Recurso pedológico	Solos (categoria que inclui os elementos minerais, matéria orgânica, organismos vivos, ar e água presentes na camada superficial da Terra) que, pelas suas características naturais ou modificadas, se revestem de interesse agro-florestal.
Recurso hídrico	Água nos seus diferentes estados e reservatórios (incluindo os aquíferos), disponível ou potencialmente disponível, susceptível de satisfazer, em quantidade e em qualidade, uma dada procura num local e período de tempo determinados.

<sup>217</sup> Teresa Batista, *Op. Cit.*, 2009.

<sup>218</sup> «Constituídos pelas elementos e sistemas físicos e biológicos (recursos geológicos, geomorfológicos e biológicos), com valor excepcional dos pontos de vista estético e/ou científico; zonas estritamente limitadas que constituem habitats de espécies animais ou vegetais ameaçadas, com valor excepcional dos pontos de vista da ciência e/ou da conservação; os sítios naturais, correspondentes a zonas naturais estritamente limitadas com um valor excepcional, dos pontos de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural, de acordo com a Convenção do Património Mundial da UNESCO (de 1972).» in RAMOS PEREIRA, J.L. Zezere, P. Morgado, OS RECURSOS NATURAIS EM PORTUGAL: INVENTARIAÇÃO E PROPOSTA DE UM MODELO GEOGRÁFICO DE AVALIAÇÃO.

Recurso biológico	Organismos, populações ou qualquer outro tipo de componente biótico dos ecossistemas de valor ou utilidade actual ou potencial para a humanidade.
Recurso climático	Elemento do clima ou combinação de elementos do clima (nomeadamente, radiação solar, vento, precipitação e temperatura) que pela regularidade e intensidade da sua ocorrência é susceptível de aproveitamento económico.

*Os recursos naturais são passíveis de distintas utilizações, cuja avaliação é necessariamente circunstancial, na medida em que é condicionada pelo conhecimento presente e pela tecnologia disponível (Quadro 2).<sup>219</sup>*

Quadro 2. Exemplos de utilizações dos recursos naturais

<i>Recursos</i>	<i>Utilização</i>
Geológicos	ornamental; extracção inertes; minérios; produção de energia (geotérmica); termalismo
Pedológicos	suporte dos sistemas agrícolas; suporte dos sistemas florestais
Hídricos	produção de energia (hidroelétrica); via de transporte fluvial; suporte dos ecossistemas; abastecimento público e privado
Biológicos	regulação química da atmosfera; regulação da biodiversidade; protecção dos solos; exploração económica da floresta; caça pesca e aquicultura; medicina; produção de energia (biomassa)
Climáticos	produção de energia (eólica, solar e fotovoltaica)

O Concelho de Arraiolos esteve sempre ligado ao mundo rural e às suas actividades económicas, deste modo, até se chegar à segunda metade do século XVI<sup>220</sup>, as profissões dominantes recaiam sobre o sector artesanal, sendo que desta uma parte incluía a produção de tecidos com actividades como cardador, manteiro, pisoeiro, surrador, tecelão, tintureiro e tosador.<sup>221</sup> Este facto relaciona-se com grande actividade de criação de gado ovino e de produção de linho, demonstrando a enorme relevância económica destas actividades para Arraiolos, igualmente com algum significado para a actividade económica e em número

<sup>219</sup> RAMOS PEREIRA, J.L. Zezere, P. Morgado, *OS RECURSOS NATURAIS EM PORTUGAL: INVENTARIAÇÃO E PROPOSTA DE UM MODELO GEOGRÁFICO DE AVALIAÇÃO*. pp. 1-2.

<sup>220</sup> O século XVI é apontado como referência devido ao se tratar dos registos documentais mais antigos para esta temática económica.

<sup>221</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

considerável encontravam-se os sapateiros.

A actividade comercial e de transportes desempenhavam uma função chave, pois o Concelho de Arraiolos localiza-se num ponto de passagem entre Lisboa e Castela, ao mesmo tempo que possivelmente desde o período romano, se tratava de um território de produção agrícola de exportação para os grandes núcleos urbanos.

Portanto, a actividade dos almocreves que transportavam mercadorias, ou seja, importavam e exportavam para o território arraiolense, com o auxílio de animais, bem como a quantidade de estalajadeiros que existiam para oferecer alojamento a estes comerciantes, era outra actividade económica de relevância para economia de Arraiolos. Juntava-se o negócio das zonas próprias para os animais, sendo que as actividades económicas envolvendo a rede de transportes tinha importância para o Concelho de Arraiolos.

Posteriormente, a venda dos produtos, quer fosse para o comércio interno do concelho ou para venda ao exterior, era efectuado através das regateiras locais, mulheres que a câmara designava para desempenhar esta actividade importante para a economia arraiolense. Existia ainda um controlo comercial do qual se impunham multas àqueles que levassem produtos essenciais para fora do concelho. Deste modo, com o intuito de que estes produtos, nomeadamente, a venda de gado, pão, lã, queijos, ovos, leite, caça e produtos semelhantes, era colocada uma restrição para que a sua venda não ocorresse fora da alçada da administração de Arraiolos.

No aspecto da alimentação, e ainda no decorrer do século XVI, pode-se observar que o fornecimento de carne, encontrava-se igualmente sob licença da câmara, ou seja, eram açougueiros com uma permissão especial para assegurar este abastecimento à população, tendo estes de garantir os requisitos exigidos através de um concurso. Subsistiam ainda actividades relacionadas com a saúde que os habitantes exigiam para que os seus serviços se mantivessem, tal como farmácias ou hospital, contudo, a actividade de maior relevo encontrava-se ligada à tecelagem, pois como referido anteriormente, existiam condições bastantes favoráveis por todo o concelho e muitas referências a teares nas residências um pouco por este território.<sup>222</sup>

Exemplo disso, refere-se a aldeia do Sabugueiro com uma grande manufactura derivada de uma vasta produção de lã e de linho que vinham destes campos e herdades do termo arraiolense. Relaciona-se esta produção com a indústria dos Tapetes de Arraiolos, com uma cronologia algo incerta, embora os vestígios e registos documentais mais antigos apontem para o século XVI. *“Mas será nas primeiras décadas de seiscentos que o fabrico caseiro destes artefactos deixou provas irrefutáveis, com diversos tapetes por acabar e lã preparada para os mesmos a serem inventariados em casas de Arraiolos. Tratava-se de uma produção caseira, localizada em lares da classe média, provavelmente feminina e complementar da actividade dos maridos, que aparentemente ainda não ultrapassara o âmbito local.”*<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> Idem, *Ibidem*, 2000.

<sup>223</sup> Idem, *Ibidem*, 2000, pág. 22.

Derivado das várias produções de gado, a actividade ligada ao couro é igualmente de grande importância para a economia do concelho, tal como confirma os registos documentais mais antigos do século XVI, pois a administração de Arraiolos estabelece o controlo deste produto a toda a população do município. Os almotacés do concelho controlavam a produção de objectos em barro, devido à escassez de fabrico local e de oleiros, deste modo, dever-se-iam comunicar novas aberturas de fornos de louça, com o intuito igual de fornecer a população, e tal como sucedia com os produtos essenciais, a câmara proibiu a venda, sem licença da mesma para o exterior do concelho, de telhas e de tijolos. Pelo que é atestado pela enorme presença de olivais, o azeite tratar-se-ia de uma actividade de enorme importância económica, comprovada na vila de Arraiolos com diversos lagares, uma vez mais com controlo de qualidade e segurança efectuado pela câmara para proteger a alimentação da comunidade.

*“Nenhum estranho ao processo produtivo podia permanecer num lagar, incluindo as mulheres e filhos dos lagareiros. O fabrico de pão era também objecto de grandes cuidados, devendo o moleiro ou atafoneiro, enquanto moesse o cereal, ter um panal à frente para segurar a farinha e sendo todos os intervenientes obrigados a prestar juramento de exercerem bem as suas tarefas. Provavelmente por razões higiénicas... Uma parte da população, a que normalmente não é imputada qualquer profissão, era constituída por donos e rendeiros de propriedades agrícolas. Mas havia também numerosos lavradores, que habitavam maioritariamente as herdades que exploravam por arrendamento, alguns dos quais dispunham de centena de cabeças de gado, tinham escravos ao seu serviço, possuíam jóias e rodeavam-se, em casa, de móveis e tapeçarias em número significativo. Nas épocas de maior actividade recorriam a mão-de-obra assalariada eventual, quer de origem local quer externa, incluindo do norte e centro do país - os ratinhos.”<sup>224</sup>*

*“A actividade agrícola defrontava a concorrência, no uso da terra, da pecuária e da caça. Por isso uma postura penalizava todos os que caçassem em vinhas, entre Março e Santa Iria e, em hortas e pomares, todo o ano. Baldios só para os da terra controlado pelo concelho. A maioria da população da vila e termo, como se viu, do exercício de actividades agrícolas, comerciais e artesanais e também de alguns serviços. Uma franja social, no entanto, era constituída por indivíduos e famílias caídos na pobreza devido a vários factores. Acabavam por viver na dependência de instituições religiosas e assistenciais, da caridade particular e de iniciativas oficiais ocasionais.”<sup>225</sup>*

Na transição do século XX para o século XXI o Concelho de Arraiolos encontra-se bastante ligado ainda a actividades rurais, como a agricultura, produção de vinhais, olivais, retiro da cortiça e de lenha, explorações de gado bovino, ovino e suíno. Outra importante actividade que se manteve ao longo dos séculos foi a produção do Tapetes de Arraiolos, contudo, estes já não são efectuados em linho, salvo raras excepções. Assim no século XXI, paulatinamente, começam a valorizar-se novas actividades económicas, como no caso de profissões mais qualificadas e administrativas, mas não renegando as diversas tradições. A comunidade que reside no Concelho de Arraiolos apresenta números de população activa de aproximadamente 50%, incluindo estudantes, sendo que os reformados são uma percentagem elevada de

---

<sup>224</sup> Idem, *Ibidem*, 2000, pág. 25.

<sup>225</sup> Idem, *Ibidem*, 2000, pág. 26.

inactivos no concelho.<sup>226</sup>

Em geral, a população encontra-se envelhecida, com quebra igualmente de população jovem ou de estudantes, que possam contribuir para a economia local, porém, a restante população encontra-se em alguma actividade, como no caso das mulheres que já não se encontram única e exclusivamente em ambientes e funções domésticas ou “trabalhos pré-designados”, ou seja, que se consideravam unicamente da mulher. Existindo ainda uma larga percentagem de população desempregada, familiares não remunerados, entre outros, mas no geral que não oferecem participação para a actividade económica do concelho.

*“A análise da população residente empregada por sectores de actividade revela igualmente diferenças entre o concelho, a Sub-região e o Continente, as quais residem, essencialmente, na sobre-representação do sector primário, que ainda ocupa 16% da população empregada, na sub-representação do sector terciário. O sector secundário tem, no que respeita a ocupação da população empregada, uma importância superior no concelho do que na Sub-região, mas inferior do que na globalidade do Continente. Mais uma vez, como é natural, as distinções são mais fortes face ao Continente do que relativamente ao Alentejo Central.”<sup>227</sup>*

*“Esta situação acaba por reflectir-se na estrutura das profissões. Assim, os Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, assumem uma importância muito superior no concelho do que outras unidades territoriais e, por outro lado, as profissões mais qualificadas e as administrativas, associadas em parte ao sector terciário, têm um peso mais reduzido em Arraiolos do que ao nível sub-regional ou continental.”<sup>228</sup>*

## **5. Investigação Produzida e Arqueológica no Concelho de Arraiolos**

O Concelho de Arraiolos sempre teve uma grande ocupação humana desde os tempos recuados da Pré-História até ao presente, mas o estudo desta mesma ocupação, quer por intervenção arqueológica ou de obras escritas nem sempre se efectuou, não ficando registado. Assim, pode-se observar as diferentes etapas que a Arqueologia e fontes documentais sofreram ao longo do tempo desde o século XVIII até ao século XXI. Nem todas as intervenções tiveram como base um estudo científico, ou um carácter de contributo para o conhecimento e história do concelho, tratando-se por vezes de trabalhos arqueológicos de prevenção. Já a nível do que foi publicado, quer fosse obras sobre a história ou mesmo referente aos trabalhos arqueológicos, contribuiu para que na sua generalidade desse uma enorme participação para se conhecer o passado histórico de Arraiolos e do seu concelho.

As entidades públicas e privadas, embora demonstrem o seu apoio e colaboração, até ao momento, não se encontra um trabalho sistemático, nem de longa duração, ou seja, os distintos projectos que envolveram a arqueologia apresentam uma limitação temporal e com uma limitada investigação. Todavia, no caso de alguma investigação destes trabalhos

<sup>226</sup> Estudos de Organização do Território, *Op. Cit.*, 2004.

<sup>227</sup> *Idem, Ibidem*, 2004, pág. 106.

<sup>228</sup> *Idem, Ibidem*, 2004, pág. 114.

arqueológicos, tenha como resultado um maior estudo, conseqüentemente, a publicação do mesmo, tem o apoio por parte das entidades envolvidas na edição dessas mesmas obras.

Portanto, deste modo, este capítulo apresenta essa mesma investigação efectuada no concelho, sendo classificado por fases devido à sua relevância para a temática da dissertação. Deste modo, podem-se considerar 3 fases do estudo arqueológico ou de produção impressa no Concelho de Arraiolos.

A 1ª fase corresponde ao período que vai desde o século XVIII até ao Estado Novo português, esta fase é caracterizada por um conhecimento e avaliação do património, até ao restauro e salvaguarda dos monumentos como forma de o Estado Novo demonstrar a fundação da pátria. A nível de estudo e publicação Arraiolos obtêm, durante esta fase, uma enorme evolução e desenvolvimento de conhecimentos histórico-patrimoniais, esta é a época marcada pelo investigador da história e da arqueologia de Arraiolos, ou seja, são de Cunha Rivara as bases para qualquer investigação, preservação ou estudo que se queira realizar no Concelho de Arraiolos.

Assim, esta fase começa com um documento, no século XVIII, de D. João V, no sentido da conservação e preservação de património antigo: *“Seria muy conveniente á luz da verdade, e conhecimento dos Séculos passados, que, no que restava de semelhantes memórias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este dano, em que pode ser muito interessada a gloria da Nação Portuguesa (//) Hey por bem, que d’aqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça, ou destrua, em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado arruinado (//) Encarrego ás Câmaras das Cidades, e Vilas deste Reyno tenham muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou em diante se descobrirem nos limites do seu districto; e logo que se achar, ou descobrir alguma de novo, darão conta ao Secretário da dita Real Academia, para elle comunicar ao Director e Censores e mais Académicos (//) que poderão dar a providencia que lhes parecer necessária, para que melhor se conserve o dito monumento assi descoberto”.*<sup>229</sup>

É neste contexto que se procedeu a um inquérito, que visava o conhecimento do território português, e naturalmente este processo envolveria o território arraiolense. Este inquérito é conhecido pelas *Memórias Paroquiais* que tinha como objectivo efectuar-se um *Dicionário Geográfico de Portugal*, que englobaria o conhecimento das localidades, entre os quais, a descrição das igrejas e ermidas existentes, se possuíam antiguidades, ou então o que ficou destruído com o terramoto de 1755.

Posteriormente, nesta fase surge no século XIX, Cunha Rivara, natural de Arraiolos que entre muitas outras funções de grande relevância, realizou a primeira escavação ao Templo Romano de Évora. Aquando do seu tempo de estudante em Coimbra, viu-se forçado a interromper os estudos devido à Guerra Civil, deste modo, com tempo livre, dos seus estudos académicos, e de volta a Arraiolos, decide manter-se ocupado e escrever *Memórias da Villa de Arrayolos*.

---

<sup>229</sup> DECRETO, QUE S. MAGESTADE, QUE DEUS GUARDE, Foi servido mandar à Academia em 13. de Agosto de 1721.

Este trata-se de um importante contributo para se preservar a memória e história de Arraiolos, de referir que não se conhece qualquer trabalho arqueológico realizado por Cunha Rivara, no Concelho de Arraiolos. A obra do arraiolense adquire uma grande importância para qualquer trabalho que se efectue quer a nível histórico, quer a nível arqueológico/patrimonial, pois este com todo o seu contributo, relativamente à história, considera-se a base para todas as investigações sobre o concelho, uma vez que se tratou da primeira pessoa com conhecimentos académicos a efectuar uma investigação. Porém, a nível patrimonial oferece dados de grande relevância com descrições e elementos preciosos para as pesquisas arqueológica e patrimoniais, como no caso da descrição do Templo Romano de Santana do Campo<sup>230</sup> ou da Igreja Matriz de Arraiolos.<sup>231</sup> Pois Cunha Rivara quer tenha ainda observado pessoalmente ou quer tenha tido conhecimento através de documentação ou fontes orais, depara-se como um investigador de relevância para muitos trabalhos realizados. Informação que se pode obter presentemente na obra das *Memorias da Villa de Arrayolos* dividida em 3 partes.

Gabriel Victor do Monte Pereira foi um dos mais reconhecidos e dos mais interessantes investigadores alentejanos do seu tempo. Gabriel Pereira em 1891 realiza assim, um estudo relativamente à Arqueologia de Évora, mas esta investigação tem um capítulo que engloba os arredores da cidade e os seus vestígios. Neste contexto, Gabriel Pereira buscando alguma informação do seu contemporâneo, Cunha Rivara, efectua uma descrição do Templo Romano de Santana do Campo. Na sua obra além da descrição e da sua observação ao templo, do qual apresenta uma concepção de um templo em forma de cruz à semelhança de Cunha Rivara. Ainda chegando a compara-lo com Montfaucon e Preneste, narra igualmente acerca das sepulturas que continham algumas moedas datadas do Império Romano, mas que infelizmente se perderam. Deste modo, Gabriel Pereira na sua obra tem como intenção, difundir entre os forasteiros e os nativos, o passado de Évora e da região envolvente, bem como os valores que estas apresentam.<sup>232</sup>

A obra *Etnografia Artística Portuguesa*, de Virgílio Correia<sup>233</sup> mais do que se tratar de um livro sobre história de arte, não pretende realizar um registo da história de qualquer ciclo artístico ou arqueológico, com as diversas investigações a monumentos e a esculturas de variados períodos cronológicos. Virgílio Correia pretende apenas reunir numa única obra as distintas monografias etnográficas e patrimoniais espalhadas e do qual, além de serem em grande número, também se apresentavam obsoletas.

Sendo um estudo com alguma escassez de conhecimento e investigação, com esta obra, onde Virgílio Correia apresenta ainda alguns monumentos de que não faziam parte de estudos anteriores. Deste modo, o autor segue as pisadas de Cunha Rivara e de Gabriel Pereira acrescentando o registo fotográfico e uma descrição do Templo Romano de Santana do Campo, deixando assim um elemento documental de como o monumento se deparava na altura que foi efectuada a observação de Virgílio Correia. Assim, em 1916, é feita uma recolha do que Cunha Rivara e Gabriel Pereira observaram sobre este templo, juntando contribuição deste arqueólogo, Virgílio Correia, dando a sua análise para a história e registo do monumento.

---

<sup>230</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983.

<sup>231</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Memorias da Villa de Arrayolos - Parte III*, 1991.

<sup>232</sup> Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses – História e Arqueologia*, 3 volumes, 1947-1951.

<sup>233</sup> Virgílio Correia, *Etnografia Artística Portuguesa*, 1937.

Nesta atribuição de fases de relevância para a temática da dissertação, encaixa-se ainda Manuel Heleno e o casal Vera e Georg Leisner, que na primeira metade do século XX, realizaram trabalhos arqueológicos relativos ao Megalitismo do Alentejo, abrangendo Arraiolos. Manuel Heleno, o então director do Museu Nacional de Arqueologia, efectuou diversas escavações, contudo, estes trabalhos nunca foram publicados e os seus cadernos de campo encontravam-se codificados. Até que Leonor Rocha na sua dissertação de Doutoramento realizou um estudo e descodificação dos cadernos de campo do arqueólogo, permitindo a realocização dos monumentos que entretanto se tinham perdido.<sup>234</sup>

O casal Leisner efectuou uma inventariação dos monumentos megalíticos. *“Estes monumentos megalíticos foram posteriormente referidos por outros investigadores, nomeadamente o casal Leisner que publica uma listagem com quase uma centena (95) de monumentos (Leisner e Leisner, 1959: 134-152) ...”*<sup>235</sup> Bem como também dos materiais guardados no Museu Nacional de Arqueologia, entre eles diversos materiais oriundos das escavações de Manuel Heleno e Virgílio Correia.

Todo o resultado deste trabalho encontra-se reunido na publicação *Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*, somente disponível em alemão. A obra dos Leisner é uma referência, para toda a Península Ibérica, mas esta também foi um modelo a ser seguido no plano internacional. Trata-se de um lista monumental, com uma ampla documentação gráfica, ou seja, ilustração e fotografia, de estruturas e materiais.

Ainda no contexto da estabelecida 1ª fase, com o Estado Novo, dá-se ao procedimento a diversas obras de restauro dos monumentos nacionais, com o carácter do patriotismo fundador da nação. Assim, as campanhas periódicas que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) desde a década de 30 à de 70 do século XX, os resultados depararam-se, entre outros achados arqueológicos, um pote de cerâmica, uma escada, um depósito subterrâneo de 6m com espingardas ao lado da Torre de Menagem, balas de chumbo, objectos de cerâmica e azulejos, bem como um depósito de pedra com a aparência de um túnel com 6m de profundidade e 4m de diâmetro.<sup>236</sup> Porém, estes achados deram-se no contexto das reparações do castelo e que do qual as informações das intervenções realizadas pelo arquitecto Gustavo Marques<sup>237</sup> são relativamente escassas.<sup>238</sup>

Numa 2ª fase de trabalhos no Concelho de Arraiolos para a temática da dissertação, abrange os finais do século XX e com maior intensidade no início do século XXI, possui diversas componentes. Esta fase engloba os trabalhos de acompanhamento de obra e prevenção ou mesmo Estudos de Impacte Ambiental, os quais produziram fracos resultados de conhecimento relevantes para a história do concelho. Nesta fase pode-se introduzir o estudo de espólio da intervenção efectuada em 2005 no povoado da Idade do Bronze Final no Monte de São Pedro

<sup>234</sup> Leonor Rocha, *Origens do Megalitismo funerário no Alentejo Central: o contributo de Manuel Heleno*, 2005.

<sup>235</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Op. Cit.*, 2013, pág. 231.

<sup>236</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2719](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2719)

<sup>237</sup> Foi um arquitecto que dentro de um contexto cultural, social e político do Estado Novo efectuou trabalhos de valorização do património, tal como os arquitectos neste período. Estes trabalhos passaram pelo restauro de alguns monumentos e escavações arqueológicas, com o intuito de fundamentar a ideologia da propaganda de fundação da Nação. A Arquitectura, deste modo, possuiu um papel relevante na construção desta imagem.

<sup>238</sup> ARKHAIOS, *Intervenção de Escavação Arqueológica no Castelo de Arraiolos*, 2005.

em Arraiolos, que evidência para a presença de uma produção autóctone, incluída numa classe supra-regional, devido à qualidade das peças analisadas.<sup>239</sup>

Como a particularidade do espólio cerâmico, pétreo e das braceletes, com esta descoberta do século XIX, é proposto que este povoado tenha tido alguma relevância no contexto do território do Alentejo Central. Tratando-se este do trabalho de maior relevância apresentado nesta fase. Já em relação à restante investigação produzida referente a Arraiolos surgem diversos trabalhos, neste espaço temporal que abrange desde o Estado Novo até ao início do século XXI, dirigidos maioritariamente para o estudo romano do concelho, particularmente, o templo de Santana do Campo, sendo que as obras publicadas se estendem de um carácter lúdico/comemorativo até uma componente académico-científica.

Com as comemorações dos 700 anos do Castelo de Arraiolos, ocorreu um vasto leque de celebrações desta data, neste sentido nesse mesmo ano de 2005, Patrícia Bacalhau lança uma obra de carácter pedagógico, para os mais novos, alusiva ao próprio castelo. Com alguma ficção a autora joga com as lendas e histórias da fortificação para criar um livro apelativo para os mais pequenos de uma forma divertida e pedagógica, com informações pertinentes. *Arraiolos revisitada a preta e branco*, editado no ano de 2005, com autoria de José Borges, é uma investigação efectuada ao passado arraiolense, ou seja, aborda desde o período cronológico do castelo até à requalificação do centro histórico da vila de Arraiolos.

Por via documental escrita ou por via fotográfica foi possível inventariar a vida arraiolense e desta forma, a preservação da memória da população de Arraiolos, ficou nesta obra para as gerações futuras. Contudo, é de realçar o aspecto de grande riqueza desta obra de José Borges deve-se ao facto do seu vasto espólio fotográfico, ou seja, possui um amplo registo de imagens de um passado recente da localidade. A memória colectiva da vila e do povo arraiolense nesta investigação do passado quer por textos, mas em particular, de imagens revelando a intimidade desta vila no centro do Alentejo e como refere o autor “*recheada de tradições e costumes, festas e romarias, pergaminhos históricos que o tempo não apaga e a memória não esquece*”.<sup>240</sup>

Em 19 de Fevereiro de 1257 a vila do Vimeiro recebe a sua Carta de Foral, ora neste contexto com a comemoração dos 750 anos deste acontecimento Rui Lobo escreve o seu *Vimieiro - uma história por contar*<sup>241</sup>, com esta obra celebra-se estes 750 anos de tanta história. O autor ao transmitir o passado às futuras gerações pretende que este continue a ser valorizado e também dar a conhecer a história da vila. O passado romano é retratado na obra, em particular, deste modo, é dada uma enorme relevância, com bastante informação útil a cerca das vias que atravessavam a freguesia, considerando-se mesmo um espaço de passagem de vias romanas. Assim, o Período Romano, quer a nível de história, quer a nível de estruturas, para a zona do Vimeiro, depara-se nesta obra referenciado, dando um contributo para o conhecimento da região. Contudo, esta não se fica pela época romana, e assim dentro do período estudado, nesta tese de mestrado, engloba até à atribuição do Foral do Vimieiro, de mencionar ainda, que para a arqueologia os dados sobre as vias de passagem e pontes romanas, bastantes usadas na época Medieval, são de grande pertinência.

<sup>239</sup> S. Almeida, *Relatório do projecto: O Final da Idade do Bronze em Arraiolos*, 2009/2010.

<sup>240</sup> José Borges, *Arraiolos revisitada a preta e branco*, 2005, prefácio.

<sup>241</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007.

No ano de 1999<sup>242</sup> e 2000<sup>243</sup> Jorge Fonseca efectua uma pesquisa relativa ao Foral Manuelino do Vimeiro e Arraiolos, respectivamente, ao estudar e transcrever ambos os forais. Mas igualmente narra a época antecedente, passando pela vida social, profissões, economia, urbanismo ou a construção do castelo, no caso de Arraiolos, à saída da população do seu interior e povoamento da encosta do Monte de S. Pedro, entre outras temáticas. Assim, esta obra retrata o Foral das duas vilas, Vimieiro e Arraiolos, bem como contribui para a história dessas mesmas vilas até à atribuição dos mencionados Forais Manuelinos.

*O Inventário Artístico de Portugal*, em que Túlio Espanca fica encarregue pelos volumes alusivos a Évora, trata-se de uma obra de referência relativamente ao património nacional, editada desde 1943, pela Academia Nacional de Belas-Artes, é pois um inventário do qual obteve interesse e informação para disciplinas Arte e Arqueologia. Deste modo, surge *O Inventário Artístico do Concelho de Évora*, de Túlio Espanca como referido, editado no ano de 1966, estabelecido em 2 volumes, sendo um dos quais, narrativo e outro fotográfico. Compreende o Concelho de Évora, entre os quais a própria cidade, mas particularmente, também abrange o Concelho de Arraiolos, dos quais a freguesia S. Gregório, Igreja, Vimieiro, Arraiolos, Santana do Campo (ainda como freguesia separada de Arraiolos) e S. Pedro da Gafanhoeira.

Relativamente ao Concelho de Arraiolos, aborda o património da época Moderna, mas também refere patrimónios daquelas que foram as balizas cronológicas estabelecidas para esta investigação, entre os quais se refere o Templo Romano de Santana do Campo ou o Castelo de Arraiolos. A obra de Túlio Espanca presta uma contribuição fundamental para o inventário de todo o património artístico e religioso, para a história e para a arte portuguesa através dos séculos, esta obra foi editada, no ano de 1975.

O Professor José d'Encarnação em 1975<sup>244</sup> e 1984<sup>245</sup> refere uma ara encaixada nas paredes da Igreja Matriz de Sant'Ana, uma epígrafe a que se aludia a Carneus, deus a que o Templo Romano de Santana do Campo se dedica. Conta ainda que esta divindade aponta estar relacionada com Karneios, a divindade nacional dos Dórios, sendo este padroeiro e um protector dos rebanhos, incorporado com Apolo, ligado exactamente a carneiros e ovelhas. Deste modo, é referido relativamente ao período romano no Concelho de Arraiolos, nomeadamente, em Santana do Campo, a referência à divindade local, Carneus. José d'Encarnação aponta para um culto a este deus com o templo presente na actual aldeia de Santana do Campo.

O Professor Jorge Alarcão com as suas obras, *Portugal Romano* e *O Domínio Romano em Portugal* de 1974 e 1988 respectivamente, apresenta um retrato do actual território de Portugal durante o período romano. Nesta perspectiva aborda as diversas estruturas e zonas do país, neste caso em particular, a relevância cai sobre as vias romanas do concelho, o vicus e o templo de Calântica, apontado a Santana do Campo. Deste modo, busca dados de Virgílio Correia, que já desde 1916 expunha que o Templo Romano de Santana do Campo era atribuindo ao século III d. C.. Actualmente o Templo, do suposto vicus de Calântica, é elemento integrante da Igreja de Santana, composto por um adro rectangular.

---

<sup>242</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 1999.

<sup>243</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>244</sup> José D'Encarnação, *Divindades Indígenas Sob o Domínio Romano em Portugal*, 1975.

<sup>245</sup> José D'Encarnação, *Op. Cit.*, 1984.

Jorge Alarcão considerava quando as obras foram produzidas, que o templo era o segundo maior edifício sagrado de época romana em Portugal, só ficando atrás em tamanho ao Templo de Évora, sabendo-se actualmente que o Templo de Beja seria ainda maior do que a cidade do Alentejo Central. Refere que se trata de um Templo único devido às suas configurações arquitectónicas incomuns e por estar relacionado a uma divindade de escassa veneração no lado Oeste do Império Romano. O templo, segundo o que refere Alarcão, é uma edificação orientada sensivelmente para o centro de um átrio murado, exibe um formato rectangular alargado do qual se abre para um pátio do lado sul. Esta investigação, em concordância com o professor Jorge Alarcão, aponta para a frontaria provavelmente ter sido rematada por quatro colunas, não sendo comum nos templos romanos, ou então sem colunas e com uma abertura de porta na parede frontal.

Na 3ª e última fase apresentada, e com os critérios de maior relevância dos trabalhos para esta dissertação, encontram-se os arqueológicos com um maior relevo científico, pois são estes que dão importantes informações para o conhecimento do Concelho de Arraiolos. Assim, com as obras do antigo Convento dos Lóios teve lugar uma intervenção provocada pela acomodação do Convento a Pousada, como resultado desses trabalhos arqueológicos, 1994<sup>246</sup> 1995<sup>247</sup>, procedeu-se a uma escavação de diversas sepulturas da época medieval, nas diferentes alas do Convento dos Lóios. Envolvendo igualmente o acompanhamento de obras, no Vimieiro, a intervenção arqueológica ocorreu na envolvente da Igreja Matriz o qual, possibilitou a identificação de enterramentos em contexto primário, e de que correspondiam a 66 esqueletos entre eles encontravam-se adultos e não adultos.

Francisco Bilou e Manuel Branco efectuaram uma limpeza e restauro, bem como a leitura de uma epígrafe<sup>248</sup> que se encontra no Castelo de Arraiolos.<sup>249</sup> Foi realizado um primeiro trabalho de limpeza para a remoção da camada de líquenes que se encontrava por cima de toda a epígrafe, deste modo, foi destapada e decifrada uma curiosa e imprevista inscrição imprimida no reboco de um merlão do Castelo de Arraiolos. Juntamente a esta inscrição foi igualmente reconhecidos um conjunto de grafitos concebidos em igual contexto de construção a que se refere a inscrição, incluído um auto-retrato do autor. Esta limpeza e decifração foram efectuadas, com o apoio da Câmara Municipal de Arraiolos. A decifração torna-se relevante no sentido em que fornece informação sobre o período de construção do castelo.

“A inscrição é a seguinte:

*«Era de Mil E IIII ( C ) E XXIIIº a (-)*

*nos XXIIIº dias d’aabryl forom factas*

*Estas XII ameas E Castelonas*

*G (onçalo) Fernandez pedreyro d’evora Vasco*

*Pirez ho Escriveo»*

<sup>246</sup> A. L. Santos, *Trabalhos Arqueológicos no Convento dos Lóios-Arraiolos*, 1994.

<sup>247</sup> A. L. Santos, *Trabalhos Arqueológicos no Convento dos Lóios-Arraiolos*, 1995.

<sup>248</sup> Ver *Imagens* 126-127.

<sup>249</sup> Manuel Branco, Francisco Bilou, *Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos*, 2011.

Modernizado, fica:

«Era de mil e quatrocentos e vinte e três anos (ano de Cristo de 1385), vinte e quatro dias de Abril foram feitas estas doze ameias e castelonas (por) Gonçalo Fernandez pedreiro de Évora; Vasco Pirez o escreveu».<sup>250</sup>

Francisco Bilou<sup>251</sup>, bem como André Carneiro<sup>252</sup> realizam dois estudos independentes sobre as vias do período romano. Deste modo, o primeiro autor aborda a questão das vias da região de Évora até à época medieval, ao passo que o segundo autor realiza uma releitura do que Mário Saa havido escrito em *As Grande Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio*. Tanto André Carneiro como Francisco Bilou apresentam nas suas obras, as vias romanas que atravessam o território administrativo de Arraiolos e com igual relevância para a parte Oeste do concelho, onde se pode considerar a localização do alegado *vicus* romano, Calântica.

Neste contexto Francisco Bilou propõe a seguinte ligação entre a via de *Ebora-Sellium*; Porta de Avis, Granito, Louredo, Monte da Oliveirinha, Monte do Divor da Estrada e da Parreira, Monte do Penedo, Solar da Sempre Noiva, Arraiolos, Santana do Campo, Torre das Águias, Mora ou Cabeção, Montargil e Tancos. Ainda destaca o possível acesso entre *Ebora-Scallabis*, passar entre os limites dos Concelhos de Arraiolos e Montemor-o-Novo, tal é referido pela passagem no Sabugueiro e zona da actual estrada que liga Évora a Arraiolos, denominada de E114-4.<sup>253</sup> André Carneiro expõe sobre a ligação de *Ebora* a *Scallabis* e *Sellium*, sendo igualmente feita a sugestão da passagem da via para Santarém entre os limites dos dois concelhos e cruzando a E.N. 4. Na segunda ligação, com relevância para o Concelho de Arraiolos, o arqueólogo indica a saída da actual Porta de Avis, Monte da Oliveirinha e da Parreira, uma vez mais em direcção à Sempre Noiva, continuando para Sudoeste de Arraiolos até Santana do Campo, lugar do hipotético *vicus* que a bibliografia denomina de Calântica.

O acompanhamento arqueológico da obra de beneficiação da EN4 entre S. Gregório e Estremoz decorreu dos trabalhos efectuados em 2007, e divulgados em 2011, realizados pela empresa Estradas de Portugal, S.A. a cargo de José Costa dos Santos. Na realização de este acompanhamento de obras foi identificado e localizado um sítio romano denominado de “Aldeia 1”.<sup>254</sup> Com o processo de alargamento e da reformulação da ligação que liga EN4 à localidade de S. Gregório, administrativamente incluída no Concelho de Arraiolos, averiguou-se a presença de elementos como fragmentos de cerâmica comum, *dolium*, *blocos* de *signinum* e *tegulae*. “A informação termina apontando para a existência no local de um casal agrícola.”<sup>255</sup> Todavia, apontada pelos elementos recolhidos, posteriormente, que se pode tratar de uma *villa*. Assim, com os restantes trabalhos arqueológicos efectuados os arqueólogos concluíram que apesar de ser em pontos distintos da mesma propriedade, existe uma ocupação humana da Pré ou Proto-História, possivelmente da Idade do Ferro, do Período Romano, do Período Medieval Cristão, da Idade Moderna e Contemporânea.

<sup>250</sup> Idem, *Ibidem*, 2011, pág. 3.

<sup>251</sup> Francisco Bilou, *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, 2004.

<sup>252</sup> André Carneiro, *Itinerários Romanos do Alentejo Uma Releitura de “As Grandes Vias da Lusitânia - O itinerário de Antonino Pio” de Mario Saa, cinquenta anos depois*, 2008.

<sup>253</sup> Francisco Bilou, *Op. Cit.*, 2004.

<sup>254</sup> José Costa dos Santos, *Escavação Arqueológica de um Forno Romano- Exemplo de aplicação de medida minimizadora em contexto de obra*, 2011, pág. 2.

<sup>255</sup> Idem, *Ibidem*, 2011, pág. 3.

Entre 1995 e 1997 o arqueólogo Thomas G. Schattner descreve num artigo publicado n' *O Arqueólogo Português* o caso das observações efectuadas no que este caracteriza de Templo Romano em Santana do Campo, sendo este um edifício religioso do qual as estruturas são bastantes notórios e que são presentemente componente da Igreja de Sant'Ana. Schattner procede a uma recomposição do complexo na sua totalidade, composto por um adro de formado rectangular largo, a que se adicionou o templo. As particularidades apresentadas são características de um conjunto de santuários romanos com templo anexado, presentes principalmente no Norte de África, do qual este templo de Carneus, considera o autor, o segundo exemplo na Europa. Considera igualmente que estes complexos, como se pode observar em Santana do Campo, deveriam ser herdeiro de lugares de culto púnico, e que finaliza referindo que a fim de se obter uma viável corroboração da sua hipótese em Santana do Campo era essencial realizar-se uma escavação arqueológica.

A empresa de Arqueologia Arkhaios, tem sido quem mais tem efectuado trabalhos arqueológicos nos locais mais emblemáticos do concelho, nomeadamente, na freguesia de Arraiolos. Deste modo, tem estudado e contribuído cientificamente, com os relatórios das escavações, para o conhecimento arqueológico sobre a história do concelho. Assim, já foram diversas as intervenções realizadas, do qual se destaca as escavações parciais do Castelo de Arraiolos, do Templo Romano de Santana do Campo e da área aberta da Praça do Município. Os dois primeiros trabalhos são relevantes para esta dissertação, devido a tratarem-se de locais de estabelecimento da cronologia da própria investigação, ou seja, do século I d. C. ao século XIV d. C.. O trabalho arqueológico da Praça do Município traz um dado importante para o estudo, que se apresenta, devido ao factor de a cronologia que foi atribuída pela Arkhaios, para as fossas, ainda vai incidir no período compreendido da dissertação. Portanto, cronologicamente, da época romana até à medieval, apresentam-se as estruturas e o seu conhecimento obtido através dos trabalhos arqueológicos.

A Arkhaios em 2008 efectua uma intervenção, no cemitério de Santana do Campo com o objectivo da salvaguarda do património arqueológico, tal como a detecção de novos vestígios. Igualmente se procedeu à caracterização e apreciação do valor científico e patrimonial das zonas que foram sujeitas a sondagens arqueológicas, com observação estratigráfica do subsolo e análise e o registo das estruturas subsistentes e das novas construções, como o muro do lado Sudoeste incluído no muro que circunscreve a parte Norte do actual cemitério de Santana do Campo, *"...a esquina identificada até ao limite NW, que coincide com o limite do muro que delimita o lado Oeste do actual cemitério de Santana do Campo. De igual forma, também deveria ser esclarecida a relação deste muro com a esquina exterior de outro muro romano já conhecido nas traseiras do Templo, através de escavação junto à Travessa Bento Gonçalves, onde se encontra actualmente uma garagem de construção provisória. Estas acções teriam como objectivo colocar à vista todo o muro romano e proceder ao seu registo, de forma a obter dados para a interpretação arquitectónica do espaço envolvente ao Templo, cuja planta permanece indefinida e sobre a qual diversos autores apresentam reconstituições variáveis."*<sup>256</sup>

---

<sup>256</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2008, pág. 20.

Determinaram-se assim um muro, um derrube de *tegulae* e *imbrice* e depósito com materiais exclusivamente romanos, a que a Arkhaios datou entre o último quartel do séc. I a.C. e o terceiro quartel do séc. I d.C.<sup>257</sup> da ocupação do sítio. Os arqueólogos também realizaram a análise de elementos históricos sobre o Templo Romano relativamente ao seu valor histórico-arquitectónico, incluídas as zonas circundantes.

Estes trabalhos arqueológicos possibilitaram a que se pudesse apresentar diferenciadas cronologias das que anteriormente a bibliografia apresentava, juntamente como o espólio exumado da escavação arqueológica. Conceição Lopes e Rafael Alfenim realizaram uma análise preliminar de todo o conjunto de artefactos, ao qual indicaram para uma ocupação romana e de uma cronologia concreta. A cerâmica fina cinzenta estava entre os materiais identificados. A cronologia indicada por esta cerâmica aponta que possa ser datada entre o último quartel do século I a. C. e o terceiro quartel do século I d. C., assim sendo, estes materiais correspondem à época de Cláudio I, 41 d. C. a 54 d. C., e à época da Dinastia dos Flávios, que vai desde 69 d. C. a 96 d. C..<sup>258</sup>

Este facto é relevante pois, anteriormente, a esta intervenção, nunca ter havido quaisquer trabalhos arqueológicos nas proximidades do Templo Romano, logo a cronologia indicada por a bibliografia era referente ao século III d. C.. Porém, Schattner já tinha apontado para o século II d. C.<sup>259</sup> para a fundação do templo. Após, a escavação arqueológica que a Arkhaios concretizou, tal como o conjunto de análise da estratigrafia e a investigação do espólio, conseguiu-se confirmar que a fundação do templo provavelmente aponta para o século I d. C..

Como referido anteriormente, a intervenção na Praça do Município, na vila de Arraiolos, possui a sua relevância pois além das construções e usos das fossas<sup>260</sup> se encontrarem dentro do período do tema, pode dar a conhecer o povoamento de Arraiolos durante a época de transição entre o romano e o medieval, quer muçulmano, quer posteriormente cristão. Este projecto arqueológico, por parte da Câmara Municipal de Arraiolos e executado pela Arkhaios, visava restaurar e valorizar a praça, um local nobre da vila de Arraiolos, desde o século XVI. Para todas as obras que ali fossem realizadas era necessário o acompanhamento arqueológico, devido ao vasto património no subsolo deste local. Assim, procedeu-se aos trabalhos de escavação arqueológica entre 2002 a 2003, durante estes foram assinalados um conjunto de 95 covas ou fossas circulares escavadas na rocha granítica e aos quais realizou-se à escavação de 8 dessas mesmas fossas.<sup>261</sup> Averiguou-se de que a sua função primitiva foi abandonada durante os séculos XIV-XV, anteriormente às construções das diversas habitações em redor da praça, documentadas desde o início do século XVI, e do qual existe conhecimento de covas no momento em que foram abertos os alicerces para os primeiros prédios.

Assim, a cronologia em que foram efectuadas a edificação e de uso destas covas não foi possível clarificar concretamente, somente o término da sua actividade, mas de referir que as fossas estavam preenchidas com terra e espólio arqueológico, apontando a um entulhamento que se fez posteriormente. Sendo assim, os arqueólogos apontam que se pode estar na

<sup>257</sup> Idem, *Ibidem*, 2008.

<sup>258</sup> Idem, *Ibidem*, 2008.

<sup>259</sup> G. Thomas Schattner, *A Igreja de Sant'Ana do Campo: observações num templo romano invulgar* in "O Arqueólogo Português", vol.19-15, 1995-1997.

<sup>260</sup> Ver Imagem 33.

<sup>261</sup> Ver Imagem 34.

presença de um vasto número de estruturas das quais terão sido construídas e usadas quando a zona ainda estava sem edificações, numa altura em que toda a população residia no interior do castelo. A dimensão das estruturas, apresenta-se numa quantidade fabril, devido ao enorme volume para uso, não sendo comum a disposição, sugere a presença de uma tinturaria, para o tingimento de lãs, no exterior do núcleo urbano. Esta situação da localização das fossas, deve-se aos maus odores e à presença de águas sujas, numa actividade deste género. No decorrer da investigação das fossas ainda surgiu a possibilidade de serem silos para o armazenamento de cereais, contudo, no apurar de resultados, os arqueólogos chegaram à conclusão que eram estruturas excessivamente abertas, de aproximadamente 2m de diâmetro no topo superior, mas conclui-se que se tratava de uma tinturaria.

Em Arraiolos persiste uma tradição documentada<sup>262</sup> do final do século XVI que refere para a produção de tapetes tradicionais de influência muçulmana, em que se aplicam produtos vegetais para se efectuar o tingimento de lãs e que ficou relacionado com a produção de Tapetes de Arraiolos, numa fase prévia ao século XV, assim ganhou força a possibilidade de se tratar de uma tinturaria. A comprovar esta possibilidade existe uma semelhança com as actuais fossas de tinturaria islâmicas do Norte de Africa, por exemplo em Fez, Marrocos<sup>263</sup>, deste modo, podem ser compreendidas como sendo de uma tinturaria de época muçulmana.<sup>264</sup>

Outra intervenção da Arkhaios que importa referir, é a escavação parcial do castelo, no contexto dos 700 anos do mesmo.<sup>265</sup> O local em que se localiza o Castelo de Arraiolos, nomeado no Monte de S. Pedro, apresenta uma relevante ocupação, do Bronze Final. Deste modo, em 2005, através de uma escavação arqueológica que se encontrava inserida no projecto de investigação e recuperação do monumento, promovida pela Câmara Municipal de Arraiolos, conseguiu-se averiguar o uso e as realidades arqueológicas do castelo de modo a adicionar conhecimento à história do mesmo, certificou-se a ocupação mencionada. Verificaram-se ainda vestígios espalhados, das épocas Romana e Islâmica, sendo igualmente localizada a Porta Sul, ou da Vila, tal como a Torre circular desaparecida. A intervenção recaiu em sítios observados como fundamentais para a compreensão da história e arquitectura deste monumento, particularmente, no lugar daquela que era até então a Porta Sul do Castelo, no local onde presentemente se depara um rombo na muralha, no Paço dos Alcaldes e na área da desaparecida torre circular.<sup>266</sup>

Relativamente aos materiais, além dos correspondentes à já referida ocupação do Bronze Final, ainda se pôde verificar a presença de outros períodos como a Idade do Ferro, Período Romano e Islâmico. Na intervenção arqueológica de 2005 somente se identificaram escassos materiais, disseminados e descontextualizados, referentes ao Período Romano e Islâmico, entre os quais *tegulae* e bordo de ânfora Haltern 70 e dois fragmentos de cerâmica islâmica.

Posteriormente, com esta escavação foi confirmada a cronologia, e a relação com a maior parte das estruturas arquitectónicas ainda observáveis na superfície, assim a edificação do castelo aponta para o reinado de D. Dinis. Não foi contudo excluída a hipótese da presença de uma

---

<sup>262</sup> Bruno Lopes, *Op. Cit.*, 2009.

<sup>263</sup> Idem, *Ibidem*, 2009.

<sup>264</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>265</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2005.

<sup>266</sup> Ver Imagem 29.

construção mais antiga da Idade do Ferro, Período Romano ou Islâmico, apesar de que os elementos arqueológicos identificados não possibilitarem a confirmação dessa suposição.

Assim, com a escavação da Arkhaios, em concreto, confirmou-se a presença de um sítio arqueológico da Idade do Bronze Final ou possivelmente, o que subsiste de uma “estrutura castreja”,<sup>267</sup> hipoteticamente circular, como a presente forma do castelo, do qual se trata de uma configuração rara.

Ainda que com um espaço de ocupação de reduzidas dimensões. Ainda de referir a intervenção da mesma empresa no edifício do antigo Hospital do Espírito Santo a fim de se tornar o Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos, estes trabalhos arqueológicos contribuíram para o conhecimento da história de Arraiolos, através do próprio estudo do edifício, e onde igualmente foi continuado o trabalho iniciado na praça com as fossas.<sup>268</sup>

A escavação destas fossas, no antigo hospital<sup>269</sup> localizado na Praça do Município, viabilizou a fixação de diversas tipologias distintas das reconhecidas na praça e ficou comprovado as circunstâncias em que se deu o seu abandono, delimitado nos finais do século XV e primeira metade do século XVI,<sup>270</sup> concordando com o surgimento dos primeiros edifícios na praça, particularmente do hospital, em que se realizou este trabalho arqueológico. Os arqueólogos obtiveram como resultado, uma actividade de tinturaria em larga escala, devido à quantidade de fossas reconhecidas, e datadas de um período anterior ao século XV. Com estes trabalhos deparou-se ainda, um numisma da I Dinastia (1248-1325), ao qual se apresenta uma tipologia idêntica ao conjunto de fossas descobertas na Praça Lima e Brito (actual Praça do Município) em 2003, ao qual os arqueólogos apontaram a datação para a construção e uso destas fossas, num período anterior à construção do hospital.

Esta 3ª fase, até ao momento desta dissertação, termina com a elaboração de uma carta arqueológica, que teve o seu primeiro contributo com o levantamento efectuado em 1998 e concluída com a Carta Arqueológica de Arraiolos em 2013, com autores diferentes.

*O Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos*<sup>271</sup>, como o nome indica, foi um contributo, com limitações várias mas de resultados significativos que permitiu perceber o elevado potencial arqueológico deste concelho e perspectivar a continuidade e alargamento dos trabalhos a todo o concelho. Considerando a experiência e os diversos sítios arqueológicos, na zona Oeste do concelho, em particular as áreas envolventes de Sabugueiro, S. Pedro da Gafanhoeira, Santana do Campo e Arraiolos, com este trabalho abriu uma porta para o muito que existia por registar e certamente por descobrir, bem como o grande objectivo de conhecimento total dos sítios arqueológicos do concelho, não somente da zona Oeste. O proveito de um tal utensílio para o conhecimento, gestão e planeamento do território municipal faz parte da orientação técnica da autarquia.

---

<sup>267</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2005.

<sup>268</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>269</sup> Ver *Imagem* 35.

<sup>270</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>271</sup> António Carlos Silva, José Perdigão, *Op. Cit.*, 1998.

Deste modo, com esta investigação que abrangeu todos os períodos cronológicos, na área do concelho mencionada, a equipa deparou-se com uma grande margem de sítios correspondentes ao período romano, numa percentagem de 40% da totalidade observada.<sup>272</sup> Para o período romano a investigação obteve um vasto resultado, entre os quais o já identificado, templo romano do possível *vicus* de Santana do Campo. Constataram ainda a presença de sítios que possam corresponder a grandes *villae* agrícolas, bem como um vasto número de pequenos e numerosos casais.<sup>273</sup> Já no que diz respeito ao período medieval, dentro da cronologia da dissertação, de referir que os investigadores optaram pela união de percentagens de sítios medievais e modernos, correspondente a 19% do total. Para o período medieval optaram por analisar grandes núcleos de habitat, sendo que a opção recai mais sobre a investigação a partir do século XIII, deixando um vazio de conhecimento, desde o final do período romano até ao século apresentado. De mencionar que para esta prospecção arqueológica e para esta baliza cronológica a observação recai mais sobre o antigo Reguengo da Vide.<sup>274</sup>

O projecto *Levantamento Arqueológico e Patrimonial de Arraiolos – LAPA* foi um trabalho de investigação realizado entre 2010 e 2013 cujos objectivos passavam pela revisão e actualização de todos os dados arqueológicos e patrimoniais referentes ao Concelho de Arraiolos, dando continuidade ao trabalho iniciado em 1998 e anteriormente referido. Deste modo, foi dado seguimento aos trabalhos de prospecção arqueológica, contextualizando-se novos levantamentos no concelho, de forma mais ampla. Com os dados obtidos com este projecto ampliou-se substancialmente a imagem que se tinha do concelho e confirmou-se a sua grande riqueza, sobretudo em termos da Pré-história recente<sup>275</sup> e do período Romano.

Os trabalhos de campo efectuados com o projecto LAPA recaíram nas zonas onde existiam maiores lacunas na investigação, fosse pelo motivo da alegada inexistência de vestígios, ou por escassez de informação – falta de investigação. Deste modo, o que se alcançou, a nível de resultados, e correspondente à cronologia de sítios, ou indeterminados podendo enquadrar-se na temática desta dissertação, foi obtido um vasto número de sítios correspondendo a; 118 habitats, 8 povoados, 31 recintos/estruturas, 43 achados isolados, 1 barragem, 3 necrópoles, 1 sepultura, 4 ermidas, 3 fortim/fortificação, 1 lápide, 9 vias, 2 miliários, 1 mina, 1 casal, 4 pontes, 1 templo, 1 inscrição e 1 fonte.<sup>276</sup> Esta investigação possibilitou assim rectificar determinadas faltas que subsistiam e por outro lado, aumentar bastante o domínio de sítios assinalados, em particular, nos casos dos períodos referentes à Pré-História Recente e à Época Romana, mas de uma forma global abrangendo todos as épocas, dando assim a conhecer os diversos vestígios registados até ao presente, no Concelho de Arraiolos, como é finalidade de uma Carta Arqueológica.

---

<sup>272</sup> Idem, *Ibidem*, 1998. Ver Imagem 31.

<sup>273</sup> Ver Imagem 30.

<sup>274</sup> Idem, *Ibidem*, 1998. Ver Imagem 28.

<sup>275</sup> Ver Imagem 32.

<sup>276</sup> Ver Imagens 36-48.

## 6. Lugares de Culto

No Concelho de Arraiolos para o período romano somente se conhece um local de culto religioso de grandes dimensões, que corresponde ao Templo Romano de Santana do Campo<sup>277</sup>, apontado na bibliografia como fazendo parte do *vicus* de Calântica. Mas efectivamente o lugar sagrado, até agora conhecido, para os romanos prestarem o seu culto religioso, durante este período, é neste Templo Romano.<sup>278</sup> Posteriormente e referente à Idade Média, Arraiolos, bem como o Vimeiro, foram sendo estabelecidos lugares de culto nestes aglomerados populacionais que se iam formando, contudo, nos restantes aglomerados<sup>279</sup>, somente foram edificados a partir do século XVI, igualmente neste mesmo século no Vimeiro<sup>280</sup> e em Arraiolos<sup>281</sup> se estabeleceram mais locais religiosos. Este facto acompanha, nomeadamente, na vila de Arraiolos o novo desenvolvimento urbano, ou seja, nova ocupação espacial por parte da população após o abandono em definitivo do Castelo de Arraiolos.

Sem a existência de provas arqueológicas ou documentais, para a época romana, somente para o culto se conhece o templo de Santana do Campo, e até à baliza cronológica do século XIV, os lugares de culto no território actual do Concelho de Arraiolos surgem apenas nas vilas de Arraiolos e do Vimeiro. Deste modo, constata-se que a primeira igreja de culto cristão, sem provas da presença de espaços religiosos paleocristãos no actual território do Concelho de Arraiolos, é edificada no topo do outeiro onde se construiu o Castelo de Arraiolos, designada de Igreja do Salvador.

Na vila do Vimeiro e contemporânea, aproximadamente, do Castelo de Arraiolos e da Igreja do Salvador relata-se do surgimento de uma igreja, a matriz e sede de paróquia da vila. Esta, designada de Igreja Matriz de N<sup>ª</sup> S.<sup>ª</sup> da Encarnação do Sobral, sofreu alterações durante o século XVI e, possivelmente, perdendo traços estruturais da sua fundação medieval.

Com o crescente povoamento do arrabalde do Castelo de Arraiolos, supõe-se da existência de uma sinagoga para o culto da população judaica<sup>282</sup> em crescimento na povoação<sup>283</sup>. Em relação ainda à possibilidade da presença islâmica na região, potencialmente, podem ter existido dois locais propícios à existência de uma mesquita para o culto religioso. Supõe-se que o primeiro lugar hipotético tivesse o seu espaço onde posteriormente ficaria a Igreja do Salvador<sup>284</sup>, sendo que o outro sítio onde poderia ser a mesquita muçulmana pode ter sido onde se encontra a actual Igreja Matriz<sup>285</sup>. Alega-se tais hipóteses de espaços para a existência de uma mesquita pois, o aglomerado urbano islâmico decerto que teve o seu lugar de devoção religiosa.

---

<sup>277</sup> Segundo o Google Earth as coordenadas são as seguintes: 38º 46' 02.81" 'N 8º 02' 00.15" 'O.

<sup>278</sup> Ver *Imagens 49-70*.

<sup>279</sup> Rui Lobo, *Op. Cit.*, 2006.

<sup>280</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007.

<sup>281</sup> Telmo Passão, *Op. Cit.*, 2015.

<sup>282</sup> *Idem, Ibidem*, 2015.

<sup>283</sup> *Idem, Ibidem*, 2015.

<sup>284</sup> Também designada por Igreja do Calvário.

<sup>285</sup> Também designada por Igreja Nossa Senhora dos Mártires.

*“Seguindo os preceitos do Islão (teocracia puritana e igualitária), a cidade árabe era uma cidade secreta, fechada, sem ostentação e exibicionismo, indiferenciada e profundamente religiosa, era o símbolo da igualdade perante Deus. O muçulmano encontrava esse intimismo nas ruas quebradas, onde não existia alinhamento recto, nem percurso contínuo, já que estes eram, frequentemente, quebrados, pela aplicação de adarves e azinhagas (becos) sem saída. Não existiam fachadas significativas e grandiosas (embota por detrás dessas paredes simples pudessem existir faustosos palácios).*

*Desta forma, a cidade muçulmana é uma cidade orgânica (não planeada) que surge de uma maneira ocasional, cerrada e caótica, marcada pelo casario compacto, pelas ruas tortuosas e irregulares, os terraços, os pátios interiores e os becos. A porta era o elemento primordial da cidade. Frequentemente era nas suas imediações que se estabeleciam os souks ou mercados (açougue nas cidades peninsulares), que constituíam as chamadas praças de arrabaldes. Cercado de muralhas, o núcleo principal da cidade muçulmana era a medina onde se encontrava a mesquita maior, a alcaçaria e a zona comercial. A seguir vinham os bairros residenciais e por último os arrabaldes.”<sup>286</sup>*

De assinalar a existência de relatos da presença de uma igreja, no lugar da actual matriz, com uma posterior destruição e reedificação, mas que sem provas arqueológicas não se consegue comprovar a presença ou não de uma mesquita.<sup>287</sup>

*«O crescimento demográfico da vila e a gradual transferência da cerca para o arrabalde são também demonstrados pelos esforços em torno da criação de uma segunda paroquia, a juntar à do salvador, dentro de muros. Embora existam notícias da igreja de Santa Maria, no arrabalde, desde 1302, em que foi instituída pelo bispo de Évora D. Fernando e se faça também menção a ela na relação das igrejas do reino, de 1320-21, havia muito tempo que a única sede de freguesia era a do Salvador. Em 1567 o visitador da mesma, em nome do arcebispo, concluiu pela necessidade de um ajudante para o vigário da igreja, por esta “ser (...) pequena e o povo muito “, dado “o lugar ser de muita povoação e ir cada dia em crescimento”.*

*Decidiu também que a igreja fosse acrescentada. Quer o pagamento ao ajudante quer o dispêndio com obra da igreja deveriam sair das rendas do conde, por ser comendador da igreja. No ano seguinte, novo visitador o doutor Jerónimo Arraias, em nome do arcebispo D. João de Melo optou pela reconstrução da igreja de Santa Maria, que estava “derribada” e da qual o povo tinha “estremada necessidade”, devendo a verba para a obra ser dada pelo feitor do conde donatário, em cujo celeiro da vila se deveria embargar “tanta quantidade de frutos quanta baste pera se refazer a dita igreja “. As obras na igreja da cerca não chegaram a ser empreendidas, por serem dispendiosas e os fies continuaram a não caber nela, ficando “muita gente de fora”. Em 1572, em alternativa, foi decidido “fazerem-se duas freguesias na dita vila, por o crescimento do povo ser grande e estarem já duas igrejas feitas aonde a gente possa acudir”. Ficava para ser decidido posteriormente o modo de divisão dos fregueses entre as paróquias.»<sup>288</sup>*

<sup>286</sup> José Almeida, *Elvas – Caia / Revista Internacional de Cultura e Ciência*, Nº3, 2005, pág. 89.

<sup>287</sup> Telmo Passão, *Op. Cit.*, 2015.

<sup>288</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000, pág. 14.

Portanto, a vila de Arraiolos no início tinha uma paróquia com a igreja do castelo, dedicada ao Santo Salvador, tendo como priores os Arcebispos de Évora<sup>289</sup>, posteriormente, a vila passa a possuir uma Igreja Matriz tendo um reitor e um cura com quatro beneficiados.<sup>290</sup> Arraiolos e o Vimeiro ainda tinham, relacionado a instituições religiosas, desde 1353 e 1320, respectivamente, uma albergaria medieval para o tratamento de viajantes que passavam pela vila, peregrinos e comerciantes, no caso de Arraiolos. Posteriormente, esta albergaria evolui e passando a estabelecer-se como Hospital do Espírito Santo, já após o século XIV, a cargo da Santa Casa da Misericórdia.<sup>291</sup>

Na vila do Vimieiro correspondia igualmente de uma albergaria medieval e também acabando por ficar a encargo da Misericórdia do Vimieiro, a sua designação inicial em semelhança com Arraiolos, era do Espírito Santo. É referido que esta a quando do reinado do Rei D. Dinis já existiria e que posteriormente D. Fernando de Faro, senhor da vila, dá permissão para que a reitoria do Convento dos Lóios, em Arraiolos, administrasse este hospital. Porém, em 1574 através de um pedido, efectuado pela Câmara e Santa Casa da Misericórdia, ao então Rei D. Sebastião, para que fosse esta última a reger o hospital, algo que foi diferido.<sup>292</sup>

### 6.1. Santana do Campo

Nas divindades indígenas pode-se compreender as favorecedoras de *loci*, *Castella* ou *vici*, veneradas apenas nos lugares de que eram protectoras. Provavelmente os casos singulares aplicam-se às limitações espaciais das pesquisas. Nada assegura que uma divindade até presentemente sabida por um único simples depoimento não acorra a reaparecer numa segunda ou numa terceira inscrição descoberta noutra ponto distinto. De outro ponto de vista, possivelmente alguns topónimos públicos até ao momento incomparáveis pertençam simplesmente, a desiguais cognomes de um deus semelhante.

A singularidade de uma divindade local está bastante presente no mundo rural, ou seja, de um deus protector de um povoado e venerado só neste povoado e área envolvente, podendo insinuar-se, que certos deuses parecem ter sido realmente *genii loci*, característicos de um lugar, um rio, uma serra, entre outros. *Carneus Calanticensis* deve ser o deus protector do *vicus* de Calântica<sup>293</sup>. Leite Vasconcelos, como mencionado anteriormente, já tinha referido *Carneus* como um *genni locarum*<sup>294</sup>, neste caso com características do lugar, nomeadamente, agrícolas e pastorícias.

Pode-se observar a homenageado por uma mulher, por um escravo e por um indígena com o formulário votivo definidos pelos padrões romanos dedicado ao deus dos *Calanticenses*. Estes *ex-votos* mostra que a veneração se estendia a nível étnico-social e que se supõe para uma enorme reputação da sua devoção.

<sup>289</sup> Idem, *Ibidem*, 2000.

<sup>290</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Memorias da Villa de Arrayolos - Parte III*, 1991.

<sup>291</sup> Carla Barroseiro, Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2014.

<sup>292</sup> Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*, Tomo VIII, Vols. I e II, 1975.

<sup>293</sup> Por diversos casos os indígenas com a romanização absorviam os deuses daquele povo que vinha para se integrar, mas em alguns e o que parece ser o caso de Santana do Campo, os próprios romanos aceitavam e romanizavam o deus indígena e tornavam-no um deus "romano" integrando-se eles na sociedade indígena.

<sup>294</sup> Ver nota 129.

“CARNEO / CALANTICE(N)/SI CAECILIA / Q(uinti) F(ilia) NI CVIS [?] / R . C V(otum?) L(ibens?) S(olvit?)

A Carneu Calanticense. Cecilia..., filha de Quinto,...cumpriu de bom grado a promessa.

[DEO?] / [CARNEO] CA[L]ANTI[CENSI]? / HERME[S] / L(ibens) . A(nimo) . V(otum) S(olvit)

Ao deus Carneu Calanticense. Hermes cumpriu de bom grado a promessa.

[C(arneo)?] . C(alanticense?) . S(acrum) / [V]OTO PA[N?] / S . TALONT(i) (filius) / A(nimo) . L(ibens) . V(otom) . S(olvit)

Consagrado a Carneu Calanticense (?). por voto,... filho de Talonto, cumpriu de boa vontade a promessa.”<sup>295</sup>

Divindades que eram usualmente locais, étnicas, ou tópicas, posteriormente passariam, em período romano, a ser semelhantemente veneradas. Encontrava-se numa ara encastrada nas paredes da Igreja Matriz de Sant’Ana, esta divindade que José d’Encarnação indica estar ligada a *Karneios*<sup>296</sup>. Identifica-se por ser um protector dos rebanhos, assimilado com Apolo, o que não era estranho ao indo-europeu *kar, kára, karnos* relacionado justamente a carneiros e ovelhas. A denominação da divindade residiria num fragmento de pedra introduzido na parede exterior da Igreja Matriz de Santana. Desconhece-se a sua morada presente.

1734- Colecção dos documentos...

Com a acta da sessão de 1 de Abril diz-se que o P.Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro comunicara à academia um conjunto de recordações onde, dentro distintos objectos concluía uma alusão a uma pedra rude, com inscrições, de que apenas podiam-se decifrar o seguinte: «CARNEO / CALANTICE / SICAECLIA / OR NI CUIS / R. CUIS»

“1747- CARDOSO, Dicionario I, p. 487 (artigo «S. Anna»):

«[...] No qual, por estar quebrado, se vêem somente as letras seguintes : CARNEO / CALANTICE». «Querem alguns que nesta freguesia fosse algum dia a cidade de Calantica, o que parece se prova das segundas letras e segundo a pedra mencionada. O P. Bento Pereira no *Additamento Portuguez*, falando de Arraiolos, lhe chama na língua latina calantia, o que tudo se conforma com a inscrição da segunda pedra».

1869 – CIL, II, 125:

Transcreve da colecção e diz: «Emendare non audeo». Acrescenta Hubner «Higuera, na sua história manuscrita de Toledo, I, fl.94, refere esta ou a seguinte, encontrada no mesmo local, que lhe fora enviada pelo P. Dr. Pedro Paulo Secreer, jesuíta, de Évora, assim: «DEO . PTARNEO . CALANTI / CENSI . LAVS», como de costume, arbitrariamente modificada; no fim, é I(ubens) a(nimo) v(otum) s(olvit)».

<sup>295</sup> José D’Encarnação, *Op. Cit.*, 1984, pp. 489-491. Para mais informações sobre informações sobre a interpretação e análise do professor Encarnação, sobre as ámulas, encontram-se a descrição nesta obra.

<sup>296</sup> CARNEO (KARNEIOS, CARNEU, CARNEUS) – Deus venerado nas planícies da Lusitânia por povos de origem Celta. Divindade provavelmente referida com a criação de gado. O dicionário de Daremberg, refere a mesma menção Apolo, deus protector dos rebanhos, sendo uma divindade protectora dos rebanhos venerada e se Calântica onde localize, no actual Alentejo, terra de rebanhos, assim, a divindade grega, de proveniência, Carneus, cariz de romanização de *Karneios*, teria tido proveito o sobrenome indígena, *Calanticensis*.

1905- LV, Rel. II pp. 312-313:

Divindade «de carácter incerto». Refere Hubner e diz: «estas duas inscrições são decerto versões de uma única, pois tem em comum na 1ª. 1....ARNEO».<sup>297</sup>

Certo é que os autores têm apontado, o mesmo com a mítica povoação ou o templo, a divindade é seguro ser Carneus Calanticensis, deus dos rebanhos e gado, e esta pode ter sido uma das actividades principais do suposto vicus de Calântica, que o veneraria e lhe prestaria culto. O Padre Luís Cardoso dizia no “«Diccionario Geographico» tomo 1º pág. 486: *Santana. Freguesia na província do Alentejo, Arcebispado de Évora, comarca de Vila Viçosa, termo da Vila de Arraiolos... A paróquia tem por orago Santana... É a capela-mor e parte da Igreja feita de pedras de demarcada grandeza, lavrada, e fabricada; tem cal até o telhado e dizem for a obra dos romanos, o que se parece se prova de uma pedra mármore, onde se vêem uns letras Latinas, nesta forma:*

AFCA

NANII

IERME

LAVS

*Está outro pedaço de pedra, que parece ser de algum edifício, na qual, por estar quebrado se vêem somente as letras seguintes:*

CARNEO

CALANTICE<sup>298</sup>

Assim, os três locais de culto, estabelecidos dentro da baliza cronológica da investigação, são expostos de uma forma mais ampla no que concerne à história e arquitectónica: “*Em 1916, Virgílio Correia apurou informações sobre o Templo de Sant’Anna e o culto de Carneus e projectou uma planta conjectural do templo, atribuindo o século III d.C. como altura de fundação do imóvel. O Templo de Calantica é parte integrante da igreja de Santana, constituído por um adro rectangular cujas características são atribuídas a um grupo de recintos romanos conhecidos no norte de África (Schatner, 1995-1997).*

*O imóvel em estudo tem vindo a ser considerado como sendo o segundo maior edifício sagrado de época romana em Portugal, depois do Templo de Évora (Alarcão, 1986, 1888, 1988; Hauschild, 1989-1990, 1994). Corresponde a um Templo singular devido às suas formas arquitectónicas invulgares e por se encontrar associado a uma divindade de veneração pouco conhecida no ocidente.”<sup>299</sup>*

<sup>297</sup> José D’Encarnação, *Divindades Indígenas Sob o Domínio Romano em Portugal*, 1975, pp. 154- 155.

<sup>298</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983, pág. 3-4.

<sup>299</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2008, pág. 8.

Em Santana do Campo, no Concelho de Arraiolos, permanecem, na igreja local, componentes do templo que presumivelmente foi consagrado a Carneus Calanticensis<sup>300</sup>. Deveria ser uma construção de configuração clássica, completado num temenos ou recinto porticado.<sup>301</sup> A datação era anteriormente atribuída ao século III d. C.<sup>302</sup>, devido à profunda análise efectuada por Vergílio Correia<sup>303</sup>, todavia, e como referido anteriormente já Schattner tinha corrigido a cronologia. Com a escavação<sup>304</sup> a cargo da Arkhaios esta cronologia sofreu uma alteração. O Templo Romano de Santana do Campo passou a ter uma datação atribuída ao século I d. C., uma vez que *“as três sondagens arqueológicas intervencionadas puseram a descoberto um muro de características romanas e depósitos de materiais arqueológicos exclusivamente romanos (séc. I d.C.)...”*<sup>305</sup>

Hoje o templo de culto cristão é caracterizado por ser um, edifício de planta rectangular centralizada, constituída pela junta horizontal de nave e abside, com tecto idêntico de telhado de duas águas. A fachada principal encontra-se voltada a Oeste, trespassada pelo vão do pórtico de cantaria granítica esquadriada, com o seu lintel com a data atribuída de 1715, sobre o qual o adorno cego é ornamentado com uma tabela ovalada de estuque, com a data de 1884. O acabamento triangular é determinado pelo pendente dos beirados. As faces Norte, Sul e Este são assinaladas por séries de grandiosos pilares graníticos de silharia almofadada, com secção quadrada, que sugerem fortalecer e embelezar os paramentos da grandiosa edificação romana, ao que encontram-se imersos no revestimento da alvenaria do templo cristão.<sup>306</sup>

Sem dúvida que estes vestígios pertencem à época romana, pois possuem o cunho grandioso e sólido que essa civilização sabia imprimir em todas as suas construções. Era uma edificação vasta, de robustas paredes formadas de grossos silhares faceados, fortalecidos por contrafortes bastantes próximos para sustentarem superiormente outros silhares de granito de grandes dimensões, formando um friso que ainda se conserva perfeito na face oriental da igreja.<sup>307</sup>

Somente com os elementos perceptíveis e sem mais trabalhos arqueológicos, prefigurar-se a planta do templo é de difícil análise. Existia provavelmente um recinto rectangular, seguido totalmente por um pórtico. O templo predominaria desse pórtico, axializado e centrado num dos lados menores. O átrio, com quatro colunas na fachada, destacar-se-ia sobre o pórtico. A *cella*, de paredes laterais contrafortadas e completada por um nicho onde se acomodaria a estátua da divindade, contudo, difere das características dos templos itálicos pois em comparação com o templo romano de *Ebora* onde as colunas estão a rodear a *cella* sem qualquer contacto com a mesma, retrocedia para além do muro envolvente do recinto.<sup>308</sup>

*“Estamos perante uma construção onde são visíveis vários muros, construídos com recurso a grandes silhares almofadados, que formam a parte oriental do recinto. Trata-se de uma construção orientada aproximadamente para o centro de um átrio murado. Apresenta uma forma de rectângulo alargado que se abre para o pátio no seu lado sul. De acordo com Jorge*

<sup>300</sup> José D’Encarnação, *Op. Cit.*, 1975.

<sup>301</sup> G. Thomas Schattner, *Op. Cit.*, 1995-1997.

<sup>302</sup> Idem, *Ibidem*, 1995-1997.

<sup>303</sup> Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1975.

<sup>304</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2008.

<sup>305</sup> Idem, *Ibidem*, 2008, pág. 2.

<sup>306</sup> Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1975.

<sup>307</sup> Idem, *Ibidem*, 1975.

<sup>308</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2008.

*Alarcão a sua frente deveria ser completada por quatro colunas, o que é comum nos templos romanos, ou sem colunas e com abertura de porta na parede frontal.*<sup>309</sup>

Na obra de Cunha Rivara, é retratado o templo, em forma de cruz de quatro braços semelhantes, dirigidos para os quatro pontos cardeais. Teria sido composto de pilastras e paredes de grossas pedras de granito, rico na região, primariamente trabalhadas e desprovidas de qualquer adornos e ostentações de arquitectura. Permanecem com as suas pilastras e arquivada, compondo fracção da actual igreja todo o braço da antiga cruz que estava para Sul. Subsiste grande parcela do braço de nascente e um pouco da parede de poente. O do Norte foi demolido. No ângulo alinhado através dos braços de nascente e Sul, Cunha Rivara sugere, que possa ter existido uma capela pertencente ao templo. Nas paredes das casas e quintais de Santana nota-se um vasto número de paredes de silharia, que sem dúvida corresponderam à construção do templo romano.

*“O Templo de Calantica apresentaria uma planta em forma de T cuja cabeceira se encontraria na linha setentrional. A destruição do edifício original é visível no topo deste corpo, para encaixe do altar da igreja cristã que é erigida sobre o monumento romano. Os braços laterais estarão cortados, do lado poente pela estrada que dá acesso a Arraiolos, e do lado oposto pelo murete protector do cemitério.*

*O mais imponente lanço do Templo destaca-se para ocidente e inclui o presbitério e parte da nave da Igreja de Santa Ana, com cunhais de aparelho almofadado e facetado, constituídos por silhares de granito de grande dimensão. Na parte superior do edifício, no lado oriental, ainda se preserva um friso com blocos de grandes dimensões. As fortes paredes com 6 m de altura deveriam suportar a pressão da cobertura, que tem um vão de 7.30m e um comprimento total de 18-19m. Na Sacristia, construída com materiais romanos reaproveitados, conserva-se na cimalha um monólito que serve de arquivada.*<sup>310</sup>

À volta encontram-se fundações de diversas construções, e que foram identificadas algumas sepulturas com vasos lacrimatórios de estilo romano. *“De semelhantes descobrimentos já fez menção o padre Luís Cardoso no «dicionário geográfico» (tomo 1º pág. 487), se bem que na imaginação do seu informador, tais sepulturas tomaram dimensões gigantescas.*<sup>311</sup> A descrição de Cunha Rivara poderá não ser a correcta, pois sobre a questão de templos em cruz do período imperial romano não parece haver templos com esse formato, mas sim parece corresponder a uma tipologia semelhante a diversos templos no Norte de África.<sup>312</sup>

Mas a análise de diversas obras, tais como a de Schattner, de Cunha Rivara ou mesmo de Gabriel Pereira, demonstra que o templo é de difícil interpretação, quer pelo tamanho, quer pela localização, quer pelo culto, quer pela estrutura, entre outros. Sendo desta forma meras especulações que somente com escavações arqueológicas poderiam obter respostas. Cunha Rivara ainda refere que o templo de Calântica tivera um destino de alteração para uma igreja

<sup>309</sup> Idem, *Ibidem*, 2008, pág. 9.

<sup>310</sup> Idem, *Ibidem*, 2008, pág. 9.

<sup>311</sup> J. H. da Cunha Rivara, *Op. Cit.*, 1983, pág. 3.

<sup>312</sup> G. Thomas Schattner, *Op. Cit.*, 1995-1997.

de culto cristão, tendo sido utilizadas partes da construção romana para a construção do novo lugar de culto.

A arquitectura dos templos emerge no actual território de Portugal com os romanos, que inseriram inovações técnicas ao nível de materiais e de procedimentos de edificação. A pedra esquadrihada, a argamassa de cal, o *opus signinum*, o tijolo e a telha de barro cozida, o estuque, a abobada. Essas inovações possibilitaram, no território que viria a ser Portugal assim tal como em toda a parte ocidental da Europa, a edificação de novos estilos arquitectónicos completamente diferentes daqueles que os povos indígenas conheciam. No templo de Calântica é considerado que a técnica usada foi o *opus quadratum*, técnica de construção de parede que usa blocos de pedra paralelepípedo, o maior, 70 x 40 x 40cm em linhas horizontais de blocos, partindo deste princípio, a dimensão que deve permanecer constante era a altura, de modo que todos eram compatíveis, fiado em qualquer altura.<sup>313</sup> Por conseguinte, a altura de cada bloco correspondia a duas vezes a dimensão do “pé” romano<sup>314</sup>. Como não existem muitos vestígios à vista não é possível grande análise das estruturas e da técnica usada, e sem uma escavação para uma melhor identificação, apenas estão disponíveis e os únicos elementos de interpretação são o que resto do templo romano e os pequenos muros em anexo.

## 6.2. Arraiolos

Já no período medieval e na vila de Arraiolos, encontra-se um lugar de culto cristão. Construída em 1271<sup>315</sup>, alegadamente, contemporânea da construção do castelo, a Igreja do Salvador<sup>316</sup> viria a sofrer obras de restauro no século XVI e XVIII, perdendo alguns dos seus elementos arquitectónicos originais. O território de Arraiolos desde o século XIV era parte integrante do bispado de Évora, a que pertencia a Igreja do Salvador. Entre 1500 e 1503, esta teve como reitor o antigo capelão e testamenteiro do Rei D. João II, o Bispo de Ceuta e de Viseu, D. Diogo Ortiz de Vilhegas. Posteriormente, no ano do Senhor de 1572 os padres visitantes, Manuel Cerqueira e o Dr. Jerónimo Arraes, deram ordem para que fosse efectuada uma reforma na estrutura do retábulo do altar-mor, na altura danificada por queimaduras e alguma antiguidade. Mas outras foram as melhorias feitas na igreja, que ocorreram ainda em 1589, 1630 e 1639, porém, nos inícios do século XVIII, nomeadamente, em 1703, este lugar sagrado estava ao abandono uma vez que receava-se que desabasse. No decorrer deste século então, o Arcebispo de Évora, D. Fr. Miguel de Távora, manda que se repare a igreja, onde se faz obras no exterior, particularmente, na torre sineira e nos altares laterais.<sup>317</sup>

Contudo, no ano de 1754, o Arcebispo, numa visita a Arraiolos, dá ordem para a demolição dos altares laterais da Nossa Senhora do Anjo e das Almas Santas, derivado aos custos para manter tal igreja. Neste mesmo século XVIII, deixa de ser considerada a matriz paroquial de Arraiolos e passa a ser então a Igreja de Santa Maria dos Mártires, ficando agora com o estatuto de ermida da sede de paróquia. Anteriormente, no decorrer de 1567, o padre Dr. João Pereira propôs essa mesma alteração devido às dimensões diminutas da igreja e do complicado acesso. Deste modo, o processo de alteração da sede de paróquia iniciou-se com o Arcebispo D. José de

<sup>313</sup> Jean-Pierre Adam, *Roman Building – Materials and Techniques*, 1994.

<sup>314</sup> Cerca de 30cm.

<sup>315</sup> Túlío Espanca, *Op. Cit.*, 1975.

<sup>316</sup> Ver *Imagens 175-177*.

<sup>317</sup> Telmo Passão, *Op. Cit.*, 2015.

Melo, a 22 de Junho de 1626. Com a Irmandade do Senhor dos Passos, em 1874, a Igreja do Salvador sofreu a maior e mais cara obra, perdendo aqui toda a configuração da sua fundação.<sup>318</sup>

A igreja no seu exterior é contrafortada, apresentando os cunhais ainda do século XVI, a torre sineira restaurada pelo Arcebispo D. Fr. Miguel de Távora, e a porta em arco redondo, na lateral voltada para Sul. A fachada, com uma empena triangular na parte superior, e um pequeno adro, encontra-se voltado para Oeste.<sup>319</sup>

*“A nave da igreja apresenta um tecto rectângular, com as medidas de 11,50 x 8,50m, e com uma disposição em três tramos suportados por colunas em pedra encostadas às paredes principais, os capitéis destas colunas apresentam uma decoração manuelina e de ábacos com configuração quadrada e que sobressai. A abóboda com uma ligação por nervuras de oito raios em cada tramo, em alvenaria, e com ornamentação nas intersecções, em granito, com cordões do estilo manuelino e dois escudos do estilo gótico.*

*Apresenta duas capelas laterais, da centúria de setecentos, que D. Frei Miguel de Távora, preservou da demolição no ano de 1754, sendo a do lado do Evangelho consagrada ao Santo D. Nuno Álvares Pereira e a da Epístola desde o ano de 1762, de Nossa Senhora da Conceição, anteriormente a esta data era do Senhor Jesus dos Passos.*

*O altar-mor é de dedicação original ao Salvador e no ano de 1754, através de um pedido feito pelos mordomos da Confraria da Nossa Senhora da Conceição passou igualmente a ser de ambos, por despacho arquiépiscopal de 11 de Julho de 1758.*

*No ano de 1874 as laterais e a cobertura foram escaiolados, e igualmente sofreram obras de pintura com tinta-de-água, onde a decoração se fez à base de uma imitação de ornatos árabes e de aves toscas. Na porta lateral do lado Sul, subsiste um escudo em mármore, da centúria de 1300, dos Castros de treze arruelas, pertencente ao primeiro Conde e donatário de Arraiolos, D. Álvaro Pires de Castro, irmão de Inês de Castro, esta pedra possui ainda uma regra inscrita em caracteres góticos.”<sup>320</sup>*

A actual Igreja Matriz<sup>321</sup> já é mencionada no ano de 1302 no então arrabalde, sendo que a sua fundação não se pode determinar ao certo sem mais provas documentais e arqueológicas, porém, a igreja que hoje subsiste é aquela que foi reedificada em 1747. Anteriormente, designada de Santa Maria dos Mártires e do qual não se conhece o formato estrutural, pois esta sofre graves danos levando mesmo a que, no século XVII, a pratica do culto religioso deixasse de se efectuar e a igreja caia em abandono.<sup>322</sup>

O Arcebispo D. Fr. Miguel de Távora, no decorrer de 1747, manda que seja feita a sua reedificação com o intuito de esta passar a ser a nova matriz paroquial da vila de Arraiolos, ganhando o lugar à mais pequena Igreja do Salvador. Assim, com novas funções, passa a ser

<sup>318</sup> Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1975.

<sup>319</sup> Telmo Passão, *Op. Cit.*, 2015.

<sup>320</sup> Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1975, pp. 9-10.

<sup>321</sup> Ver *Imagens* 71-79.

<sup>322</sup> Telmo Passão, *Op. Cit.*, 2015.

designada de Igreja Matriz, mas mantendo também Santa Maria dos Mártires, beneficia de uma nova ornamentação e maior comodidade aos que quisessem efectuar o culto. É no ano de 1754 que se dá a transladação do Santíssimo Sacramento para a nova matriz. Com o terramoto de 1 de Novembro de 1755 a nova igreja também sofreu danos, mas que prontamente foram recuperados para se poder voltar a efectuar a prática religiosa, posteriormente, já no século XX, nomeadamente, em 1954, são efectuadas obras de restauro e limpeza deste lugar sagrado.<sup>323</sup>

*“Esta encontra-se com a sua frontaria simples, estabelecida para o lado Oeste, tendo um tímpano triangular e igualmente simples, tem duas janelas com moldura em granito com gradeamento, que conferem luz para o coro alto. Apresenta uma grande porta, em granito, de traçado barroco e com o escudo do fundador, em calcário, e inferiormente a este estão aletas com vieiras com ornamentação em volutas apresentando sob a portada uma lápide, em mármore, com a seguinte inscrição:*

HANC PAROCHIALEM ECCLESIAM  
BEATISSEMAM VIRGINI MARIAE DE MAR  
TIRIBVS DICATAM ANTEA RIVINUS  
AM DEFORMATAM AC PENE DIRV  
TAM DENVO INSTAVRAVIT ET RE  
FECIT EX.MVS AC REV.MVS DOMINVS D. FR.  
MICHAEL DE TAVORA ORDINIS ERE  
MITARVM S. AVGVSTINI HVIVS EB  
ORENSIS DIOCESIS ARCHIEPISCO  
PVS METROPOLITANVS ANNO  
DNI 1747.

*Traduzido fica: Esta Igreja paroquial, dedicada a Nossa Senhora dos Mártires que se encontrava em ruínas, quase completamente caída, foi restaurada pelo Ex.mo Senhor Dom Fr. Miguel de Távora, da Ordem dos Ermitas de Santo Agostinho, Arcebispo desta diocese de Évora, no ano do Senhor de 1747.<sup>324</sup> O nome Távora encontra-se apagado, desde o ano de 1759, em que foi picado, devido ao atentado ao rei e do Processo dos Távoras.<sup>325</sup>*

É contrafortada em alvenaria nas laterais e possui no lado Norte/Este uma torre quadrangular com quatro sinos e aberturas em granito. Também em granito tem ainda uma porta, do lado Norte, actualmente tapada, e cinco janelas da mesma matéria, três abertas e duas fechadas. No lado Este apresenta a abside de dois tramos e formato cilíndrico. No interior esta tem uma nave rectangular com quatro tramos e com oito capelas laterais, bem como a capela baptismal, já do Renascimento, e que indica ser da antiga matriz, tem ainda o coro alto sob um arco abatido.<sup>326</sup>

<sup>323</sup> Idem, *Ibidem*, 2015.

<sup>324</sup> Túlío Espanca, *Op. Cit.*, 1975, pág. 6.

<sup>325</sup> Idem, *Ibidem*, 1975, pág. 6.

<sup>326</sup> Telmo Passão, *Op. Cit.*, 2015.

*“A capela-mor igualmente se apresenta com uma planta rectangular e uma abóbada de meio canhão abrindo-se para o corpo da nave através de um enorme arco apilastrado, em granito, possuindo capitéis da ordem jónica. No prospecto lateral do lado Norte, quando de obras de restauro e limpeza nos anos 50 do século XX, surgiu um portal em granito, este apresentava-se do estilo do gótico trecentista, e que desta forma confere autenticidade à existência de um templo anterior, localizado no então arrabalde.”<sup>327</sup>*

### 6.3. Vimieiro

Na vila do Vimieiro encontra-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Encarnação do Sobral<sup>328</sup>, de que subsistem referências a uma paróquia desde o século XIII, alegadamente, a haver uma igreja deste período que viria a dar lugar à actual matriz. Deste modo, em 1302 é doado o padroado desta ao Cabido da Sé de Évora pelo Bispo D. Fernando Martins, porém, já no ano de 1325, o Bispo D. Giraldo, altera a situação desta paróquia tal como sucedeu na paróquia da Igreja do Salvador, em Arraiolos. Posteriormente, o Bispo D. Álvaro Falcão, no ano de 1437, juntou os dízimos da Igreja Matriz do Vimieiro à do Deão, para esta ganhar um maior esplendor, tal como sucedeu em outras dioceses.<sup>329</sup>

*“Ampliando e homologando o mesmo acto, no dia 22 de Setembro de 1481, o prelado D. Garcia de Meneses submeteu a sua aprovação aos capitulares da Catedral em audiência que teve lugar na antiga capela dos bispos e ulterior sala do Cabido, sob a presidência do bacharel Afonso Pires, vigário-geral da diocese, chancelando o novo documento João de Beja, público tabelião de notas del-rei e testemunhando o cônego tesoureiro da corporação Luís Nunes, Lourenço Anes Pires e Fernão d’Arcos, escrivão da vigararia episcopal. Nesse primitivo edifício nada resta.”<sup>330</sup>*

Assim, no decorrer do século XVI, o Deão Pero de Miranda, manda efectuar a construção da nova casa de Deus, recebendo a consagração em 1557. Até ao ano de 1886, em redor da abside subsistiu o cemitério da vila do Vimieiro, contudo, quando se dá a *cólera morbus*, foi anexo à Ermida de S. Brás onde se passou a efectuar os enterramentos.

A frontaria da igreja encontra-se virado para Oeste, possuindo uma dimensão significativa e ornamentação característica, feita numa alvenaria grossa e caiada de branco, próprio da região, não perdeu os traços da arquitectura rural da centúria de 1500.<sup>331</sup>

*“(…) nartex, corpo de nave com três tramos robustecidos de botaréis quadrangulares rematados por urnas; presbitério e caixas assimétricas das capelas laterais, de desigual arquitectura pelas diferentes épocas das suas construções. Frestas estreitas, de enxalsos muito acentuados, ainda na tradição gótica e cortina de ameias de tipo italiano, envolve o beiral da igreja, imprimindo-lhe curiosa e original silhueta.”<sup>332</sup>*

<sup>327</sup> Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1975, pp. 7 -8.

<sup>328</sup> Ver *Imagens* 80-86.

<sup>329</sup> *Idem, Ibidem*, 1975.

<sup>330</sup> *Idem, Ibidem*, 1975, pág. 43.

<sup>331</sup> *Idem, Ibidem*, 1975.

<sup>332</sup> *Idem, Ibidem*, 1975, pág. 43.

A torre sineira localizada do lado Norte da igreja, tem um formato quadrangular, possui três sinos em bronze fundido, dois deles fundidos já no século XX, no ano de 1940, em Rio Tinto, o restante apresenta uma datação. Esta datação é de 1580, porém, na estampa do sino surge 1508, possivelmente um erro de fundição e consequente troca. Pode-se ler:

AVE+MARIA

DEÃO+1508 (mede, de diâm. 25cm)

Apresenta uma galilé rectangular com um terraço e aberta por três arcos redondos assentes em pilastras dóricas de granito, a abóbada de ogivas com três nervos lisos. Tem um portal arquivado e um frontão triangular, possuindo na sua decoração a data de 1798, referente a uma das obras de reestruturação, entre os quais se deu a conclusão do retábulo da capela-mor. Possui também a inscrição:

P.º DE MIRAMDA DAIAM DA SEE

DEVORA MÃDOV FAZER ESTA

IGREJA ACABOVSE NA ERA DE

1557

A nave é rectangular com seis capelas laterais, de arcos redondos, o tecto da nave é com dez nervos moldurados, colocados em três tramos. O coro apresenta uma arcada abatida com colunas dóricas, em mármore.<sup>333</sup>

*“A capela-mor de planta rectangular, profunda e coberta por cúpula hemisférica vasada em lanternim, assente em trompas, é muito pobre de decoração. A estrutura é a primitiva, de c.º de 1560, mas o altar, de estuques e alvenaria escaiolada reproduz, em maior escala o retábulo da capela de N.º S.º da Encarnação, com idênticos bustos, de terra-cota, dos 4.º Condes de vimieiro, padroeiros do templo no último terço do séc. XVIII.”<sup>334</sup>*

## 7. Povoamento

A Península Ibérica sempre se apresentou como um local de uma enorme dificuldade de relações entre as comunidades aqui presentes, nomeadamente, e de maior relevância para esta investigação, naquela que viria a ser a Província Romana da Lusitânia. A implantação das comunidades no território fez-se através de condicionantes da morfologia do próprio espaço físico, deste modo, no período romano, a paisagem caracterizava-se por ter uma presença humana em áreas bastante ligadas ao cultivo da terra, com a particularidade de estas se encontrarem cerca de linhas de água, quer para consumo doméstico, quer para a rega dos campos cultivados. Igualmente esta presença fazia-se sentir sobretudo perto de vias, para se poder efectuar uma fácil comunicação com as urbes e acesso às distintas direcções e lugares. Assim, em espaços rurais, poderiam encontrar-se *civitates*, conforme existisse a necessidade de controlo e exploração de um recurso natural ou de um local estratégico, contudo, grande parte do povoamento romano, em áreas mais interiores ou rurais, faz-se maioritariamente através

<sup>333</sup> Idem, *Ibidem*, 1975.

<sup>334</sup> Idem, *Ibidem*, 1975, pág. 45.

das *villae* ou casais agrícolas, entre os séculos I e VI d. C..

Estas formas de povoamento procuravam essencialmente a exploração dos campos agrícolas, exploração mineira ou de outro tipo de recursos, com o intuito de se obter financeiramente um meio de alcançar lucro e subsistência. Com as características próprias territoriais, estabeleceu-se nos locais algum tipo de povoamento e fixação de comunidades, esta situação igualmente estabelece as distinções destas comunidades e a sua forma de vida, caracterizando uma comunidade a um determinado lugar. Com a romanização do espaço ibérico, nomeadamente, a base essencial passava pelo estabelecimento nas terras mais férteis e consequente construção de *villae* ou outros tipos de residências rurais. Também promovendo a deslocação dos povoamentos que se encontravam em locais de grande altitude, e que se tinham fortificado no decorrer dos conflitos que ocorriam antes da chegada dos romanos, estes povoados criavam um problema ao domínio total romano do território e das populações.

No espaço territorial que com o controlo romano passou a corresponder à Província Romana da Lusitânia, todo o domínio que se exerceu ficou estabelecido através da administração dividida em três *conventus*<sup>335</sup>. Posteriormente, com um maior conhecimento do território de estudo, pode-se proceder a uma investigação de vias, urbes, povoamento rural ou de uma possível ligação entre o meio urbano e rural estabelecendo-se desta forma uma rede de núcleos.

O território correspondente a Arraiolos encontrava-se localizado no espaço administrativo de *Emerita Augusta*, sendo esta igualmente a capital de toda a província da Lusitânia. Contudo, o território arraiolense pertencia ao *conventus* de administração da actual cidade de Beja. Dentro destes territórios pode-se considerar a existência de uma “hierarquização” de lugares, ou seja, cada espaço possui um povoamento, tal como as estruturas habitacionais, com função e característica distinta, comprovado através de trabalhos arqueológicos, pelos vestígios materiais e pelas fontes. A classificação que é atribuída aos sítios, derivada dos trabalhos arqueológicos, pode ser considerada como uma hierarquização desses mesmos sítios. De realçar que grande parte da informação fornecida dos sítios é efectuada através desses mesmos trabalhos, mas em certos casos, esta informação é complementada por a existência de fontes documentais, como referido.

O estabelecimento das explorações agrícolas, com maior vigor, somente se sucedeu após a total pacificação do território, permitindo a exploração económica com maior proveito e segurança. Neste aspecto pode-se verificar que as diferenças regionais entre os povoamentos no espaço conquistado pelos romanos se deveram a factores distintos, como a situação de conhecimento da parte destes do próprio terreno ou da ligação estabelecida com os indígenas. Este povoamento leva a que surjam novas redes entre povoados, como também novas estruturas, para as novas funções, são ainda estabelecidos novos centros administrativos, políticos, económicos ou religiosos, que naturalmente configuram em toda a sua envolvente novas redes ou áreas povoadas.

---

<sup>335</sup> *Conventus Scalabitanus*, com a sua capital em *Scalabis Iulia*, actual cidade de Santarém. *Conventus Pacensis*, com a sua capital em *Pax Iulia*, actual cidade de Beja. *Conventus Emeritensis*, com a sua capital em *Emerita Augusta*, actual cidade espanhola de Mérida.

Utilizando a analogia da astronomia ou a anacronologia dos tempos actuais, o valor atribuído a um determinado sitio deriva da sua localização relativamente ao ponto central, por exemplo e analogicamente, uma estrela atrai os maiores planetas e estes, as pequenas luas. Através da arqueologia espacial e observando outras disciplinas, percebe-se que quando da presença de um núcleo de povoamento central, este possuiria um vasto território na sua envolvente, com uma possível vastidão de núcleos rurais de povoamento. Deste modo, o conhecimento e aprofundamento territorial, bem como das suas características, deve ser examinado com cuidado, para que a investigação possa dar a perceber melhor o nível onde se efectuou a maior parte da distribuição de recursos naturais, explorações agrícolas e povoamento.

Desde que os romanos começam a conquistar a Península Ibérica, no século III a. C. até ao século I a. C., também se procedeu ao estabelecimento de *civitas* que exerceriam influência no seu território envolvente, o diverso povoamento rural, introduzindo hábitos e costumes romanos às populações indígenas, um exemplo como referido anteriormente, é a deslocação dos povoados em altitude para a planície, situação acentuada durante o Império. As cidades para além de exercerem influência nas populações que já habitavam no território adjacente, proporciona ainda uma deslocação de populações para o território, atraídas pelas diversas qualidades do espaço e da urbe.

Esta situação da criação de zonas administrativas e de *civitates*, com limites territoriais, trouxe um novo conceito para a Península Ibérica, no decurso da romanização e juntamente com este novo conceito de administração territorial, assim surge igualmente um conjunto de novas normas sócio-culturais, para os nativos como: o direito romano; uma nova organização militar que se juntou à política e civil, exposta com a nova administração territorial; ou o processo de latinização, ou seja, a introdução da língua latina. Desta forma, pretendeu-se que estes povos indígenas adquirissem a romanização pretendida pelo poder central de Roma, ou seja, a intenção era que a ocupação e conquista se desse, com o modelo da colonização romana, em cada região com o intuito de manter a paz e totalidade do Império Romano.

Deste modo, com toda a administração do Império, que agora se fazia sentir na Península Ibérica, a reorganização desta nova administração política e territorial facilitou o processo da introdução da língua latina. Esta situação ajudou também no processo de adopção de cidadania romana, bem como direitos que de ai advieram, o estabelecimento de maiores aglomerados populacionais, onde se procedeu à criação ou crescimento das cidades ou uma melhor exploração dos recursos de cada região. Para isto também ajudou a criação de uma rede viária de ligação entre núcleos e pontos centrais, permitindo, entre outros, a actividade comercial, neste caso em particular, da Província da Lusitânia.

Portanto, com esta pacificação de todo o território dá-se, como referido anteriormente, à saída dos povoados em altitude para zonas mais baixas e que não oferecessem dificuldade de acesso a uma entrada armada. Muitas *civitates* foram criadas à semelhança de Roma, para deste modo, se proceder a uma conformidade em todo o império, e além da união, e civilização, pretendia-se garantir o controlo político-religioso e político-administrativo.

Arqueologicamente tenta-se compreender a forma como se processou o povoamento no mundo rural, bem como entender a relação da romanização que se deu em todo o espaço ocupado. Deste modo, provavelmente nas áreas rurais deste território, é plausível afirmar-se que as elites locais, à semelhança do território itálico, ocuparam e povoaram o campo com residências de alguma dimensão. Sendo que estas posteriormente deram lugar às grandes e monumentais *villae*, de onde dirigiam as vastas áreas de exploração, grandes monumentos funerários, com recurso à epigrafia de cariz latino, com a área económica a ser essencial para a própria *villa* ou para o seu senhor manter o estilo de vida.

Porém, as pessoas com menor posses investiam em habitações de menor dimensão e com menor trabalho ornamental, mas com o mesmo propósito da exploração ou da sustentabilidade económica. Traduzido a temática da centralidade romana, observa-se a criação de espaços centrais da habitação e dos sistemas agrários, ou seja, a casa é estabelecida numa função organizacional e com estruturas a prevalecer em relação a outras, deste modo, a parte urbana ou habitacional, será sempre a mais importante e mais relevante.

No território correspondente ao actual Alentejo a investigação arqueológica recaiu tradicionalmente nos povoamentos baseado nas *villae* com grandes dimensões, relegando para o esquecimento as restantes habitações de povoamento rural. Mas evolutivamente a arqueologia começa a perceber a carência de conhecimento do restante mundo rural, e paulatinamente a abordagem dos trabalhos começa a virar-se para uma realidade diversificada e com características distintas que marca o espaço alentejano rural.

O “esquecimento” destes sítios provoca que actualmente no território alentejano, tradicionalmente rural, existam inúmeros vestígios romanos, mal compreendido mas que sugere um povoamento rural e possivelmente uma rede de núcleos com as mais variadas ligações entre si. Porém, só com uma investigação mais aprofundada se pode vir a conhecer o tipo de estrutura que se tem presente, *villa*, casal agrícola ou somente uma pequena habitação de tipologia romana.<sup>336</sup>

Igualmente com estes espaços pode-se compreender as estruturas de um povoamento deste tipo, bem como estabelecer uma “hierarquia” de lugares ou até mesmo estabelecer funções agrícolas deste povoamento e estruturas anexas, com o intuito de estabelecer uma relação regional. As diversas estruturas agrárias, destes pequenos povoamentos, tais como, silos, oficinas, armazéns, entre outros, leva ao estudo que tenta proceder à compreensão destes povoamentos rurais de cariz agrícola, que possuem como subsistência uma base económica.

Pode-se dizer que as estruturas, povoamento e rede de núcleos no território alentejano, antigo espaço integrante da Província Romana da Lusitânia, apresentam um complexo e variado conjunto de realidades que se conhece pouco. Bem como as suas funcionalidades ou hierarquias, anteriormente referidas, e os pontos centrais, quer sejam eles a nível económico, político, social ou religioso, ficam limitados às *civitates* e ao meio urbano, ignorando a arqueologia espacial, o povoamento rural. O conhecimento rural fica na maioria dos casos

---

<sup>336</sup> Ver *Imagens 94-122*.

limitado a prospecções e levantamentos para Cartas Arqueológicas, arqueologia preventiva e com a interpretação das condições naturais<sup>337</sup> dos territórios, como a observação da movimentação humana, ou seja, os recursos ao seu dispor e registos arqueológicos. Contudo, a movimentação humana e a actividade actual origina que a dispersão de materiais seja vasta, bem como a destruição de inúmeras estruturas de sítios, não deixando compreender povoamentos, redes de núcleos ou de que sítio se trata e as suas divisões. Esta situação de desconhecimento, provoca uma carência no que se conhece em diversos espaços rurais, relativamente a que relações possuíam dentro do império bem como o seu espaço envolvente.

O actual Concelho de Arraiolos no período romano encontrar-se-ia no *municipium* da *civitas* de *Ebora Liberalitas Julia*, fazia então parte da administração desta cidade que por sua vez se encontrava integrada no território do *conventus* de *Pax Julia*, referido anteriormente. Este território a norte da actual cidade de Évora era predominantemente um espaço rural, caracterizando esta zona da Lusitânia. Contudo, e em semelhança com o restante espaço territorial, a maioria dos sítios da região de Arraiolos apresentam uma tipologia rural, como por exemplo Carias 1, Herdade das Postas ou Monte da Corticeira 7<sup>338</sup>, mas subsiste a possibilidade da existência de um *vicus*. Embora este não seja um núcleo urbano propriamente dito, poderia conter equipamentos próximos a um povoado com um carácter mais cidadão.

### 7.1. Fortificações

O ponto de grande importância da Idade do Bronze, como fortificação em Arraiolos, situa-se no topo onde posteriormente se ergueria o castelo medieval.<sup>339</sup> Na época romana poderá ter sido uma estrutura de semelhante cariz, embora sem mais evidências arqueológicas se trate de uma rebuscada proposta desta investigação. Apresenta-se tal argumentação devido à presença de materiais romanos descontextualizados, como *tegulae* e bordo de ânfora<sup>340</sup>, com o intuito de ter sido algum tipo de fortificação para uma pequena guarnição militar para garantir a manutenção da segurança. No entanto, as fortificações romanas do período republicano<sup>341</sup>, no Castelo do Mau Vizinho, Santa Justa 2 e Soeiros<sup>342</sup> apresentam-se mais na zona a Este e a Sul do concelho, sugerindo que se tratou de casos aquando da conquista romana, e que posteriormente, poderia ter passado então para o topo do outeiro já em Arraiolos actual, com algum tipo de forte militar que controlava toda a área envolvente e que permitia um rápido acesso aos possíveis caminhos romanos que passariam pelo território.

Deste modo, e respectivamente ao povoamento do futuro território arraiolense, com a situação de segurança estabelecida na região, as populações não sentem mais a necessidade de tamanha protecção, como foi mencionado anteriormente, do local que viria a ser o Castelo de Arraiolos, lugar com uma enorme defesa natural. “Com a Idade do Ferro são abandonados os grandes povoados do Bronze final e surge uma rede de povoamento densa, concentrada em habitats, de carácter rural”<sup>343</sup>. Desta forma, buscam uma subsistência, ou seja, procuram novas

<sup>337</sup> Nomeadamente a capacidade agrícola e uso dos solos de cada zona de um território em estudo.

<sup>338</sup> Ver fichas de sítios no vol. II.

<sup>339</sup> Ver *Imagens* 123-174.

<sup>340</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2005.

<sup>341</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>342</sup> Ver fichas de sítios no vol. II.

<sup>343</sup> *Idem*, *Ibidem*, 2013, pág. 228.

áreas de povoamento com terras mais aráveis e menos condicionadas pelos relevos anteriores. Sendo igualmente estas terras mais proveitosas e aprazíveis. Os novos núcleos que se foram formando, nestas áreas de exploração tinham uma nova mentalidade e tecnologia para usufruir das potencialidades locais de modo a proporcionar melhores condições de vida. Assim, os campos férteis passaram a ser irrigados, por exemplo, com as distintas construções para tal efeito, torna-se um dos principais elementos de requisito para uma fixação e povoamento de um local, tendo como propósito a exploração agrícola da terra.

Destaca-se, igualmente, o sítio dos Soeiros que se trata de um fortim que Rui Mataloto considera ser uma das primeiras ocupações deste espaço rural, correspondendo ao actual Concelho de Arraiolos, após a conquista romana. Esta situação ajuda a provar a hipótese de esta zona do concelho ter sido a primeira a ser ocupada e das fortificações terem sido construídas como “base” para a total conquista daquele que viria a ser o território de Arraiolos. A nível de espólio cerâmico foi encontrado: *“As cerâmicas importadas são frequentes, tendo-se identificado a presença de ânforas (Classe 67, Classe 15-Haltern 70 e Classe 24-Dressel 25) e cerâmicas de uso comum provenientes da Bética; além destas importações chegaram também aos Soeiros escassos exemplares de cerâmica Campaniense do “círculo da B”, nomeadamente um da série 7551 de Morel (Morel, 1981). O conjunto dos materiais parece centrar-se, em termos cronológicos, nos meados/terceiro quartel do séc. I a.C.”*<sup>344</sup>

## 7.2. Vicus

O denominado *vicus* de Calântica, cuja localização é apontada a Santana do Campo<sup>345</sup>, que unicamente apresenta vestígios do templo romano, pode bem ser mais um ponto central de atracção e de romaria da região. Pois à sua volta, e podendo se tratar de um espaço de santuário isolado no meio do campo em semelhança com as ermidas cristãs, poderia ter uma imensa quantidade de estruturas habitacionais de dimensões variadas e assim por efeito de proximidade com estas encontrar-se-iam numa mesma rede de povoamento. As habitações nas proximidades poderiam ser de indígenas que se romanizaram, ou de outros que se colocaram junto às vias de ligação, ou ainda de outros que residiam perto das grandes *villae* e do *vicus*, procedendo a uma peregrinação a Calântica com o seu gado, devido ao Templo Romano e à divindade, Carneus.

Este povoamento podendo ser interpretado, para a época romana, como *vicus*, tratar-se-ia de um povoamento concentrado de habitações, com características de exploração agro-pecuária do território. Neste contexto de *vicus*, não se conhece ao certo que tipo de infra-estruturas públicas ou que tipo de residências possuía.<sup>346</sup> Nas prospecções realizadas no actual território de Arraiolos, efectivamente, parece não apresentar nenhuma tipologia referente a este povoamento, contudo, a bibliografia tem posto a possibilidade de o Templo Romano de Santana do Campo, fazer parte do *vicus* de Calântica.

<sup>344</sup>Rui Mataloto, “Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2002, pág.168.

<sup>345</sup> Ver *Imagens* 87-92.

<sup>346</sup> Jorge Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 1988.

Colocando-se a hipótese de em Santana do Campo ficar localizado o *vicus* de Calântica, seria uma povoação de carácter civil que se deve ter estabelecido neste local com um determinado propósito, e continuando no campo das possibilidades, pode esta povoação ter a função de apoio às vias que aqui passariam, ou de apoio ao templo e respectivo culto.

O *vicus* não adoptava a delimitação habitual da cidade romana, em redor do *kardus* e do *decumanus*, e não possuíam edifícios administrativos já que não tinham nenhum estatuto legal, sendo fiscalizados directamente pelo exército romano. Primitivamente são estruturas momentâneas, posteriormente, algumas tornam-se e subsistem, como centros locais, já que as *civitates*, *coloniae* e *municipia* não são capazes de abranger a plenitude das populações em redor do seu espaço orbital, ficando estes espaços entregues a estas pequenas povoações.<sup>347</sup>

A cronologia do templo de Santana do Campo é apontada ao século I d. C., como foi anteriormente referido, e o seu suposto *vicus* não deveria ser único e exclusivamente de passagem, mas sim de uma romaria, ao deus Carneus, que era uma divindade adorada e venerada. Provavelmente as pessoas traziam o seu gado e oferendas para receber a bênção e favores divinos para terem boas colheitas e os animais com saúde. A capacidade de trazer gente deveria ser considerável pois a dimensão a isso deixam advir, deste sítio sagrado.

De mencionar que actual praça da aldeia, deve ter sido o largo principal de uma estrutura grande em redor do templo, e com a romaria para a bênção do gado seria necessário ter um amplo largo para o convívio das diversas pessoas. Sendo que especulativamente este centro religioso, de romaria para a bênção de animais e colheitas pode ter tido a presença de outras estruturas de um *vicus*.

### 7.3. *Villae*

Em relação ao povoamento rural importa considerar a função, dimensão e tipologia de cada povoamento, deste modo, este aspecto transfere uma enorme relevância para o estabelecimento de terminologias e conhecimento relativamente à ocupação de determinado espaço. Pode-se então referir que no espaço territorial correspondente ao actual Concelho de Arraiolos, se encontram diversas e distintas ocupações de espaço ou povoamento romano, sendo estas na sua maioria achados isolados e habitat. Assim, neste território pode-se observar a presença de 12 *villae* (Horta do Monte Novo 3, Vila Ladra, Monte do Outeiro 3, Velada das Hortas 2, Horta do Freixo, Colos de Cima, Monte da Filtreira, Monte do Aldeão, Monte do Outeiro, Monte da Mesquita, Santa Justa e Zambujo<sup>348</sup>) identificadas na Carta Arqueológica<sup>349</sup>, porém, com os trabalhos arqueológicos da *Escavação Arqueológica de um Forno Romano-Exemplo de aplicação de medida minimizadora em contexto de obra*, é identificado o sítio da Aldeia 1, que os arqueólogos consideram ser uma *villa*.<sup>350</sup> Assim, no Concelho de Arraiolos existe a identificação total de 13 *villae*. Estas *villae* caracterizam-se por serem uma estrutura

<sup>347</sup> André Carneiro, *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*, 2011.

<sup>348</sup> Ver *Imagens* 26-27.

<sup>349</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>350</sup> José Costa dos Santos, *Op. Cit.*, 2011.

central de um *fundus*<sup>351</sup> de produção, no caso deste território, agrícola com uma boa capacidade de irrigação e captação de água para a habitação.

As *villae* com todas as suas produções agrícolas para além das suas auto-subsistências, fornecem o comércio para as grandes urbes da Hispânia, e pelo seu posicionamento no território onde se encontram, sugere uma ligação com as vias principais, que atravessam o actual Concelho de Arraiolos, linhas de água e encostas favoráveis à produção agrícola.<sup>352</sup> Mas igualmente obtêm para os mesmos produtos considerados de luxo, devido ao seu posicionamento entre as vias comerciais. Estes produtos de luxo não têm de ser unicamente regionais, mas podem vir de locais de outros lados do império, dependendo de cada proprietário e do que deseja para a sua residência rural, originando a que outros o sigam e se estabeleça um povoamento romanizado do território.

Neste contexto, a presença destes espaços de habitat encontram-se presentes neste território, quer em alegadas *villae*, somente suposto por a presença de determinados elementos encontrados em achados isolados, ou pela vasta dispersão de materiais arqueológicos à superfície, entre eles alguns dos referidos ou *tegulae*, *imbrex* ou outros elementos arquitectónicos e decorativos em pedra. A consideração da *villa* como um núcleo com uma hierarquia social superior implicaria a presença de uma via de ligação a um núcleo urbano com relevância para o território, considerando a *civitas* de *Ebora* como aquela que possuiria a administração a nível local, esta seria a urbe mais importante para o território referente ao Concelho de Arraiolos.

Nalguns casos, ainda que raros e a exigir uma melhor caracterização arqueológica, estas ocorrências, pela qualidade e quantidade de materiais e estruturas, bem como pela dimensão da respectiva área de distribuição, poderão corresponder já a grandes *villae* agrícolas. A articulação entre estas *villae* e os pequenos e numerosos casais identificados<sup>353</sup> encontra-se no tema desta dissertação, com uma base de arqueologia espacial e interpretação dos sítios do actual Concelho de Arraiolos.

#### 7.4. Casais

Com o surgimento de pequenas habitações distintas, que em nada se assemelhavam com a monumentalidade das *villae*, surge um novo conceito de povoamento então desconhecido e que não passava pela exploração da terra pela aristocracia romana, como mencionado anteriormente. Tratava-se então de pequenos casais rurais, que explorava agricolamente uma propriedade, deste modo, o actual Concelho de Arraiolos, apresenta diversos sítios de pequenas e médias dimensões<sup>354</sup>. “Enumerar os pontos de povoamento de mais pequena dimensão tornar-se-ia fastidioso, tão numerosa é a lista. É notável a densidade de sítios que se dispersam pela paisagem.”<sup>355</sup> Assim com a classificação de casal em concreto, e com a cronologia indeterminada, embora possa indicar estar dentro das balizas cronológicas

<sup>351</sup> Propriedade em redor de uma *villa*.

<sup>352</sup> Ver *Imagens 18, 26-27*.

<sup>353</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>354</sup> Como possível observar no trabalho de António Carlos Silva e José Perdigão. Ver *Imagem 30*.

<sup>355</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Op. Cit.*, 2013, pág. 241.

estabelecidas para a investigação, trata-se do Moinho do Rafael 1, porém, parece recair mais sobre a época medieval do que com a romana.

A definição e estabelecimento de sítios de média dimensão como casais, tem sido algo que não apresenta um consenso na arqueologia, quer seja por a sua arquitectura ou implantação topográfica. Assim, poderiam ser considerados casais *“os sítios que não apresentam sinais de urbana ornamenta, ou seja, nem mosaicos, nem elementos arquitectónicos decorativos, estuques, mármore, ou ainda ausência de estabelecimentos termas.”*<sup>356</sup> Embora, os arqueólogos somente concordam que esta definição aplica-se a sítios que não são *villae*. Partindo do princípio, do qual o casal agrícola se trata de um sítio de médias dimensões, ou seja, entre a *villa* e os pequenos sítios, os vestígios encontrados em prospecção sejam apenas cerâmica de construção e cerâmica para o uso doméstico mais rude. Todavia, determinados sítios de média dimensão podem apontar para um lugar intermédio entre a *villa* e o casal, desde logo, com estruturas ainda com alguma solidez, elementos ornamentais ainda presentes e bastante cerâmica de construção e cerâmica (comum ou em casos raros de melhores atributos), supondo uma maior qualidade destes elementos e consequentemente do sítio. Deste modo, o estabelecimento de um sítio de média dimensão como “Casal” é plausível, no entanto, este conceito pode apresentar “sub-divisões”.

*“É hoje consensual a existência de unidades rurais de média dimensão. Correspondem seguramente aos locais de povoamento que Áxio estranhava não deterem nem ornamentos urbanos, nem dependências rústicas.”*<sup>357</sup> Deste modo, a realidade presente nesta região vai mais além do que somente o povoamento rural das *villae*, com distintas e alegadas estruturas e funções, oferecendo uma realidade bem mais complexa e aumentando o conhecimento que se tinha do povoamento romano e história nesta área da Província da Lusitânia.

Nos diversos sítios de habitat e achados isolados<sup>358</sup> do Concelho de Arraiolos, do lado Sudoeste, em particular, pode-se observar uma grande ocupação e povoamento e com os distintos materiais arqueológicos como *dolia*, *tegulae* ou mesmo cerâmica comum, põe-se a hipótese e como é referenciado na Carta Arqueológica; *“(…) existiriam muitos sítios mais pequenos, alguns certamente gozando de autonomia própria na exploração de pequenos terrenos envoltentes.”*<sup>359</sup> Que parte deste povoamento fosse efectuado em casais rurais, com menor poder económico de um proprietário de uma *villa*, mas com igual função produtiva. Exemplos possíveis deste facto são os sítios de Monte de Santo Estevão 6, Esquilharia 1, Aduinha 3 ou Monte das Luzes 7.<sup>360</sup>

Assim, o estudo destes “casais” rurais surgem como secundários em detrimento das *villae*, de maior importância material, mas o seu conhecimento e valorização para o estabelecimento de uma rede de povoamento é idêntico, bem como não é de relegar as estruturas dos pequenos “casais”. *“É um facto que a categoria “casal” é efectivamente a categoria de pontos de povoamento mais heterogénea. Temos um patamar de sítios com média-alta dispersão de*

<sup>356</sup> André Carneiro, *Op. Cit.*, 2011, pág. 95.

<sup>357</sup> André Carneiro, *Op. Cit.*, 2011, pág. 94.

<sup>358</sup> Ver fichas de sítios no vol. II.

<sup>359</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Op. Cit.*, 2013, pág. 241.

<sup>360</sup> Ver fichas de sítios no vol. II.

vestígios (entre 5000m<sup>2</sup> a 10000m<sup>2</sup>) e com uma variedade de evidências mais assinalável, embora sempre sem a ocorrência de elementos de prestígio como mosaicos, elementos escultóricos ou revestimentos parietais.”<sup>361</sup>

Como estas construções podem corresponder a médias/pequenas habitações que se englobam em um *fundus*, sendo meramente de produção própria sem margem para o comércio e que se possuir algum tipo de excedente caberá ao proprietário da terra o seu lucro, uma vez que este espaço pode ser arrendado ou emprestado a uma pequena família. Estas habitações apontam para que os seus donos fossem pessoas de poucas posses, mas mantendo contacto com as classes mais altas que buscavam a ruralidade, estabelecendo ligação através do povoamento da sua propriedade com habitações singelas unifamiliares e com elementos arquitectónicos romanos.

### 7.5. Pequenos Sítios

“Quanto aos pequenos sítios, opto pela utilização de uma denominação neutra, mesmo sabendo que em época romana existiam designativos próprios... onde um trabalhador permanecia durante uma semana inteira, coabitando com o gado que deveria vigiar, ambos dormindo sob o mesmo tecto, mas em divisões separadas, que incluíam ainda uma pequena lareira para o lume de chão. (...) Regra geral são manchas circunscritas (não mais de 500m<sup>2</sup>) de materiais de construção (sempre imbrices mas muitas vezes sem tegulas), com ocasionais inclusões de cerâmica comum (por vezes com fragmentos tão escassos que colam entre si).”<sup>362</sup>

Os sítios unifamiliares e de pequenas dimensões, como são os casos da Hortas 3, Monte do Outeiro 3 ou do Zambujo 4, apresentam-se igualmente ligados à exploração agrícola. Todavia, a distinção faz-se por apenas ser um sítio de auto-subsistência, ou seja, o que se produzia não era destinado à comercialização mas apenas para o consumo próprio. Aqui a arquitectura prima ainda mais pela simplicidade, com alguns elementos estruturais do modelo romano, mas com bastantes características de base indígenas, se assim se pode designar, como pedra miúda, ou de dimensões maiores mas pouco trabalhadas e modestas. Não será de estranhar haver a presença de alguma cerâmica de construção ou comum, devido à possível rede de povoamento e romanização do território, não olvido a administração da área onde estas pequenas habitações se encontram localizadas. Aquilo que se pode designar núcleos populacionais não urbanos, como André Carneiro refere “(...) equivalem às actuais aldeias, cuja designação, embora de raiz árabe, parece funcionar como critério operativo, por ser um termo histórica e socialmente consensual no território português. Povoados abertos, sem dispositivos defensivos, com várias famílias habitando em espaços individuais contíguos ou dispersos em proximidade (...).”<sup>363</sup>

### 7.6. Castelo de Arraiolos

Pode-se então dizer que no período que corresponde à transição da Alta Idade Média para a Baixa Idade Média, parte da ampla demarcação territorial eborense, proveniente da conquista aos muçulmanos, dilatava-se para norte, até Avis. A doação régia abrangia o direito de os

<sup>361</sup> André Carneiro, *Op. Cit.*, 2011, pág. 95-96.

<sup>362</sup> *Idem*, *Ibidem*, 2011, pág. 97.

<sup>363</sup> André Carneiro, *Op. Cit.*, 2011, pág. 89.

donatários ai construir um castelo para defesa da população que povoava a futura vila de Arraiolos. A doação veio, contudo, a ser contrariada por D. Afonso III, que ambicionava readquirir esta região para a Coroa Portuguesa. A exigência circunscrevia o Vimieiro, anteriormente parte da comarca arraiolense, mas que o bispo D. Martinho Peres separara com a doação do relativo foral, em 1257. Assim, com o longa e complicada questão de quem administraria o território, descrito em capítulos anteriores, é já com D. Dinis no trono que é concedida a Carta de Povoamento, indicando a posse do Reguengo da Vide a quarenta agricultores e a ordem para a fortificação da vila de Arraiolos, concluindo uma vontade antiga do seu bisavô.

Actualmente o castelo localiza-se a Norte da actual vila de Arraiolos, mas desde a sua construção até ao século XIV (limite cronológico da dissertação) o grande povoamento fez no interior das muralhas do Outeiro de S. Pedro. É um dos mais altos locais de toda a região e mostra a cidade de Évora, as povoações de Monsaraz, Redondo, Évora-Monte, Vimieiro, Estremoz, Alter do Chão, Cabeço de Vide, Fronteira, Avis, Galveias, Pavia, Águias, Lavre e Montemor-o-Novo. O seu horizonte é limitado pelas serras de Palmela, da Arrábida, de Sintra, de Montejuento, de Gardunha, de Portalegre, da Estrela, de Ôlor, de Sousel, de Portel e d'Ossa.

Contudo, a população de Arraiolos pouco tempo esteve a residir no interior da fortaleza derivado ao seu difícil acesso, contrário ao local onde se encontrava o Templo Romano de Santana do Campo e apontado como sítio do possível *vicus* de Calântica, mais plano e aberto. Paulatinamente, o povoamento começou a ficar estabelecido pela encosta abaixo e procurando áreas mais planas e abertas, tal como o hipotético *vicus*. Outro factor de despovoamento tratou-se de com a saída do castelo deu-se um aproximar das vias, uma vez mais em semelhança com o período romano.

Porém, e caso a rebuscada possibilidade da presença militar para controlo do território em época romana, nesta fase, medieval, igualmente o controlo ficou no alto, no interior do castelo, ou seja, os Paços do Concelho e toda a elite administrativa não desceu para o arrabalde, com o intuito de preservar a vila, através de garantia de benefícios.

O Castelo de Arraiolos como sítio mais simbólico do povoamento medieval foi alvo de uma prospecção pessoal efectuada no âmbito académico, deste modo, apresentam-se elementos possíveis deste povoamento na cerca amuralhada de Arraiolos. A Alcáçova deste castelo, com enorme potencialidade arqueológica, é de assinalar que a Porta da Vila<sup>364</sup> já se encontra localizada e dá acesso a este local, juntando-se a este facto refere-se a informação oral sobre a existência de uma entrada em “cotovelo” desde a barbacã até ao interior da cerca. Esta situação ajuda à proposta especulativa de um aproveitamento da herança muçulmana e das suas estruturas e técnicas militares, quer os designados Corpo de Guarda e Praça de Armas tratar-se-ia de espaços que com escavações arqueológicas sistemáticas poderão dar imensos resultados e dar uma nova compreensão das funções de cada área desta zona do castelo. Parece plausível afirmar da existência de vários pisos neste espaço habitacional, com as observações efectuada nesta prospecção, confirma-se é a presença de duas torres

---

<sup>364</sup> Ver *Imagens* 129, 136.

quadrangulares a “guardar” a Porta da Vila, ou Sul, tal como na Porta de Santarém<sup>365</sup>.

Refere-se que a inscrição, mencionada anteriormente, se encontra neste espaço do castelo, zona mais nobre da fortificação, numa porta localizada inferiormente à inscrição, é possível observar a calçada medieval.<sup>366</sup> Através da prospecção na habitação palaciana, desta área, quer no interior da restante cerca onde se situariam as habitações da população, é bastante comum encontrar cerâmica comum e de construção, bem como do lado Norte é possível ver vestígios de estruturas habitacionais.<sup>367</sup> Já na Alcáçova ou Paço do Alcaides encontra-se, debaixo de um palco construído no século XX<sup>368</sup> para actividades de uso popular, mas que foi muito pouco usado e que descaracterizou o espaço, igualmente alicerces de construções. Sabe-se e percebe-se que esta área do palco contém um importante e talvez decifrador, registo arqueológico que vai desde uma porta à outra, de acesso do exterior para o interior. A porta em cotovelo interior apresenta vestígios do piso medieval, em parcelas, e nas portas consegue-se ver onde estas encaixavam e restos do próprio ferro das dobradiças, por cima desta já na parte final.

Segundo fontes orais, existiriam bem mais árvores no interior do castelo, actualmente só se encontra uma, desse mesmo lado onde “sobrevive” essa única árvore, a altura do pavimento para com a muralha foi diminuído, ou seja, foi colocada terra para aplanar o terreno e com isso deu-se a uma subida do solo, para uma altura quase semelhante à da muralha. É deste mesmo lado que se depara a, suposta, conduta da cisterna<sup>369</sup>, pois é notório um ligeiro desnível e buraco, esta teoria é apresentada, devido a um facto que se pode testemunhar, do lado Este do exterior da cerca<sup>370</sup>, trata-se de a própria muralha apresentar indícios de estar em contacto com água, ainda é possível observar uma linha de Silvas, planta que floresce junto a linhas de água, bem como debaixo desta vegetação toda se consegue vislumbrar ligeiramente alguma estrutura, hipoteticamente um túnel de ligação à cisterna.

*“Por norma, todos os edifícios possuem lendas, e o castelo não é excepção. A lenda que toda a gente conhece é a da existência de um túnel que liga o castelo ao Convento dos Lóios, actual Pousada da Nossa Senhora da Assunção.”<sup>371</sup>*

Com esta afirmação pretende-se afirmar que o túnel<sup>372</sup> seja por este mesmo caminho terminando, talvez, numa área próxima à estrada actual<sup>373</sup>, tornando assim mais plausível do que para a pousada, uma vez que o declive topográfico é enorme e a distância é de grande extensão. Só com um trabalho arqueológico se podia confirmar esta evidência que é apresentada, mas em todo o caso é uma possibilidade de o túnel secreto de Arraiolos, possa ser nesta dita conduta e partido da igreja que por sua vez tem uma ligação à possível cisterna. Esta conduta/túnel poderia ter servido como uma couraça, ou algo semelhante. De referir que

---

<sup>365</sup> Ver Imagem 142.

<sup>366</sup> Ver Imagens 125, 128.

<sup>367</sup> Ver Imagens 138, 139.

<sup>368</sup> Ver Imagem 125.

<sup>369</sup> Ver Imagem 140.

<sup>370</sup> Ver Imagem 141.

<sup>371</sup> Bruno Lopes, *O Castelo de Arraiolos*, 2008, pág. 12.

<sup>372</sup> Ver Imagem 147.

<sup>373</sup> EN370.

propõe-se que a cisterna se localize do lado Este da igreja.

Também se propõe a existência de algum tipo de sistema subterrâneo nas bases desta igreja, devido à presença de castro<sup>374</sup>, uma vez que a igreja se encontra construída sobre esta estrutura. Bem como de algum tipo de edificação romana neste lugar, assim, neste espaço e com a prospecção efectuada sugere-se um caminho desde o Paço até à igreja<sup>375</sup>, ou seja, é visível no terreno uma boa parte do caminho junto à igreja mas o qual desaparece ao se afastar daquele solo sagrado, só se deixa perceber pequenos vislumbres, até aproximadamente à porta, interna, em cotovelo do Paço. Ora com a construção da estrada que se encontra actualmente neste ponto e com a evolução temporal deve-se ter perdido o resto do caminho medieval.

Em síntese, a população que residia no interior da fortaleza da vila de Arraiolos, e aglomerado populacional de maior relevo do concelho, cedo prefere as encostas ou terrenos mais planos, perto das vias e de melhor acesso aos recursos agrícolas e hídricos, para construir as suas habitações. Sem motivos de protecção da guerra mais latente torna-se este limitado a nível de espaço, recursos ou acesso a vias, a que se veio juntar a questão dos ventos fortes e chuvas, levando à desertificação do Castelo de Arraiolos pela sua própria população e o formar um novo núcleo, fora do mesmo, mas na sua “sombra”.

### 7.7. *Necrópole*

As necrópoles, procuradas em escavações nas *villae*, devido à busca de conhecimento quer da arquitectura, quer da epigrafia, dão à investigação arqueológica uma possibilidade de conhecimento da cultura romana, bem como a amplitude de determinado culto, nomeadamente, rural. Deste modo, ao se efectuar um trabalho arqueológico deve-se analisar com cuidado a epigrafia que pode estar presente, pois só comprovando a sua influência de escrita se consegue estabelecer uma rede dentro de um espaço territorial, ou seja, embora a base seja a mesma existem sempre “regionalismos”.

Também é possível observar uma melhor elaboração de espaços relacionados à morte, e sendo estas populações com maior poder económico e conseqüentemente mais instruídas, as lápides funerárias e arquitectura apresentam uma maior ornamentação e qualidade. Desde logo, de destacar a *villa* de Colos de Cima com necrópole associada, e de Testos 5/Testos2 sendo estas duas confirmadas, porém, subsistem duas necrópoles de cronologia indeterminada que poderão ser correspondentes ao período em causa. No sítio designado por Vila Ladra 1 e associado a uma *villa* é referido a existência de um sarcófago<sup>376</sup>, podendo indicar a presença de uma necrópole na *villa*, bem como possivelmente nas restantes só possível de confirmar com mais trabalhos arqueológicos.

---

<sup>374</sup> Ver *Imagens 131-132*.

<sup>375</sup> Ver *Imagens 130, 133, 134, 137 e 145*.

<sup>376</sup> António Carlos Silva, José Perdigão, *Op. Cit.*, 1998.

## 7.8. Vias

As vias romanas<sup>377</sup>, trata-se de uma investigação com algumas limitações arqueológicas, pois as evidências materiais não favorecem para a clarificação da existência ou não de uma rede de povoamento, nem do seu parcial, total e completo traçado que seguiam, em grande parte do território correspondente a Arraiolos. Porém, diversos locais habitacionais situar-se-iam perto de vias romanas, de modo a facilitar a circulação de bens e pessoas, com ligação às *civitates*, no caso dos núcleos rurais e das vias secundárias, e de *civitas* entre *civitas*, no caso das vias principais. Deste modo, o território arraiolense sugere a presença de eixos principais de ligação entre a capital da Província da Lusitânia, *Emerita Augusta*, e a actual capital de Portugal, Lisboa (*Olisipo*)<sup>378</sup> e uma outra via importante de ligação entre a *civitas* de *Ebora* e a de *Sellium*.<sup>379</sup> Sendo que estas vias, possivelmente, passariam pelo Templo Romano de Santana do Campo, e que a bibliografia, como referido anteriormente, aponta como sendo o local de um *vicus*, nomeadamente, Calântica.<sup>380</sup> Com este templo e com um vasto número de espaços habitacionais em redor do mesmo, é plausível dizer da existência de vias de cariz mais secundário de ligação às habitações com as vias principais. Também de referir que se tratando de um espaço rural, de produção agrícola e de pastorícia, essa ligação às cidades e vias principais, garantia que os produtos do meio rural chegavam às cidades.

O povoamento territorial que se foi efectuando no território, que presentemente é da administração arraiolense, encontra-se na sua maioria localizado no lado Sudoeste do concelho devido ao facto de esta zona usufruir de bons recursos hídricos envolventes, bem como possuir terras com grande capacidade arável.<sup>381</sup> Outro factor que pode ter levado a este povoamento diz respeito à passagem de vias de ligação entre *Ebora* e *Sellium*<sup>382</sup> ou de uma das vias que ligava *Emerita* ao litoral. Contudo, a sua localização concreta não é possível identificar. No caso da primeira<sup>383</sup> poderia passar do lado Oeste da actual vila de Arraiolos em direcção ao exposto *vicus* que se localizaria na aldeia de Santana do Campo, no segundo caso, uma outra via, além da XII que ligava *Olisipo-Emerita*<sup>384</sup> e com passagem em *Ebora*, poderia possuir um trajecto semelhante ao da actual Estrada Nacional 4, sendo que a maior concentração de sítios encontra-se na transição do Concelho de Arraiolos, lado Sudoeste, com o de Montemor-o-Novo.<sup>385</sup> Deste modo, a atracção que as vias e as terras aráveis ofereciam, pode ter levado ao povoamento e estabelecimento das residências, que exploravam este território sendo pontos centrais em ambiente rural e que poderiam tirar proveito da proximidade das vias para comercializar o que se produzia nas suas propriedades, garantido igualmente acesso a produtos externos.

---

<sup>377</sup> Ver *Imagens 178-227*.

<sup>378</sup> Ver *Imagem 180*.

<sup>379</sup> Ver *Imagem 179*.

<sup>380</sup> Ver *Imagem 184*.

<sup>381</sup> Ver *Imagens 89, 90 e 93*.

<sup>382</sup> Ver *Imagens 186-189*.

<sup>383</sup> Ver *Imagem 181*.

<sup>384</sup> Maria José de Almeida, André Carneiro, F. Germán Rodríguez Martín, Paula Morgado, "De Augusta Emerita a Olisipo: proposta de traçado para o primeiro troço da via XII do Itinerário de Antonino" in *Arqueologia do Norte Alentejano-Comunicações da 3.ª Jornadas*, 2011, pp. 193-201.

<sup>385</sup> Ver *Imagem 185*.

Francisco Bilou com uma informação oral refere que nesta zona e junto das vias existiam pequenos casais, espalhados com o intuito de prestar apoio aos viajantes ou de ter acesso e contacto, possivelmente. Assim, com as vias é de se salvaguardar um aspecto de deslocação para a todo o território, e particularmente, para o possível *vicus*, hipoteticamente um local de descanso dos viajantes e sítio mais urbano do espaço arraiolense.

A investigação relativamente à via que passava por, a alegada, Calântica tinha como trajecto *Ebora-Scallabis*, isto numa primeira interpretação, porém, com o continuar da investigação e maior aprofundamento do estudo outra sugestão surgiu de trajecto desta via, que não passaria por este local, existido dois caminhos distintos para Santarém e Tomar, como refere Francisco Bilou. «*O itinerário, vindo de Santarém por Almeirim, Coruche, Lavre, S. Geraldo, Sabugueiro e ainda pelas herdades da Represa e Pedra Longa, entrariam no espaço territorial do concelho de Évora coincidindo com a actual "estrada da Valeira".*»<sup>386</sup>. A via para *Scallabis*<sup>387</sup> deveria seguir o trajecto da estrada actual entre Arraiolos e Évora mas chegando à Valeira seguiria o seu trajecto, passando pelos limites dos concelhos de Arraiolos e Montemor-o-Novo.

*“Por fim, constata-se que os antigos limites concelhios de Arraiolos e Montemor-o-Novo configuram o prolongamento rectilíneo desta via, justamente onde ela hoje acaba.”*<sup>388</sup> Refere Francisco Bilou na sua obra que;

*“Da zona do cruzamento viário da Valeira a via continuaria, como se disse, em direcção ao Monte de Brito, talvez pelo monte da Valada, encurtando caminho relativamente à actual estrada Évora-Arraiolos e evitando o alto da Casbarra. No Monte de Brito a via entroncaria no alinhamento da actual estrada de Arraiolos e, sem grandes variações, seguiria sobre o mesmo trajecto viário até à Porta da lagoa.”*<sup>389</sup>

André Carneiro seguindo os caminhos apontados por Mário Saa, apresenta o seguinte caminho; *“O seguimento da estrada é-nos dada por Saa de modo esquemático, e a rarefacção de pontos de povoamento romanos deve ter lido como consequência da pouca investigação feita, já que documentalmente se conhece o seu percurso: m.te dos Minutos e, sucessivamente, aos de Amoreirinha, Cabido, Amoreira de Cima, Q.ta da Amoreira da Torre. Desta para o m.te do Reguenguete cruza com a E. 4, no lanço de Arraiolos a Montemor, a 5 km do castelo desta vila. Vai depois pelos m.tes de Cortiço e Murteira, em direcção a Lavre.”*<sup>390</sup> Este trajecto mencionado seria para Santarém.

*“...a via entrava no concelho de Évora pelo solar da Sempre Noiva. As características morfológicas deste velho edifício quinhentista, complementadas por um abundante registo arqueológico romano em toda a área adjacente, incluindo pequenos troços de estrada empedrada, leva-nos a supor que a sua localização e primitiva funcionalidade estivessem directamente relacionadas com a passagem deste eixo viário, à semelhança do que observamos*

<sup>386</sup> Francisco Bilou, *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, 2004, pág. 66.

<sup>387</sup> Santarém.

<sup>388</sup> Francisco Bilou, *Op. Cit.*, 2004, pág. 65.

<sup>389</sup> Idem, *Ibidem*, 2004, pág. 67.

<sup>390</sup> André Carneiro, *Itinerários Romanos do Alentejo Uma Releitura de “As Grandes Vias da Lusitânia - O itinerário de Antonino Pio” de Mario Saa, cinquenta anos depois*, 2008, pág. 112.

na relação da Torre da Camoeira com A via Eborá-Pax Iulia. Do solar da Sempre Noiva a via dirigia-se às proximidades do monte do Penedo, subindo à pequena crista de festo da Camoeira (marco geodésico) e descendo por um evidente troço de estrada antiga em direcção aos montes de Ovil, Azenha e Goes.

Daqui, talvez direccionada ao monte da Oliveirinha, a via passava os montes do Divor da Estrada e da Parreira. Perto deste último monte identificamos um extenso habitat romano e um fragmento anepigráfico de um marco miliário com 0,90m de comprimento com a actual estrada municipal da Igrejinha, passando pelos bairros de Louredo e Granito, terminando na porta de Avis.<sup>391</sup>

Deste modo, a ligação mais provável, deveria ser para *Sellium*<sup>392</sup>, e com as interpretações efectuadas, dos diversos mapas, supõe-se a possibilidade de o trajecto ser feito partido da Sempre Noiva, em direcção à Pedra da Missa, avançando na direcção de Arraiolos mas com destino à Vila Ladra<sup>393</sup>, depois a percepção do caminho é de difícil interpretação... Surge uma possibilidade plausível de continuação deste caminho em que após a Vila Ladra poderá passar por dirigir-se a um acesso a Este da Ribeira de Arraiolos e a Oeste da Fonte da Pedra, para a Horta do Lopes, paralelamente ao longo da Ribeira acima, não a passando nem subido declives desnecessários e ao lado da Pequenina, dos Colos e Palmeira, até à Aduinha onde, talvez, seguisse o caminho actual<sup>394</sup> que vai em direcção ao templo, pois é plausível, uma vez que o caminho antigo de Arraiolos-Santana passa por uma ponte, alegadamente, romana de um arco<sup>395</sup> só, por cima da Ribeira de Arraiolos. Sendo que, hipoteticamente teria como último destino, deste percurso, o *vicus* de Calântica.<sup>396</sup>

Chegando ao possível *vicus* de Calântica, partiria um caminho para Tomar possivelmente que fosse localizado junto da actual estrada ao pé do campo de futebol de Santana do Campo, para onde se pode ir para a Amendoeira e depois Monte do Pequito, Granja.<sup>397</sup> Francisco Bilou refere a possibilidade do caminho seguir para Torre das Águias (pela antiga “estrada da Cumeada”, ainda hoje reconhecível no terreno), Mora ou Cabeção, Montargil e Tancos porto de passagem do Rio Tejo.<sup>398</sup>

Em síntese, esta seria a ligação entre *Eborá* em direcção a *Sellium*<sup>399</sup>, tanto por assim escapar aos grandes declives, evitando também as linhas de água, ribeiras e seguindo o mais plano possível e em linha recta, e como André Carneiro refere na sua obra<sup>400</sup>, encurtavam-se algumas milhas, pelo menos de Évora a Santana em comparação com o trajecto actual.<sup>401</sup>

<sup>391</sup> Francisco Bilou, *Op. Cit.*, 2004, pág. 63-64.

<sup>392</sup> Tomar.

<sup>393</sup> Ver Imagem 182.

<sup>394</sup> Passando a Ponte da Norata, ponte que liga o caminho entre Arraiolos e Santana do Campo, actualmente, considerado o caminho velho, devido ao novo trajecto de asfalto de ligação entre a vila e a aldeia.

<sup>395</sup> Ver Imagem 183.

<sup>396</sup> Ver Imagem 210.

<sup>397</sup> Ver Imagens 184-189.

<sup>398</sup> Ver Imagens 201-209.

<sup>399</sup> Tomar.

<sup>400</sup> André Carneiro, *Op. Cit.*, 2008, pág. 113.

<sup>401</sup> Ver Imagens 201-209.

*“Infelizmente para o restante território do Alentejo central as realidades são muito mais indefinidas. Pouco conhecemos da zona Noroeste, no arco de Vendas Novas a Mora, passando por Montemor-o-Novo e Arraiolos...”<sup>402</sup>*

No lado do Concelho de Arraiolos onde se situa o Vimieiro, encontram-se vestígios de possíveis caminhos romanos<sup>403</sup>, assim, surge outra hipotética via apresentada por esta investigação.<sup>404</sup> Trata-se de uma teoria plausível, pois seria de igualmente passagem pelo *vicus* de Calântica, apontado a Santana do Campo, de haver uma ligação que fosse para Montemor-o-Novo e Setúbal. Seria uma via paralela à actual Nacional 4, mas por Santana em direcção a Estremoz, isto vem no seguimento, das descobertas do Sítio dos Soeiros e do achado feito em Santa Justa<sup>405</sup>. Portanto, embora os mapas mais recentes não mostrem este caminho, possivelmente, pode trata-se de uma hipotética via.

Resumindo esta hipótese de via, é sugerido que existiria um outro caminho, além da via XII que se dirigia por *Ebora*, ainda por se assinalar, entre *Olisipo* e *Emerita Augusta*<sup>406</sup> que passaria pelo hipotético *vicus* de Calântica, ao que vários indícios parecem atestar a teoria, tal como na obra de Rui Lobo, o autor refere. *“A Ponte do Freixo, a cerca de dois quilómetros da vila, na direcção de Arraiolos, é uma construção nitidamente mais recente, aparentemente do século XVI ou XV, ou seja, da Baixa Idade Média. O tabuleiro curvilíneo e com guarda, tal como o arco e o aparelho de construção, aparentam claramente características medievais, tal como os silhares disformes e de grandes dimensões que compõem a calçada junto à ponte. No entanto, é provável que na época medieval tenham aproveitado a existência de uma ponte romana no local para a construção da ponte medieval que hoje podemos observar. Nesse caso seria uma ponte medieval assente em estruturas romanas.”<sup>407</sup>* Como prova arqueológica de tal facto pode-se observar a existência de um marco miliário junto da referida ponte, designado de Miliário da Ribeira do Freixo<sup>408</sup>.

Deste modo, a via proposta deveria possuir o seguinte trajecto *Emerita Augusta*, Elvas, Terrugem, Estremoz, *Calântica* (Santana do Campo), Montemor-o-Novo, Águas de Moura, *Caetóbriga* (Setúbal), *Equabona* (Coína-a-Velha), Seixal, *Olisipo*. Neste trajecto esta ponte referida faria parte do percurso, pertencendo a uma via imperial, com algum estabelecimento de paragem em Santana do Campo.

Naquela que se propõe ser uma via romana de ligação entre Lisboa e Mérida, paralela à actual Estrada Nacional 4, mas que não passaria por Arraiolos, ou seja, não seguia o trajecto actual da estrada de alcatrão. Tal como proposto anteriormente a via, saía de *Emerita Augusta*, Elvas, Terrugem, Estremoz, chegando ao Vimieiro, em que este território se trate de algo como um ponto de ligação de caminhos, pois diversas são as sugestões de vias que se fazem sentir neste

<sup>402</sup> Idem, *Ibidem*, 2008, pág. 99.

<sup>403</sup> Ponte sobre a Ribeira do Freixo, Miliário da Ribeira do Freixo, Santa Ana (este sítio apresenta um marco miliário, localizado já na freguesia de S. Gregório e Santa Justa). Sendo ainda apresentadas possíveis pontes romanas como são as Ponte da Frausta, Ponte da Fragelinha e Ponte da Herdade das Postas.

<sup>404</sup> Ver *Imagens 190-200*.

<sup>405</sup> Uma Árula votiva em mármore branco-amarelado, ver José D’Encarnação, *Op. Cit.*, 1984.

<sup>406</sup> Lisboa e Mérida.

<sup>407</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007, pág. 37.

<sup>408</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Op. Cit.*, 2013.

local, entre as quais diversas pontes, miliários e calçada que faziam ligações para os vários locais, deste espaço da Lusitânia e das suas vias. Aqui, no Vimieiro, e seguindo as sugestões da bibliografia<sup>409</sup>, com a ajuda do projecto LAPA foi possível localizar a Ponte do Freixo e também um marco miliário<sup>410</sup>, que hipoteticamente pertencia a esta via referida.<sup>411</sup>

Pode-se observar, neste trajecto, a Ponte da Ribeira do Freixo possuindo ainda marcas de desgaste da passagem de carros de tração animal no pavimento no tabuleiro. Com uma orientação no sentido E/W (com 15m conservados de grandes lajes de Granito do lado Este e com a presença de um marco miliário), e que segue o caminho proposto para a via de Mérida-Lisboa, passando por Santana do Campo.

Sendo que a ponte se encaminha naquela que é a direcção proposta, assim, esta via começa a ganhar solidez já que o trajecto a isso deixa condizer e juntando ao marco miliário, nada mais, nada menos, do que parece ser uma via, paralela à "N4" com passagem porá proposta Calântica, em Santana do Campo. Mas antes da chegada a Santana do Campo, possivelmente a via teria outros locais de passagem que importa referir como o Cortiçal<sup>412</sup>, perto de S. Gregório, ou talvez alguma ligação ao Sítio dos Soeiros, perto da Aldeia da Serra, mas desta forma e tal como proposto, sem passar por Arraiolos mas sim um pouco mais a Norte e pelo, suposto, *vicus* de Calântica.

Já relativamente próximo de Santana do Campo, o acesso poderia efectuar-se pela actual Ecopista, mais em concreto, entrando na estação de Vale de Paio, depara-se com uma calçada de grandes lajes de granito<sup>413</sup>, com uma tipologia característica romana e com uma dimensão igualmente propicia para se considerar deste período. A via encontra-se construída de lajes pois neste ponto, vence uma linha de água, deste modo, ao longo desta proposta, este tipo de estrutura é único, até ao momento. Simplesmente nesta situação é que era necessário este tipo de construção, devido ao desgaste dos cursos de água, assim, esta via apresenta de largura de 4,20m e de comprimento de aproximadamente 9m.

Deste ponto seguiria para Calântica, possivelmente, e posteriormente, deveria seguir o trajecto algo semelhante ao actual caminho que liga Santana do Campo a S. Pedro da Gafanhoeira. A partir daqui a proposta segue igual à proposta anteriormente apresentada; Montemor-o-Novo, *Águas de Moura*, *Caetóbriga* (Setúbal), *Equabona* (Coína-a-Velha), *Seixal*, *Olisipo* (Lisboa).

A zona da actual vila do Vimieiro poderá ter tido caminhos a cruzar no seu território, devido às possíveis ligações e aos vestígios presentes. Deste modo, e além da hipótese levantada de ligação entre Mérida e Lisboa, surgem outros potenciais caminhos romanos, nomeadamente, pontes que sugerem outros trajectos e que foram usados em épocas posteriores, particularmente o período medieval. De realçar o marco miliário<sup>414</sup>, parte hoje da Ermida de Santa Ana (Vimieiro), que pode ter feito parte de uma destas vias que passava por este

<sup>409</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007.

<sup>410</sup> Miliário da Ribeira do Freixo.

<sup>411</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>412</sup> José Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, 1981.

<sup>413</sup> Moinho da Liberdade 4.

<sup>414</sup> Estes localizavam-se nas vias romanas de milha a milha, o que corresponde à medida de 1487,50 metros, aproximadamente 1,5km.

território.<sup>415</sup>

*“A Ponte da Frausta é outra estrutura com características mais tardias em relação ao período romano. Os arcos góticos que apresenta permitem retirar óbvias ilações em relação à impossibilidade de ser uma ponte romana, tal como os seus contrafortes de cariz medieval. No entanto, o seu tabuleiro horizontal e rectilíneo e a sua localização deixam alguns indícios de que possa ter existido uma ponte romana neste local, da qual se podem ter utilizado as estruturas para a construção da ponte medieval que ainda hoje permanece erecta, algo muito vulgar na Península Ibérica.*

*Já a Ponte da Fragelinha, ainda em relativo bom estado de conservação, é, essa sim, uma construção nitidamente romana. Para além da arcaria e do aparelho de construção com claras características dessa época, o seu tabuleiro é coberto por calçada romana, a qual se prolonga por mais alguns metros em ambos os lados de acesso à ponte.*

*Por último, temos a Ponte da Herdade das Postas que actualmente já não apresenta características romanas, uma vez que foi muito adulterada ao longo dos tempos. Mas o caminho de lageado romano que se lhe segue denuncia que a sua primitiva construção é de período romano, facto que obviamente só se poderá comprovar através de uma exploração arqueológica ao seu aparelho de construção. Já o caminho de calçada é inquestionavelmente romano.”<sup>416</sup>*

Resumido, a actual freguesia do Vimieiro apresenta-se mais como espaço de ligações de possíveis, do que um território a ter possuído um grande povoamento, identificado até ao momento. Porém, não era norma romana construir caminhos no vazio espacial, embora as condições topográficas e do próprio solo sejam somente favoráveis ao estabelecimento de vias. Logo, nesta zona do concelho são identificados marcos miliários<sup>417</sup>, as referidas pontes e bem como estruturas militares, nomeadamente, o Sítio dos Soeiros e o Castelo do Mau Vizinho, apontando não mais que um cruzar de caminhos, “semelhante a um *caput viarum*” (sendo que o uso desta expressão é com muitas reticências), em direcção a áreas de povoamento e recursos.

## **7.9. Povoamento Medieval**

A transição do povoamento e dos sítios, romanos para medievais deverá ter em conta determinados factores e não só a mudança cronológica, pois diversos sítios<sup>418</sup> devem ter mantido uma continuação na Antiguidade Tardia, tanto pelo que foi possível observar em prospecção, na cronologia dos sítios, ou seja, por possuir a tipologia romana e medieval, nomeadamente, apontará para Alto Medieval. Nesta temática de transição da ocupação do espaço e de povoamento tem de se relacionar a época romana, tardo-antiga e alto medieval,

<sup>415</sup> Ver *Imagens 211-214*.

<sup>416</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007, pp. 37-38.

<sup>417</sup> Menciona-se a presença de marcos miliários romanos como são o Miliário da Ribeira do Freixo e o marco reutilizado na Igreja de Santa Ana.

<sup>418</sup> Exemplo disto são os casos do Monte da Represa, S. Pedro Gafanhoeira 6, Courela das Canavoiros 1, Monte de Santo Estevão 13, Almo 3, Monte do Aldeão 6, Pastaneira 10 ou Monte das Luzes 6.

pois determinadas incidências históricas ocorreram entre estas balizas temporais.<sup>419</sup>

A condição social, económica ou estrutural do espaço estudado vai ajudar a determinar as características do território, nomeadamente do actual pertencente a Arraiolos, permitindo através da potencialidade agrícola deduzir a intensidade e o nível de ocupação espacial durante as épocas romanas e medievais. A tipologia dos materiais encontrados à superfície, em determinados locais apresentam-se com características distintas da época romana e em correspondência com o período medieval, quer seja a nível de estruturas de habitat, ou de recintos. Porém, existem sítios<sup>420</sup> que apresentam elementos materiais em comum, derivado ao facto de a transição não ter sido efectuada de um momento para o outro ou de uma reutilização de materiais, originando sítios que cronologicamente apresentam ambas, quer romano, quer medieval. Mas que somente com prospecção é de difícil interpretação. Posteriormente, ao povoamento romano a transição para a época medieval, foi decorrendo de uma forma um pouco distinta, uma vez que não ocorreu em tão larga escala pelo território<sup>421</sup>, ou seja, houve uma concentração maior na zona Sudoeste do concelho<sup>422</sup>, levando a que a população e os aglomerados possivelmente aumentassem.

Porém, a população não desapareceu totalmente do território ocupado em época romana, vestígios apontam para alguma continuação na ocupação do espaço fora do Sudoeste, mas em menor número. Seria plausível que os habitantes, agora em período medieval, fossem descendentes da população autóctone do território. A redução de sítios arqueológicos de época medieval em detrimento da romana, também pode-se ficar a dever ao facto da tipologia de materiais de construção das habitações, ou seja, neste período perde-se um pouco algum conhecimento e capacidade de se efectuar construções mais sólidas e duradouras. Deste modo, podem muitas não terem chegado até ao presente ou os seus materiais de construção serem de materiais perecíveis. Nota-se ainda que a aglomeração do povoamento medieval se fez mais sentir perto dos núcleos urbanos maiores, como o caso daquela que viria a ser a vila de Arraiolos e da futura aldeia de S. Pedro da Gafanhoeira<sup>423</sup>, bem como das vias principais.

A continuidade de determinadas ocupações espaciais poderá também querer dizer que as habitações das famílias que exploravam um território agrícola ou pastoriciamente, continuam a retirar rendimento mantendo a sustentabilidade económica, mesmo que a administração e comércio romano já tenham desaparecido há algum tempo. Estas sugestões relativamente à ocupação e povoamento rural, no actual território de Arraiolos, trata-se de uma possível interpretação dos materiais encontrados, uma vez mais, à superfície, e que refere o período de transição da época romana para a época medieval. Neste aspecto era relevante um melhor conhecimento da produção das propriedades, durante o período romano, e da sua rede comercial, com o intuito de perceber se em determinados sítios a produção seguiu uma continuidade.

---

<sup>419</sup> Ver ponto 3.4. *Alta Idade Média no Concelho de Arraiolos*.

<sup>420</sup> Ver nota 355.

<sup>421</sup> Algo que se pode observar nas imagens em anexo números 14-15.

<sup>422</sup> Ver *Imagem 15*.

<sup>423</sup> Como refere Túlio Espanca na sua obra *Inventário Artístico de Portugal*, já existir desde o século XIII e atravessada pela Ribeira de Vide.

A possibilidade de ter havido uma menor dispersão dos sítios medievais em relação ao que ocorria com os romanos, poderá também se encontrar relacionado com a insegurança que se assistiu após a queda do Império Romano. Assim, os aglomerados crescem em dimensão e população em detrimento dos diversos povoamentos dispersos por uma área maior, portanto, os núcleos urbanos, como Arraiolos e S. Pedro da Gafanhoeira situados neste lado Sudoeste do concelho, tendem a se formar e a crescerem. Isto também se pode observar na questão de templos religiosos, ou seja, com a dispersão romana, o diverso povoamento foi sendo efectuado próximo das vias romanas principais, anteriormente referidas, e do Templo Romano de Santana do Campo, num conceito de atracção pelo ponto central da religião, com a transição e épocas posteriores, estes núcleos que se formaram, levam à edificação de templos da religião cristã em cada aglomerado.

De assinalar, que o povoamento em Arraiolos, retornou ao sítio que tinha sido ocupado nos finais da Idade do Bronze Final, bem como se pode observar ocupação em épocas posteriores, no topo que viria a ser o povoado fortificado de Arraiolos, o castelo medieval, e núcleo urbano central do território. Este local poderá ter servido de reduto defensivo durante épocas cronológicas anteriores, conclusão apresentada pela Arkhaios<sup>424</sup>, mas que os dados até ao momento recolhidos, não confirmam tal facto. Contudo, confirmado é se estar perante um importante sítio do Bronze Final ou possivelmente de uma estrutura castreja circular. Será então novamente durante este período conturbado da Idade Média que a população busca a sua protecção e da fortaleza construída por D. Dinis. Deste modo, o povoamento voltaria a fazer-se em modos defensivos da pré-ocupação romana do território, ou seja, na Idade do Bronze, derivado à ausência de paz em larga escala.

É plausível que a actividade económica que se praticava no território pode ter mantido, quer a actividade agrícola, quer a pastorícia, conforme referido anteriormente pelos registos mais antigos conhecidos<sup>425</sup>, uma vez que denota-se que esta região mantém uma continuidade<sup>426</sup> nessas actividades desde tempos recuados, próprias das características que o território apresenta. Assim, a transição de povoamento de uma época para a outra, pode estar relacionada com os próprios acontecimentos históricos que marcaram este período, onde se busca não agora a dispersão pelas terras aráveis, mas sim a segurança de um núcleo aglomerado. Sendo então esta transição de uma época para outra mais caracterizada pela mudança da forma de povoamento e pela continuidade de actividades económicas.

O território que pertence ao actual Concelho de Arraiolos, não terá escapado aos diversos acontecimentos que decorriam no espaço europeu, deste modo, as diversas migrações dos povos considerados bárbaros, bem como o estabelecimento das monarquias desses povos germânicos e expansão, ao qual posteriormente se deu a entrada dos povos muçulmanos vindos do sul, até à tomada de todo o território por forças do Reino de Portugal, as terras arraiolenses sofreram grandes e diversificadas alterações de administração. A acompanhar este facto dá-se igualmente uma alteração de povoamento e do que se procura no território, como no caso da segurança e estabilidade em detrimento da dispersão territorial que acompanhava

---

<sup>424</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2005.

<sup>425</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 2000.

<sup>426</sup> Ver o ponto 4.5. *Recursos Naturais e Económicos*.

a segurança da *pax romana*, ou seja, a época romana traz a paz e segurança no mundo rural havendo uma grande dispersão de sítios, na transição da Antiguidade Tardia para a Alta Idade Média assiste-se a uma continuidade já com a instabilidade a fazer-se sentir neste território rural e com a chegada da Baixa Idade Média retoma-se a aglomerados de maiores proporções e ao reduto fortificado.

De acordo com os vestígios arqueológicos em prospeção a época romana corresponderá aos sítios de cronologia romana, a de transição para a Antiguidade Tardia corresponderá aos sítios com cronologia de ambos os períodos, entre o século VIII e X corresponderá aos sítios medievais e os de cronologia medieval e moderna já possivelmente encontraram-se ligados à transição da Baixa Idade Média.<sup>427</sup>

### **7.10. Recintos ou Estruturas de Cronologia Indeterminada**

Em outros casos, habitações singelas em um *fundus* poderão ser para uma classe familiar mais baixa, mas com o intuito do povoamento em determinado período, devido ao pastoreio sazonal ou trabalhos agrícolas específicos, ou mesmo serem espaços de *horreum*, ou outra estrutura semelhante, dos produtos e de utensílios usados na agricultura daquele espaço territorial. Devido às suas reduzidas dimensões e de frágil estrutura, bem com a escassez de materiais arqueológicos à superfície e aos variados sítios, uma vez mais na sua maioria do lado Sudoeste do território, a identificação e percepção de que estrutura se trata é desconhecida na sua totalidade. Embora no território arraiolense não seja identificado nenhum tipo de celeiro de armazenamento, subsiste a presença de recintos do qual a sua função é incerta, mas podendo estar ligada à pastorícia ou agricultura para a recolha de animais ou produtos e utensílios. Deste modo, mencionam-se o Monte do Caracho 3, Monte do Mesquita 4, Monte das Oliveiras 2, Moinho dos Mogos 1, Balanqueirinha 2, Balanqueira 8, Andorinhos 3, Andorinhos 2 e Picanceiras 7.<sup>428</sup>

Todavia, fica por esclarecer a funcionalidade de todo um conjunto destes recintos constituídos por grandes blocos graníticos não aparelhados, de dimensões e formas diversas, em cujo interior aparecem materiais cerâmicos diversos de tipologia romana mas cujo uso, nalguns casos, se parece prolongar até à época medieval.

## **8. Síntese Final**

No mundo rural romano pode-se assistir ao fenómeno correspondente à grande diversidade de divindades deste espaço, sendo um campo de investigação em crescimento, nos últimos anos. Estes cultos rurais aqui se estabelecem, e do qual a sua visibilidade, determinadas vezes se torna mais ampla e alcançando outras áreas do império. O grau de veneração do deus favorece a sua expansão religiosa. Estabelecidos em áreas geograficamente concretas, devido a determinados factores, estes cultos pode supor-se que tenham influência no contexto sócio-cultural, de uma rede de povoamento de determinada região, neste caso o Templo Romano da

---

<sup>427</sup> Ver fichas de sítios no vol. II.

<sup>428</sup> Ver fichas de sítios no vol. II.

divindade Carneus. Não sendo o ponto central desta rede de povoamento, mas possuindo uma grande capacidade de “domínio” social, através das características do próprio meio onde está inserido, ou seja, uma divindade muito ligada às actividades pastorícias e agrícolas num contexto rural de iguais atributos.

Para a investigação rural, uma divindade inserida neste contexto, terá uma determinada área de expansão, que não se propaga em contexto urbano, ou seja, encontra-se ligado a um local rural e um contexto próprio, um *genii loci*. Estes deuses do mundo rural ou natural já existiam no mundo romano do território itálico, porém, seriam deuses mais de um carácter regional, do que os deuses do Panteão, com alcance mais amplo a todo o império. Seriam deuses menores com uma invocação local, como as nascentes, montanhas, florestas, campos, entre outros. Assim, quando numa investigação arqueológica rural é descoberta qualquer tipo de vestígio de divindade ligada ao mundo rural, associa-se o culto somente a determinado povoamento rural e que não se deve estender muito além desta zona.

Deste modo, a investigação arqueológica dedica maior atenção àqueles de grande monumentalidade e dimensão extra-mundo rural, mas o peso das tradições locais actuais, podem sugerir alguma influência do mundo rural antigo. Estas tradições tendo uma origem em crenças de um determinado sítio regional, porém, rapidamente<sup>429</sup> se disseminam por uma região de maior amplitude espacial, no mundo romano. Esta situação pode ter criado um poder central através de um culto.<sup>430</sup> Ao trabalho arqueológico pode-se juntar esta temática<sup>431</sup>, quer pela presença de vestígios, tradições actuais, informações orais, instituições, entre outros, para se poder determinar se o culto rural é meramente local ou se este se encaixa numa rede de povoamento mais ampla no tempo e no espaço.

Com o estudo mais aprofundado de cultos rurais e com um estudo maior sobre as estruturas arquitectónicas, pode-se tentar conhecer o alcance do culto pela forma como são edificados templos ou dedicadas aras, bem como conhecer o nível de romanização destas populações que prestavam culto a esse deus do campo. Essencialmente a investigação, no que diz respeito às divindades rurais, encontra-se num patamar semelhante ao do restante estudo do mundo rural, em que se começam a dar os primeiros passos em relação a estruturas e povoamento.<sup>432</sup> O estudo de deuses rurais investiga as características dos “deuses de lugar” e do seu culto rural, analisando a perspectiva periférica do mundo romano e destes núcleos centrais. Todavia, carecendo a investigação arqueológica de informações que possam estabelecer a difusão de um culto religioso, não conseguindo estabelecer o tal ponto central.

Ao instituir-se um determinado culto religioso no mundo rural, pode-se analisar como o estabelecimento de um poder central de uma rede de povoamento numa determinada região e conseqüentemente aumento do números de sítios arqueológicos a encontrar. Esta colocação

---

<sup>429</sup> Exemplo disso são os santos populares, como o Santo António, padroeiro da cidade de Lisboa, e a sua festa com marchas, sardinhas assadas no pão e sangria, que levou a uma grande romaria à capital de Portugal. Mas um pouco por todo o país é efectuado o mesmo ritual destas danças e iguarias, neste mesmo período, numa difusão da festa de um determinado sítio a uma região maior. Embora se trate de uma anacronia é um exemplo da disseminação apresentada.

<sup>430</sup> Actualmente estas questões tradicionais em crenças antigas levam a que subsista uma herança de algum tipo de ritual, adaptado aos contextos do século XXI.

<sup>431</sup> De cultos, tradições, etnografia.

<sup>432</sup> Como é o caso do Santuário ao deus Endovélico, em S. Miguel da Mota, no Alandroal.

rural pode estabelecer uma ocupação populacional no espaço-temporal de uma área e encaminhar para outras investigações, como por exemplo, a hierarquia de sítios, as explorações agrícolas ou mesmo um melhor conhecimento das estruturas da região. Este não deve ser encarado como elemento base para uma investigação de povoamento ou de estruturas, mas sim encarado como uma definição do cariz de um povoamento, que poderá ou não, ser mais amplo do que à partida se aponta. Contudo, a religião quer hoje como no período romano é algo de difícil compreensão e de grande complexidade, ainda mais no mundo rural.

Os deuses rurais de carácter forte, sabe-se que são adaptados ao culto romano e assumidos como seus, por vezes através dos soldados que após a conquista territorial de um lugar levam o culto consigo, ou comerciantes que reconheceram a importância desse mesmo deus em determinado ponto. É graças a esses que se difundiram certos cultos religiosos e por meio de vestígios arqueológicos pode-se comprovar este facto.

Arqueologicamente com os cultos rurais encontrados quer seja na Península Ibérica, na França ou na Inglaterra<sup>433</sup>, associa-se meramente a contextos domésticos ou de um círculo privado, não fugindo muito desse âmbito rural e não sendo um culto oficial da religião romana. Assim, tal como sucedia com as características de um local para a exploração económica, a mesma interpretação é atribuída pela arqueologia actualmente. A distribuição espacial de um culto, encontra-se associada às características do mesmo, e ligada às actividades dos seus devotos, ou seja, um pastor prestará culto a uma divindade virado para a sua actividade, enquanto um agricultor optará por um deus ligado à terra.

Esta hipótese poderá ser encarada como uma tentativa de se chegar a divindades rurais locais, mas mais dificulta a percepção a nível da implantação de deuses romanos a indígenas, limitando assim o seu conhecimento sócio-cultural dos valores romanos, fora do contexto urbano.

Contudo, os romanos sempre se apresentaram muito ligados ao mundo rural daí ter existido uma facilidade em se praticar cultos rurais, em meio rural e no contexto doméstico, e de igual modo, este aspecto permitia estabelecer relações entre as elites romanas e a restante população apegados às tradições, possibilitando desta maneira a criação de redes entre a cidade consumidora e o campo produtor, sendo a religião o ponto central de ligação da rede de povoamento, pelos motivos referidos anteriormente. O poder central romano permitindo a continuação das tradições locais e romanizando-as, consegue estabelecer ligação, reforçando a ordem social e garantir a paz em determinado território, ainda assegura a transmissão dos seus valores usando as imagens e construções religiosas de carácter romano e introduzido as suas elites como as únicas capazes de gerir os cultos rurais.

Com a chegada dos romanos, o culto a Carneus à semelhança do Endovélico, torna-se romanizado, assim, adquire bastante força e importância o que levou ao mundo romano, a adoptá-lo. Com isto quer dizer-se que os romanos foram aos poucos adoptando o culto e apropriando-se deste, como demonstrado, em três epígrafes. Por força de ser uma divindade

---

<sup>433</sup> Como é o caso de Cernus ou Epona, divindades indígenas.

ligada ao gado, mas também à agricultura, não desaparece, mas sim ganha vivacidade e não só passa a ter um culto por parte dos romanos, como também por toda a sociedade em redor, tornando-se “no” ponto religioso do povoamento. Possivelmente, passando de culto isolado, a toda a região e tornando-se um núcleo central... Portanto, além da romanização da população, é igualmente o deus e o culto romanizado.

É bem notável a percepção da forma da epígrafe dos três devotos<sup>434</sup>, a literacia romana num culto a um deus indígena, aquilo que seria um culto que se transmitiu oral e localmente, torna-se com a escrita num culto mais característico do ideal romano e decerto, com maior dimensão, quer pelas romarias efectuadas, quer pelas pessoas que aqui passavam e tinham conhecimento desta divindade local, Carneus.

Com os templos rurais pode-se observar o poder desse povoamento quer a nível sócio-económico, quer a dimensão da divindade no mundo romano ou que nível de cultura romana que esse povoamento possuía. Assim no decorrer dos últimos anos pode-se mencionar o caso do santuário consagrado ao deus indígena Endovélico, localizado no outeiro de S. Miguel da Mota.<sup>435</sup> Culto de cariz rural que levou a uma compreensão e organização da vida de uma comunidade e do seu relacionamento ou rede com outras comunidades.

Relativamente às vias, como foi mencionado na zona Este pode ter tido um cruzar de caminhos de Norte para Sul e de Este para Oeste, sustentado pela presença de vestígios arqueológicos.<sup>436</sup> Todavia, no lado Oeste, do actual concelho, que se supõe corresponder a um espaço habitacional, de produção, culto, entre outros, exigia, esta situação, igualmente a presença de vias, algo que os sítios arqueológicos comprovam. Assim, na freguesia de Arraiolos depara-se com diversos elementos de vias, algo visível ainda na freguesia de S. Pedro da Gafanhoeira e Sabugueiro, já na freguesia do Vimieiro e na freguesia unida de S. Gregório e Santa Justa, existem a presença de marcos miliários indicando alegados caminhos romanos.

Esta presença de marcos miliários deixa entender a existência de várias ligações de caminhos e a necessidade de melhor conhecimento da rede viária. Estes vestígios deixam a sugestão para a existência de uma dita via que passe pelo actual Concelho de Arraiolos, de Este para Oeste, assim, podem os vestígios e a presença de pontes ser indicadores de um trajecto, que facilitariam a passagem em determinados locais entre o Vimieiro e Arraiolos. Igualmente se depara com pontes, embora actualmente com características de épocas posteriores, para facilitar o acesso de movimentação, deste lado Este do concelho, apontando para a passagem de caminhos nesta zona de cota mais baixa e de menores acidentes topográficos no terreno. Pode-se observar uma grande presença nesta zona igualmente de sítios relacionados com a Pré-História.

Portanto, e em síntese final são propostos três caminhos romanos de maior relevância que atravessariam o Concelho de Arraiolos, deste modo, é apontado a existência de uma via de ligação entre as cidades de *Emerita Augusta* e *Olisipo*, paralela à N4. Menciona-se esta

<sup>434</sup> Ver ponto 6.1. *Santana do Campo*.

<sup>435</sup> Carlos Fabião, Amílcar Guerra, Thomas G. Schattner, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>436</sup> Ver ponto 7.8. *Vias*.

possibilidade devido a vestígios como a Ponte sobre a Ribeira do Freixo com um marco miliário, no seguimento deste traçado a calçada romana do Moinho da Liberdade 4 e que segue a direcção de Ponte da Norata em Santana do Campo, conhecida localmente como ter sido uma ponte romana e encaminhando-se para o templo. Este trajecto total, como mencionado anteriormente, seria então: *Emerita Augusta*, Elvas, Terrugem, Estremoz, *Calântica* (Santana do Campo), Montemor-o-Novo, Águas de Moura, *Caetóbriga* (Setúbal), *Equabona* (Coína-a-Velha), Seixal, *Olisipo*.<sup>437</sup>

Na zona do Vimeiro deduz-se a possibilidade de um outro caminho de Norte para Sul, devido à presença de vestígios como a Ponte da Frausta, o marco miliário da Ermida de Santa Ana e juntando os três locais de fortificações romanas do lado Este, Soeiros, Santa Justa 2 e Castelo do Mau Vizinho.<sup>438</sup> Por último refere-se aquele que seria o caminho entre *Ebora* e *Sellium*: Porta de Avis, Granito, Louredo, Monte da Oliveirinha, Monte do Divor da Estrada e da Parreira, Monte do Penedo, Solar da Sempre Noiva, Arraiolos, Santana do Campo, Torre das Águas, Mora ou Cabeção, Montargil e Tancos, sendo Tancos o porto de passagem do Rio Tejo. O trajecto no Concelho poderia passar por: Sempre Noiva, Pedra da Missa, Horta do Lopes, Pequenina, Colos, Palmeira, Aduinha, e seguir o caminho actual novamente até à Ponte da Norata.<sup>439</sup>

Um dos factores que leva à ocupação do território e localização de espaços habitacionais ou outras estruturas, encontra-se relacionado com questões dos recursos naturais, ou seja, o acesso a um local que tem um potencial bastante importante, sendo um lugar de escolha óbvia para a ocupação humana. Tal situação pode-se comprovar nos sítios arqueológicos que se depararam na sua maioria entre a actual vila de Arraiolos e em redor da aldeia de S. Pedro da Gafanhoeira, com o caso da Ribeira do Divor, por exemplo. Esta área apresenta diversas linhas de água e albufeiras (Divor e dos Minutos)<sup>440</sup>, possibilitando a produção agrícola e bem como a própria subsistência humana, juntamente com o nível de altitude presente nesta região Oeste do actual concelho, as linhas de água, bem como um clima mais ameno, do que na região Este, mais plana e “desértica”. Porém, também esta zona apresenta linhas de água, como a Ribeira de Tera, e a sua afluente a Ribeira de Fargela, de maior notabilidade quase na extremidade Este.

Deste modo, a maioria dos sítios arqueológicos, entre a actual vila de Arraiolos e a Aldeia de S. Pedro da Gafanhoeira, com a junção da geomorfologia, recursos naturais hídricos e orientação de encostas, pode-se dizer que em relação ao uso do solo houve em maioria a Sudeste, produção de culturas anuais associadas a culturas permanentes, isto é, produção de produtos hortícolas para consumo e abastecimento das urbes. A Oeste da actual vila de Arraiolos, possivelmente, existiam várias tipologias de culturas permanentes, ou seja, vinhas, pomares de olivais intensivos, tendo os mesmos princípios, consumo, venda e abastecimento. Encontraram-se ainda este tipo de culturas permanentes nas zonas de São Gregório e Igreja.

<sup>437</sup> Ver *Imagem 228*. Representado a vermelho.

<sup>438</sup> Ver *Imagem 228*. Representado a azul.

<sup>439</sup> Ver *Imagem 228*. Representado a amarelo.

<sup>440</sup> Embora estas barragens sejam de criação recente, os seus cursos de água são afluentes da Ribeira do Divor e Almansor, sendo o Rio Tejo onde desagua a primeira ribeira e a segunda é no Rio Sorraia.

Em Santana do Campo, no proposto, *vicus* romano de Calântica, provavelmente ter-se-ia conectado a uma via de ligação a Évora. A via deste percurso, estabelecida como uma via secundária, não é de afastar completamente a conjectura de uma ligação manifesta de *Ebora* com *Scallabis* e com *Tubucci*<sup>441</sup>. A carência de miliários ou de vestígios confirmados de calçadas não possibilita delinear o trajecto, ficando no campo da suposição. A passagem pela zona onde o Divor conflui no Sorraia é, contudo, uma hipótese.

Relativamente a Pastagem e Prados naturais, estas estariam possivelmente associadas a zonas de cotas inferiores, ou seja, maioritariamente planas, como o Vimieiro e a Igreja. Estas áreas eram utilizadas para pastagem e criação de gado. Em relação à ocupação em época Romana, no actual Concelho de Arraiolos, pode-se observar que existiria na sua envolvente toda uma área de *Saltus*, nomeadamente, Montados de Sobro e Azinho correspondendo à lógica Romana de zonas de vivência, *Ager* (produção) e *Saltus* (Bosques). Na época Medieval, embora a ocupação espacial não tenha grandes alterações em semelhança à anterior, pode-se observar que começa a surgir alguma ocupação na suposta zona de *Saltus*, nomeadamente, as ermidas da zona Este do actual concelho.

Deste modo, depara-se com diversos sítios, com semelhante posicionamento, sendo que estes juntam o recurso natural da existência de água, encostas propícias à produção agrícola, às vias de passagem pelo território, quer como forma de comércio e de comunicação. Sem mais trabalho arqueológico, além de prospecção, é complicada a percepção da dimensão de cada habitação e da sua família, ou seja, somente com os vestígios encontrados e espalhados, ou não, por uma vasta área, não se tem a noção do alcance da estrutura correspondente e igualmente não se consegue perceber a dimensão familiar, dos seus membros.

Unicamente, neste caso, é que se pode analisar com estes vestígios materiais e supor a dimensão, quer da estrutura, quer da família que a ocupava. Pode-se ainda analisar o tipo de solo, e com uma análise limitada, do alcance dos vestígios, alegar, a que tipo de estrutura pertenceria e qual a função, ou seja, supondo que se trate de estruturas habitacionais, de dimensão como *villae*, é de supor um vasto território e com finalidades de produção agrícola. Consequentemente, e seguindo a hierarquia de centralidade proposta, conforme as habitações descem nessa mesma hierarquia, os seus territórios descem igualmente em dimensão e qualidade, ou seja, passam a ter materiais e estruturas mais simples e modestos, os solos, poderão ser de inferior capacidade e a localização de vias ou recursos, não devem ser de qualidade superior.

Com a transição do período romano para o medieval as estruturas não deixam de ser habitadas, somente por ser do outro período, uma vez que a própria transição também não ocorreu instantaneamente. Assim, é bastante comum determinados sítios continuarem a ser utilizados por mais algumas gerações. Deste modo, em diversos sítios encontram-se vestígios característicos quer do período romano, quer do medieval, seja por ocupações posteriores ou seja por terem sido reutilizados materiais para a construção de novas estruturas durante a Idade Média. Mas, não se exclui a hipótese de na mesma época, determinadas estruturas

---

<sup>441</sup> Abrantes.

terem sido abandonadas e os seus materiais usados em reconstrução de novas estruturas.

Outra situação que ocorre com a transição de época, ou com o abandono e conseqüente retorno, encontra-se relacionada com a sobreposição de, por exemplo, estruturas medievais sobre as romanas. Deste modo, o sítio, agora destruído, pode apresentar ambas as cronologias, com materiais das duas épocas ou possuir características de uma e apresentar igualmente de outra. Por exemplo, habitações da Alta Idade Média sobre Romanas ou mesmo Romanas sobre épocas anteriores. Estas situações somente com prospecção arqueológica podem não apresentar toda a informação do sítio. Apontando para que determinados espaços ocupados, tiveram uma continuidade por tempos posteriores, como no caso do Templo Romano de Santana do Campo, assim, para o melhor conhecimento e mais informação, os sítios requerem trabalhos de escavações arqueológicas.

Em Santana do Campo, onde se apresenta a possibilidade de existência de um *vicus*, pode-se, através de percursos, seguir os hipotéticos caminhos romanos que passavam pelo actual território arraiolense e que teriam como conexão este suposto *vicus* romano. Deste modo, pode-se tentar compreender e circunscrever os caminhos percorridos e buscar algum sinal onde os viajantes do período fariam pausas nos seus trajectos, bem como o nível de povoamento em relação às vias. Na possibilidade de Calântica se localizar nesta pequena localidade do actual Concelho de Arraiolos, e sem um trabalho sistemático de escavações arqueológicas, pode-se supor (com muitas reticências...) a existência de algumas estruturas para o entretenimento dos habitantes ou dos viajantes que se encontravam de passagem...

Sem trabalhos de escavações arqueológicas, não se pode confirmar que tipo de função teria este espaço realmente, sendo a única evidência concreta, o templo, porém, a bibliografia tem apontado a que este seja o local do *vicus* Calântica. Deste modo, somente supondo, sem bases mais sólidas, é que se pode dizer que se trata de um *vicus* ou de um *mutatio*<sup>442</sup>, mas sem indicar que estruturas ou funções, pois só o templo é identificado e que pode unicamente ser isolado no meio do campo sem mais estruturas. No entanto, topograficamente é mais provável que Calântica fosse em Santana do Campo do que em Arraiolos, o actual maior povoado do concelho.

Este território, embora, se encontre estabelecido no contexto de planícies tradicionais do Alentejo, entre a pequena aldeia e a actual sede de concelho encontram-se umas pequenas encostas que não favoreceria as características de construções romanas, logo a aldeia seria muito favorável para ligações de vias e de recursos. Assim, o *vicus* pode-se ter estabelecido num área mais plana em relação às consideradas vias, declives do terreno, recursos e localização do povoamento, que se pode juntar ao possível trajecto que possa ter alguma ligação ao *Sítio dos Soeiro*<sup>443</sup>, local onde foi efectuado um trabalho arqueológico em 1999<sup>444</sup>, onde existe uma ocupação, desde o Bronze Final e claro no decorrer dos trabalhos encontrou-se uma grande quantidade de materiais arqueológicos proto-históricos e romanos republicanos.

---

<sup>442</sup> André Carneiro, *Op. Cit.*, 2011.

<sup>443</sup> Ver ponto 7.1. *Fortificações*.

<sup>444</sup> Manuel Calado, Maria de Deus, Rui Mataloto, "O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar" in *Revista de Guimarães*-Volume Especial II, 1999.

Deste modo, a hipotética presença de um *vicus* e com toda a sua “força gravitacional” para as restantes habitações em redor é essencial estabelecer a sua função, as estruturas, o modo de vida, conhecer melhor a mítica Calântica e que possivelmente ficaria localizada em Santana do Campo. Santana do Campo, com o seu templo pode ter sido considerado como ponto central da época romana, através da religião que conseqüentemente se encontra ligada às actividades económicas e vida das populações.

Com a presença de vestígios romanos<sup>445</sup> no outeiro do castelo medieval<sup>446</sup>, em Arraiolos, existe a possibilidade de ter ocorrido algo semelhante que a certas povoações<sup>447</sup>, ou seja, por vezes a população habitava em áreas planas e inferiores, característica própria dos romanos devido à sua forma de construir as vias (rectilíneas e em terrenos planos), as cidades pequenas ou grandes normalmente são nestas áreas com uma topografia de baixa altitude.

Ponderando de que o *vicus* de Calântica ser em Santana, pode ter dado o caso da existência de uma pequena guarnição militar, de vigia e controlo do território, como forma de manter a segurança das populações residentes e dos viajantes deste vasto território, a localizar-se no sítio do actual castelo. Todavia, devido aos poucos vestígios arqueológicos a suposição e comparação com outros locais<sup>448</sup> não passa de uma suposição por comparação e com poucos vestígios. Sendo que o mais provável é se tratar de alguma outra estrutura, porém, de realçar que se pode observar de um ponto ou de outro, ou seja, quer a povoação, quer o outeiro.<sup>449</sup>

O Templo Romano de Santana do Campo poderá ter tido influência como poder central, devido à religião e o culto a Carneus. Deste modo, são diversas estruturas habitacionais em redor da actual aldeia de Santana do Campo, tal como *villae*<sup>450</sup> que como Francisco Bilou sugeriu se tratar de uma orbita gravitacional destes espaços de residência maiores para os mais pequenos. A região do Concelho de Arraiolos e onde se localiza Santana apresenta uma boa qualidade, a nível de solos, pois expõe características propícias para o cultivo de cereais, searas de trigo, centeio ou cevada, boa vegetação, condições ideais para criar gado, e abundância de granito. Desde tempos antigos que esta região se encontra ligada ao mundo rural e estas actividades deveriam ser as principais, para as diversas funções. Igualmente outra actividade seria, a cultura do vinho, algo muito apreciado pelos romanos, neste aspecto existe uma grande qualidade no concelho, que se tem vindo a afirmar e supõe-se que na época romana também fosse uma referência na região.<sup>451</sup>

Um produto também que tem uma boa qualidade e que é produzido na região, sendo igualmente apreciado pelos romanos, é o mel. Outra qualidade, mas em relação a recursos naturais, que existe é a abundância de água, sejam ribeiras, barragens, linhas de água que

<sup>445</sup> *Tegulae* e bordo de ânfora *Haltern 70*.

<sup>446</sup> ARKHAIOS, *Op. Cit.*, 2005.

<sup>447</sup> *Amnaia* com Marvão e Idanha com Monsanto, e que praticamente possuem a mesma distância de Arraiolos/Santana-7/8 Km.

<sup>448</sup> Embora não exista, actualmente, suporte arqueológico para tal hipótese, a sugestão é efectuada através da presença de vestígios romanos no Castelo de Arraiolos e em Santana do Campo, bem como a comparação com os sítios apresentados na nota 447.

<sup>449</sup> Ver *Imagem 88*.

<sup>450</sup> Como é possível ver nas publicações *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos e Património (s) de Arraiolos*, a possibilidade de existir uma grande quantidade.

<sup>451</sup> Pode-se apresentar para justificar esta hipótese, para o período romano a presença de peso de lagar nos sítios do Sempre Noiva 10, Monte da Torre 4, Monte do Cuatrim, Monte das Luzes 5 ou Monte do Aldeão 1.

também era essencial à vida não só pela agricultura e pastorícia mas também por causa do banho, algo muito prezado no mundo romano. Isto é comprovado pela presença de vestígios romanos no concelho, quer seja de *villae*, quer seja de indícios de pequenas habitações isoladas ou de suspeitas de necrópoles, confirmado pelos trabalhos de prospecção arqueológica realizados no concelho.

O Templo Romano de Santana do Campo, foi apresentado por ter exercido algum tipo de influência central na questão do povoamento em época romana, devido ao meio rural onde estava inserido e às características da divindade venerada neste local. Contudo, com a transição para a época medieval, o ponto central de povoamento estabelece-se em redor de outro templo religioso, neste caso a Igreja do Salvador onde ao seu redor seria construída uma cerca para protecção da população.

Todavia, importa realçar que o proposto ponto central no templo de Santana do Campo perde-se na época medieval...mas por dados documentais, do início do século XX existe a informação de feiras e concentrações de gado em Arraiolos. Refere-se este facto, no sentido de que a tradição romana de romaria ao templo para pedir protecção para o gado ou boas colheitas, pode ter evoluído e transitado com o ponto central do povoamento, para Arraiolos. Em síntese quer em época romana ou medieval o povoamento fez-se em redor de dois centros de culto, apesar de motivações diferentes. Embora se pressuponha que a tradição romana tenha evoluído, também, e transitado de local como o povoamento.

Hoje em dia não subiste nenhuma tradição de romaria ou feira de gado no Concelho de Arraiolos, porém, existem feiras ligadas ao Tapete de Arraiolos. Deste modo, pode-se supor que da romaria romana, tenha evoluído para as feiras de gado, acompanhada pela actividade agrícola, como a plantação de linho, e da pastorícia, nomeadamente, da criação de ovelhas, elementos de composição de Tapetes de Arraiolos. Estas feiras sejam a evolução de uma romaria que começou na época romana.<sup>452</sup>

A compreensão da existência ou não de uma rede rural de povoamento, com idênticos objectivos, ou seja, um carácter económico e comercial baseado em actividades agrícolas sólidas, não se torna um campo de fácil conhecimento, e neste território a localização dos diversos sítios parece apontar para a existência de uma rede com interesses em comum. No território da Província da Lusitânia o estabelecimento de novos povoados levou à criação de uma rede viária de forma a ligar o maior número de núcleos, criando uma acessível circulação de bens ou pessoas, por todo o espaço bem como uma proximidade, até então não conhecidas. Esta nova circulação fazia-se sentir entre *civitates*, *villae* ou mesmo casais agrícolas, quer fosse através de vias principais ou secundárias. Nos casos mais interiores, como se trata do actual território do Concelho de Arraiolos, estas facilitavam a comunicação entre a *civitas* com as *villae* e/ou casais agrícolas, ou mesmo entre outras estruturas rurais. Se considerar-se a existência de uma rede, as vias seriam algo essencial para se fazer chegar os produtos desde estes locais rurais, onde se produziam, às cidades, locais que precisavam destes mesmos produtos de forma a subsistirem.

---

<sup>452</sup> Ver Imagem 229.

O povoamento do território pode sugerir esta possibilidade, estabelecendo o centro espacial para o Centro/Oeste/Sul do actual concelho, uma vez que após a conquista deste território, a maior parte do povoamento se efectuou nas zonas referidas usufruindo da *pax romana*.<sup>453</sup> O facto deste povoamento romano, como é o caso por exemplo de; Pinheiro 2 (240m), Courela Seca 1, Chaminé 5 (272m), Sabugueiro 3 (222m), Picanceiras 5 (292m), Colos de Cima (256m), Monte das Oliveiras 3 (229m)<sup>454</sup>, se efectuar na sua maioria em áreas de meia-encosta do lado Sudoeste/Oeste, pode encontrar-se relacionado com o melhor proveito do sol para a agricultura e também com o facto da presença de água. A presença romana nunca é escolhida ao acaso e os seus sítios de implantação encontram-se sempre ligados a locais com fácil acesso à água. Se derivado a algum factor não fosse possível a ocupação de um espaço próximo de alguma fonte de água, eram construídas estruturas para levar a mesma aos núcleos quer fossem urbanos, quer fossem rurais. Uma das principais preocupações das suas construções em relação à água, era que não faltasse o abastecimento da mesma para as pessoas, animais, construções, ornamentação, exploração de recursos e bastante importante para os trabalhos agrícolas. O povoamento do território, correspondente ao actual Concelho de Arraiolos, usufrui destes aspectos, pois trata-se de um local de meia encosta e baixo, próximo de linha de água.

No que se refere ao povoamento romano no actual território do Concelho de Arraiolos deu-se na sua maioria na parte Sudoeste do mesmo, zonas de cota entre os 200 e 300 metros aproximadamente, sendo que a localização do presumível *vicus* de Calântica é apontada a Santana do Campo, aldeia próxima desta área de maior densidade de povoamento, com uma altitude de 270m, na média de cota do povoamento romano do concelho, sendo relativamente uma baixa altitude. Este facto condiz com a matriz de povoamento romano.

Em todo o caso o núcleo central é aquele que por diversas razões, anteriormente referidas, possui um efeito de atracção, como em analogia a uma estrela e a sua atracção gravitacional aos planetas, e em semelhança, quanto maior e com mais relevância for a “estrela”/núcleo central, maior será a sua força de atracção. Pode-se comparar as cidades actuais e a sua força “gravitacional” em relação aos mais diferentes povoamentos que se encontram na sua envolvente. Contudo, presentemente, as facilidades de circulação e velocidade são bastante superiores.

Esta sugestão de núcleo central, em redor do templo e do possível *vicus*<sup>455</sup>, oferece à investigação arqueológica deste território, um conceito de “geografia central”, e estabelecendo um método com a finalidade de designar o local central de uma determinada região e os seus respectivos sítios secundários<sup>456</sup>. A empregabilidade deste conceito implica o levantamento de determinadas questões, como a função do Templo Romano de Santana do Campo e das actividades produtivas dos diversos sítios, função de tal *vicus*, conhecer melhor o culto à

---

<sup>453</sup> Paz romana em todo o território, ou seja, controlado por uma só entidade e assim não permitido as disputas de poder e garantido a segurança desse mesmo território.

<sup>454</sup> Ver fichas de sítios no vol. II.

<sup>455</sup> A centralidade deste território sugere estar relacionada com a exploração dos recursos característicos da região, ou seja, as actividades agrícolas e pastorícias, sendo que a concentração do lado Oeste do actual concelho, favorece essa compreensão.

<sup>456</sup> Aqui é sugerido a interpretação do estabelecimento das *villae* apresentadas e da sua centralidade no território em relação aos casais e aos pequenos/médios sítios mencionados no capítulo 7. De referir que o núcleo central que esta investigação apresenta é o *vicus* de Calântica, que se apresenta como sendo em Santana do Campo, bem como o estabelecimento de vias de ligação desta rede de povoamento.

divindade indígena Carneus, estabelecer a ligação do comércio com a rede de povoamento, ou comprovar a fiscalidade da *civitas* de *Ebora* sobre este território, entre outros. Assim sendo, somente após estas respostas é que se pode observar como possuindo uma rede de povoamento e conexão com outros núcleos de povoamento regional, como *Ebora*, criando a percepção de que o povoamento efectuado dentro de um determinado território faz parte da esfera de influência de um ponto central.

Neste território, somente com os trabalhos de prospecção, bem como as fontes orais possuírem pouca viabilidade, a análise dos sítios torna-se importante, para qualquer investigação. Esta situação ocorre pois estes tiveram diversas ocupações, tal como cronologias e funções distintas, por exemplo, um sítio que foi identificado como uma *villa* de grandes dimensões, assim, um ponto central de uma rede de povoamento a outras pequenas habitações, pode não ter tido ocupação no mesmo espaço temporal destas. Portanto, os sítios que se encontram ao seu redor podem não fazer parte da rede de povoamento do ponto central, uma vez que no decorrer da ocupação ou da *villa* ou das habitações em redor, uma das duas poder fazer parte de outro núcleo. Este exemplo expõe a situação de que pode se ter à partida um conjunto de sítios que sugiram uma rede de povoamento, mas não corresponder exactamente ao mesmo momento de ocupação espaço-temporal, justificando-se assim uma análise cuidada do povoamento e núcleos centrais.

Portanto, em redor das *villae* apresentadas, e como mencionada a analogia à atracção gravitacional, localizar-se-iam povoamentos rurais de características estruturais inferiores à da *villa*, podendo ou não se encontrar ligado à mesma via que fazia correspondência à urbe, ou então se estabelecer conexão através de uma via terciária.<sup>457</sup>

Os edifícios agrícolas podem ter funções distintas dentro da mesma propriedade mas de extrema importância para a gestão da habitação, e em relação à economia surgem os armazéns ou estruturas onde guardar a produção. Esta parte das construções na generalidade é a que se conhece melhor das habitações estudada através de escavações arqueológicas, pois em contexto arqueológico, por diversas vezes só subsistem as estruturas, sendo que os restantes vestígios eram perecíveis.

A *villa*, com melhor qualidade dos materiais de construção, sugestivamente pode-se supor que os solos apresentam melhores capacidades agrícolas, como tem sido indicado a *villa* “tem” uma hierarquia maior, bem como a sua localização em recursos deveria ter um grande proveito, como linhas de água ou até de vias. A localização destes sítios, em meia encosta, aproximadamente, entre 200 a 300m de altitude, onde possivelmente eram terrenos com algum tipo de suporte a garantir que a parte reservada à produção agrícola estive-se plana, para uma melhor produtividade. Isto ajudaria o estabelecimento perto de linhas de água, por exemplo, de percurso de maior desnível.

---

<sup>457</sup> Considerando que as vias principais ligavam as urbes mais importantes, as secundárias as de menor dimensão e relevância, em anacronia e comparando com a actualidade as principais seria a estrada que liga Lisboa a Évora e a secundária Arraiolos a Évora. Neste contexto a terciária seria a via que liga Arraiolos a Santana do Campo.

Em síntese pode-se referir que as *villae* apresentam-se ligadas à produção agrícola, sendo que uma parte seja para consumo próprio e uma maioria seja para o comércio, a nível de estruturas e materiais, e como anteriormente mencionado, estes possuem uma maior monumentalidade e luxuosidade. Desde logo, possui uma área de estruturas mais ampla, bem como as cerâmicas surgem com maior riqueza, ou seja, é distintivo deparar com cerâmica com pouca espessura ou *terra sigillata*. Já com os casais rurais, também se dedicam à exploração agrícola de um território, porém, estes não apresentam a grande quantidade de excedentes como na *villa*, distinguindo-se ainda pela construção, bem mais singela, dependendo do nível económico pode existir elementos como silhares e colunas com igual trabalho da *villa* romana. Nestas construções é comum a presença de elementos como cerâmica comum e de construção, embora, devido ao comércio possa notar-se alguns materiais mais luxuosos, como o caso de cerâmica mais fina do que é comum nestes sítios, entre outros. Portanto, no Concelho de Arraiolos pode-se indicar a presença de tais sítios, como foi indicado no ponto 7.3. *Villae*.<sup>458</sup>

Os casais agrícolas, que aparentam existir em maior número<sup>459</sup> no actual Concelho de Arraiolos, confirmam o seu carácter de área de exploração agrícola, que condiz com as condições do território, anteriormente apresentadas, tendo ainda como possibilidade a criação de gado e que vai de encontro à presença do templo romano com uma divindade ligada a esta actividade.

O tamanho da propriedade, com base unicamente em prospecção arqueológica, não se pode determinar, pois a dispersão de materiais encontrados podem sugerir uma grande variedade de possibilidades, para essa mesma dispersão e não significar a dimensão do sítio. Outro factor que não determina o tamanho de uma propriedade, associada a qualquer que seja a estrutura habitacional, é o tipo de uso de solo, ou seja, a produção e as remexidas no solo podem ou não se encontrar ligadas à sua utilização no período em causa, mas com os usos e poses posteriores essa mesma função pode ter desaparecido sem deixar vestígios, somente contribuindo para aumentar a área de dispersão de materiais arqueológicos.

Nas actuais freguesias do Concelho de Arraiolos podem-se observar as tipologias de sítios e desta forma analisar a sua distribuição espacial. Desta forma, constata-se que os maiores números de sítios<sup>460</sup> designados de “habitat” localizam-se nas freguesias de Arraiolos e da resultante da união de S. Pedro da Gafanhoeira e Sabugueiro, correspondendo à região com igualmente uma altitude propícia à produção agrícola.

É apresentado que a zona com menor número destes sítios<sup>461</sup> encontra-se no lado Este do actual concelho. As duas freguesias do lado Oeste possuem ainda um grande número de achados isolados<sup>462</sup>, que sugerem a presença de mais sítios de habitat. Na União de Freguesias de S. Pedro da Gafanhoeira e Sabugueiro, depara-se ainda alguns sítios de necrópoles, espaços ligados à morte. Já na freguesia de Arraiolos existem relatos de elementos funerários, como sepulturas ou lápides, podendo estar relacionado com este mesmo mundo dos mortos,

---

<sup>458</sup> Ver fichas de sítios no vol. II.

<sup>459</sup> Ver *Imagem 48*.

<sup>460</sup> Arraiolos - 45. S. Pedro da Gafanhoeira e Sabugueiro - 62.

<sup>461</sup> Vimieiro - 4. S. Gregório e Santa Justa - 3. Embora seja mais no Centro Sul a Igrejinha (com 4), encontra-se a Este de Arraiolos.

<sup>462</sup> Arraiolos - 18. S. Pedro da Gafanhoeira e Sabugueiro - 18.

alegradamente de *villae*<sup>463</sup>. Esta zona Oeste, principalmente, a freguesia de Arraiolos possui um elevado número de recintos, possivelmente relacionado com a criação de animais e que acompanha as actividades económicas deste território. Outro facto encontra-se relacionado com esta área ser a mesma do templo romano de uma divindade ligada ao culto da pastorícia.

Relativamente à ocupação e povoamento do actual território do Concelho de Arraiolos, somente com prospecção arqueológica, não é respondida a questão sobre qual seria a classe que dominava as propriedades, se os indígenas romanizados, elites aristocráticas que povoaram este espaço, uma outra população que veio para o território, ou uma outra situação não apresentada. Como se trata de espaço territorial que dentro da cronologia, estabelecida desta dissertação, teve uma diversidade de povoamento, torna-se complicado somente sem trabalhos mais aprofundados a compreensão de quem povoou o que concretamente, nem das suas cronologias.

A região do Concelho de Arraiolos, após a entrada dos muçulmanos na Península Ibérica, decerto que teve a presença deste povo<sup>464</sup>, tanto mais que o seu produto artesanal mais característico possui influências orientais. Tendo sido um território, localizado no actual Sul de Portugal, nomeadamente, no Alentejo, que teve uma forte presença islâmica e tendo sido esta zona mais tolerante religiosamente ao longo da história, deste modo, os povos de outras religiões viriam aqui um excelente espaço a habitar a que juntaram o facto de se tratar de um território com grandes condições para o fabrico de um produto tão típico e característico daqueles povos. Já desde os tempos recuados da época romana esta era uma zona que favorecia a actividade agrícola, como a plantação de linho, da pastorícia, nomeadamente, da criação de ovelhas, elementos de composição dos Tapetes de Arraiolos.<sup>465</sup> Porém, no estudo da história dos Tapetes de Arraiolos é apresentado como tendo uma origem mourisca, mas somente existem referências escritas a partir do século XVI, nomeadamente, 1598, e com os exemplares mais antigos a datar do século XVII. Deste modo, é apresentada como hipótese o povoamento de mouros expulsos de Lisboa pelo Rei D. Manuel I, em 1496, deixando um vazio temporal até 1598, e aos mais antigos Tapetes de Arraiolos.<sup>466</sup>

*Parece pois, pelas razões apresentadas, que Arraiolos pertencia a uma região territorial com o contexto ideal para o início de uma inovadora indústria de produção de tapetes, e Arraiolos em especial, por ter, aparentemente, uma ancestral tradição de tingimento de lãs.*<sup>467</sup>

O povoamento desta região, particularmente na vila de Arraiolos, com todas as condições favoráveis, deve ter sido efectuado por este povo, "...uma vila do interior do reino, de uma produção de tapetes com desenhos de influência oriental, de natureza intrinsecamente erudita, só poderia ter sido iniciada por pessoas com um elevado grau de conhecimento dos tapetes orientais e de regras esquemáticas de desenho. E que se tenha conhecimento, em Portugal, os tapeteiros mouros da comuna de Lisboa, do ponto de vista prático e artesanal, eram os únicos conhecedores da arte do tapete, razão pela qual foram tão protegidos pelos monarcas

<sup>463</sup> Como podem ser os sítios da Estrelada 1, Sabugueiro e Testos 5 / Testos 2.

<sup>464</sup> Comprovado somente na vila de Arraiolos, mas possivelmente o povoamento se estendeu ao restante Concelho de Arraiolos.

<sup>465</sup> Carla Barroseiro, Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2014.

<sup>466</sup> *Idem, Ibidem*, 2014.

<sup>467</sup> *Idem, Ibidem*, 2014, pp. 69-70.

portugueses." Portanto, os "...mouros em Arraiolos, estes certamente adotaram uma medida de salvaguarda muito própria das minorias convertidas, não manter costumes que pudessem ser associados à sua anterior cultura religiosa. Pelo que é bastante possível que os mouros em Arraiolos tenham encontrado no bordar dos tapetes uma solução para que não fossem identificados com o islamismo."<sup>468</sup>

Pode-se supor que com a ocupação muçulmana e com o povoamento desta região, aquando a sua entrada na Península Ibérica, este território já com as características que possuía e recursos, foi sempre um local favorável à produção de tapetes, facto que continuou após o território passar para a Coroa Portuguesa, pois os vestígios arqueológicos do complexo da Praça do Município apontam para que seja semelhante ao complexo de tinturaria de Fez, em Marrocos. De realçar que com as escavações efectuadas neste complexo de Arraiolos pode-se atribuir a sua utilização entre o século XIII e finais do século XV, não significando que não tivesse havido uma utilização em datas anteriores.

*"Pelas razões expostas e com base nas teorias existentes para explicar a origem histórica dos tapetes de Arraiolos, parece-nos mais verosímil a de terem sido tapeteiros mouros convertidos a iniciar a produção dos tapetes de Arraiolos, em detrimento da que defende terem sido bordados em conventos alentejanos por religiosas. E mais se reforça essa teoria se juntarmos aos dados apresentados os resultados das escavações arqueológicas realizadas na praça do Município. Tendo-se concluído ser muito possível que o complexo de fossas encontradas tenha feito parte de uma grande tinturaria existente nos séculos XIV e XV em Arraiolos, pela sua dimensão e características similares a tinturarias existentes no Norte de África, obviamente de tradição islâmica, parece plausível que essa tinturaria fosse conhecida da comunidade muçulmana portuguesa.*

*Assim, após o decreto de expulsão de 1496, apesar de pelos dados arqueológicos conhecidos as fossas já terem sido entulhadas e abandonadas em período anterior do século XV, é bastante viável que os tapeteiros mouros de Lisboa a procurarem o sul do território português por ser historicamente mais tolerante no plano religioso, tenham procurado um local onde houvesse uma tradição de tingimento de lãs e com facilidade de obtenção das mesmas de forma a poderem integrar-se na sociedade local, convertidos ao Cristianismo, mesmo que de uma forma apenas aparente, mas com a possibilidade de poderem exercer o seu ofício de tapeteiros, embora adaptados ao seu novo contexto e realidade."<sup>469</sup>*

Sobre o povoamento da vila ou território de Arraiolos, o registo escrito com maior antiguidade diz respeito ao ano de 1217, ano em que se dá a doação destes territórios, ao Bispo de Évora e ao Cabido, efectuado por o Rei D. Afonso II. A fortificação de Arraiolos entre os anos de 1306 e 1315 foi construída, com o projecto atribuído ao tracista D. João Simão, que desenhou os alicerces da muralha a igual cota, no outeiro coroado pela Igreja do Salvador, originando a configuração de um quase círculo de onde se submete um amplo cenário. No fim do século XIV, Arraiolos sendo uma vila com uma dimensão média e encontrando-se no trajecto entre Badajoz-Lisboa, obteve por esta altura uma respeitante importância no reino, demonstrado

<sup>468</sup> Idem, *Ibidem*, 2014, pp. 68-69.

<sup>469</sup> Idem, *Ibidem*, 2014, pág. 69.

quando o Rei D. Fernando faz doação a D. Álvaro Pires de Castro, irmão de Inês de Castro, e que já o mesmo monarca tinha indicado como primeiro Condestável do Reino de Portugal.

*“Em plena crise de sucessão, em três de Maio de 1384, e já como Regedor e Defensor do Reino, D. João retirou a vila a D. Álvaro (mantendo-lhe, no entanto o título de conde da vila), que “era mais inclinado aa parte del rei de Castela que ao mestre”, como bastantemente se percebe da arenga que fez ao Mestre de Avis, em Almada; por outro lado, as hesitações de D. Álvaro Pires de Castro entre os dois partidos, Mestre de Avis e D. João I de Castela, terão levado este último a retirar-lhe o cargo de Condestável de Portugal, entregando-o a Aires Gomes da Silva.”<sup>470</sup>*

Áreas como o possível vicus de Calântica, o Castelo de Arraiolos, a vila do Vimieiro, três sítios distintos em cronologia, terão sido as zonas de maior urbanidade, conflitos, comércio, trocas, relações sociais desde o século I d. C. até ao século XIV, portanto, devem ser locais com diversos vestígios arqueológicos. Mas é igualmente de referir que a vasta área rural do concelho, decerto tem em semelhante uma ocupação dos mais variados povos e culturas, mas tratando-se de zonas de ruralidade mais acentuada, o impacto que as alterações provocaram, nestes espaços rurais, deve ter sido menor.

Nas cercanias da vila e já no século XVI, crescia o aglomerado nomeado por *Ilhas*, com particularidades rurais. A população do termo encontrava-se reunida nas freguesias da Igreja, Santa Ana, S. Gregório e S. Pedro, que compreendia, além da sede, a aldeia do Sabugueiro. A grande maioria residia nestes povoados e a restante, em montes<sup>471</sup> dispersos pelas herdades do aro municipal.

Quando o Reino de Portugal consegue o controlo de toda a região envolvente à cidade de Évora, do qual fazia parte o então território de Arraiolos e do Vimieiro, a Coroa quer introduzir uma administração por si controlada e ao mesmo tempo povoar este “novo” território na sua posse. Enquanto concelhos distintos, Arraiolos e Vimieiro, tiveram os seus documentos igualmente diferenciados que atribuíam direitos, como no caso de Arraiolos referido em capítulos anteriores, e que acaba por anexar o Concelho do Vimieiro. De realçar que a vila, e então, Concelho do Vimieiro tratava-se de um aglomerado populacional com algum relevo na região, e somente assim se observa a importância de ter conseguido a Carta de Foral.

*“Os forais eram atribuídos às localidades ou aglomerados populacionais que denotavam um maior grau de desenvolvimento e estruturação social na época.”<sup>472</sup>*

Nesta última vila com o mesmo intuito de assegurar o mencionado controlo espacial, povoamento e administração é instituído o Foral por D. Martinho Peres, no ano de 1257, tendo permissão real de D. Afonso III para este acto.<sup>473</sup> Deste modo, o actual território do Concelho de Arraiolos encontrava-se dividido, Arraiolos para Oeste e Vimieiro para Este, este último, sendo então um espaço com as suas próprias fronteiras, direitos, administração senhorial

<sup>470</sup> Manuel J. C. Branco, Francisco Bilou, *Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos*, 2011, pág. 13.

<sup>471</sup> Trata-se de propriedades rurais no Alentejo, que possuem dimensões variadas e normalmente ligadas a actividades agrícolas ou de pastorícia.

<sup>472</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007, pág. 52.

<sup>473</sup> *Idem, Ibidem*, 2007.

distinta do actual concelho, estabelece-se como um concelho autónomo e com o seu próprio povoamento.

A vila do Vimieiro cresce, facto que vem provar<sup>474</sup> que esta se encontrava em amplo desenvolvimento, tal como o seu território, porém, nos séculos XIV e XV, os concelhos perdem poder para a administração da Coroa, e no ano em que é doado o Vimieiro a D. João Fernandes Lima, por D. Dinis, no ano de 1305, com as condições mencionadas anteriormente, é igualmente efectuada a escritura do documento referente à construção de um castelo em Arraiolos. Começando então Arraiolos a ganhar relevância em detrimento do Vimeiro, quer a nível populacional, quer económico, quer de poderes ou quer de centralidade da região, mas este foi um processo que foi-se dando paulatinamente.<sup>475</sup>

Com a transição que se foi efectuando na sociedade, do período romano para o medieval, igualmente se assistiu a uma continuação ou apropriação anterior, neste caso as vias medievais, continuam a usar as vias romanas, outras são abandonadas devido ao mau estado. Partido do ponto que em Santana do Campo se situava o *vicus*, estas vias podem ter sido abandonadas também devido ao despovoamento e conseqüente abandono da, actual aldeia, durante o período medieval. Deste modo, quando voltou a ter povoamento a “pegada” destas vias foi-se perdendo, até aos nossos dias, tornando-se assim mais complicado a sua percepção. Com o evoluir dos tempos e com o fecho das propriedades a situação ficou ainda mais crítica, ao nível de compreensão das vias, quer romanas, quer medievais.

Assim são apresentadas, uma grande quantidade de habitações<sup>476</sup>, junto às possíveis vias, uma vez que se encontram imensas de cronologia indeterminada, as *villae* que nesta fase foram localizadas, aparentam, grandes dimensões e em contacto com linhas de água. Muitas habitações podem ter continuado a serem ocupadas na época medieval<sup>477</sup>, quando o proposto *vicus* foi abandonado, em que os habitantes com raízes indígenas podem se ter mantido nos mesmos espaços regionais. Considerando-se como *vicus*, Santana do Campo, esta situação de continuidade da ocupação de época romana para a medieval não se verificou. Só com prospecção arqueológica é difícil distinguir entre abandono ou transformação em propriedade ao estilo medieval.

Fica, deste modo, por determinar a função destes sítios, a sua forma estrutural, mantendo a mesma característica de cotas não muito altas e com alguma parcela de planalto que poderia servir para a agricultura, sendo que as cotas um pouco mais elevadas ou com declives maiores, eram áreas propícias para a pastorícia. Em ambas as situações a localização perto de linhas de água era importante, pois no primeiro caso era necessário uma boa irrigação das culturas e abastecimento da população, no segundo caso para os animais poderem beber água aquando das suas pastagens.

---

<sup>474</sup> Jorge Fonseca, *Op. Cit.*, 1999.

<sup>475</sup> Rui Miguel Lobo, *Op. Cit.*, 2007.

<sup>476</sup> Leonor Rocha, Ivo Santos, Gertrudes Branco, *Op. Cit.*, 2013.

<sup>477</sup> Como no caso do Monte do Aldeão 6 ou Pastaneira 10 que apresentam as cronologias romanas e medievais, sugerindo a continuidade do espaço.

A grande concentração de sítios do lado Oeste poderá estar relacionada com as actividades exercidas pelas populações e pelo culto religioso, nomeadamente, pelo Templo Romano de Carneus, divindade ligada a essas mesmas actividades praticadas. Contudo, do lado Este a presença de poucos vestígios de habitat poderá estar relacionada com os solos, mais apreciados em outros períodos cronológicos, porém, usado em época romana, hipoteticamente, por vias ou cruzamentos de vias e na construção de fortificados para a conquista do território, deste concelho.

Estes diversos sítios de povoamento encontram-se conhecidos devido às prospecções efectuadas, não tendo ocorrido nenhuma escavação arqueológica de relevo de forma a contribuir para o conhecimento do povoamento romano ou medieval no actual Concelho de Arraiolos. Deste modo, os trabalhos de conhecimento destes locais foram somente efectuados através dos vestígios encontrados, como referido, à superfície, atribuindo uma característica e função, esta situação define um determinado sítio com uma tipologia. Porém, após uma escavação desse mesmo sítio a sua tipologia e função pode ser alterada, com o surgimento de outros materiais ou estruturas. Com isto é demonstrado que a hierarquia e tipologia de um sítio através de uma prospecção, funciona com uma primeira base para o conhecimento de que tipo de povoamento se efectuou em determinado espaço do território, e que pode ser alterado após um trabalho mais aprofundado e inserido num contexto local de toda a rede do Concelho de Arraiolos.

O povoamento, segundo a tipologia presumível dos sítios, aponta para uma caracterização da existência de uma quantidade relevante de habitações rurais e simples, que explorariam os terrenos, quer fosse feito num sentido comercial próprio, ou para um proprietário que arrendaria as terras. Pode-se observar a existência de elementos arquitectónicos de tipologia romana, com maior ou menor monumentalidade, sugerido assim, diferenças de poder económico ou de situação social, contudo, não são reconhecíveis os limites de exploração agrícola de cada família.

Mas não existe uma formalidade relativa a esta temática e na sua maioria indica que houvesse uma grande quantidade de pequenas famílias ou mesmo unifamiliares, que exploravam o território em redor das suas habitações, mas a forma como era retirado o proveito da terra, ou que encargos teriam, bem como o tipo de trabalho efectuado, são elementos do qual o conhecimento actual deste tipo de povoamento, no território correspondente a Arraiolos é desconhecido. Igualmente não se conhece que núcleo central ou rede de povoamento se fazia sentir neste espaço, todavia, pode-se observar a transição cronológica de sítios, relativa a estruturas de povoamento, do período romano para o medieval.

Relativamente à localização dos sítios, a nível de cota, constata-se que de uma forma genérica, existem diferenças conforme o período histórico em que o mundo se deparava, porém, a ocupação do espaço não se fez unicamente com este fundamento. O actual território do Concelho de Arraiolos, antes do domínio romano, tinha uma ocupação indígena em que devido à época em causa, de conflito, buscavam sítios de maior altitude, com o intuito de garantir uma melhor segurança. Quando a presença romana se começa a fazer sentir neste território, observa-se que surgem fortificações militares, do lado Este, que ao se tratar das primeiras

estruturas romanas no território, supõe-se que pode corresponder à conquista de Este para Oeste, e há necessidade de se estabelecer postos militares para a protecção e avanço das tropas romanas.

A geomorfologia do lado Oeste permite ainda uma ampla visibilidade do território envolvente, o que favorecia a ocupação quando em épocas de maior conflito, e da necessidade de garantir segurança ao habitat. Deste modo, a presença de fortificações de cariz militar, do período romano, apontando a sugestão da conquista do território arraiolense, encontra-se estabelecida em determinados pontos desta região, o lado Este por se tratar de uma zona mais “desértica” e com um reduzido número de sítios da época romana, pode-se observar a presença de ermidas correspondendo já ao período medieval.

Naqueles sítios que apesar da relativa paz, continuava-se a residir em pontos de elevada altitude, pode-se tratar de sítios indígenas que adoptaram determinadas estruturas e materiais, nomeadamente, da tipologia de construção romana, mas mantiveram a sua habitação neste “locais indígenas” de cota mais alta.

Neste lado Este, marcado pela freguesia do Vimieiro e da sua vila, observa-se uma cota baixa na generalidade, sendo um terreno propício à localização de diversos caminhos romanos. Assim, esta zona apresenta poucos sítios de tipologia romana, mas com óptimas indicações de vias ou de vestígios das mesmas, relacionando-se com a baixa cota do território, sugerido que esta região se trataria mais de uma zona de passagem do que habitacional ou produtiva. Os sítios arqueológicos encontram-se, maioritariamente, numa cota entre os 100 e 200m, possuindo poucos vestígios de habitações, mas ideal de vias romanos.

O lado Oeste, do actual Concelho de Arraiolos, encontra-se com cotas mais elevadas, sendo também a zona com maior concentração de sítios referentes a habitações, mais propícia para a produção agrícola e conseqüentemente, uma área com maior utilização. Aqui pode-se deparar com esses habitats quer sejam de tipologias romanas, quer sejam de tipologias medievais com uma altitude entre os 200 e 300m, embora esta seja a cota da maioria dos sítios arqueológicos no restante concelho. Refira-se que com o período correspondente ao fim do domínio romano a altitude dos sítios situa-se na sua maioria com uma altitude superior a 200m, algo parecido com a situação anterior à chegada dos mesmos, ou seja, no período pré-romano a cota é alta. Na generalidade durante a época medieval a altitude é elevada a rodar os 300m e superiores.

Através das prospecções efectuadas conseguiu-se abranger toda a área do actual Concelho de Arraiolos, contudo, existem zonas de maior predominância de sítios arqueológicos do que outros derivados a dois factores: primeiro por esta dissertação somente apontar àqueles sítios que correspondiam à época cronológica correspondente (romano e medieval); segundo pois certas áreas quer devido à vegetação, quer devido à sua posição geográfica, não correspondia nem apresentavam nenhum tipo de vestígios arqueológicos. Porém, é de realçar que certas zonas podem ter sofrido alterações, como da vegetação, por exemplo, e o que no presente não indicia possuir sítios, não quer dizer que debaixo do solo não existiam vestígios arqueológicos.

Certas habitações de reduzidas dimensões, materiais e, supostamente, de estruturas, localizadas, cerca das vias, encontrar-se-iam, possivelmente, mais ligadas ao apoio a todos aqueles que passariam por este território e não tanto às actividades agrícolas ou pastorícias, com vista a produção para venda. Esta situação pode explicar o elevado número de sítios<sup>478</sup> localizados do lado Oeste, do actual território do Concelho de Arraiolos, ou poderão ser pequenas habitações familiares indígenas, que com o domínio romano, mantiveram as suas residências em vez de se aglomerarem.

Conclui-se com esta investigação que o actual Concelho de Arraiolos, ao longo dos tempos, sempre teve uma grande presença humana, e no que se refere à baliza cronológica estabelecida para esta dissertação não fugiu à regra. Porém, observa-se uma maior concentração do povoamento quer romano, quer medieval, no lado Oeste deste mesmo concelho, ficando o lado Este mais desértico ou de isolamento, sendo um terreno com uma topografia mais plana e propícia à construção unicamente de vias. No lado Oeste a qualidade dos solos para o cultivo quer de cereais, vinha, entre outros produtos agrícolas, como a pecuária que aqui possui magníficas condições, recursos naturais de água ou de rochas, bem como qualquer outra actividade ligada à terra, fez com que esta fosse a mais povoada quer em época romana, quer em época medieval.

Em termos gerais, o trabalho de investigação proposto para esta Dissertação, que visava contribuir um pouco para a história do território desde que se constituiu como um *“Território Romano até ser um Condado Medieval”*, ou seja, procurava-se estudar *“A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos”* permitiu perceber alguma instabilidade no povoamento deste concelho com alterações entre o período romano e o período medieval. De facto, enquanto em época romana se assiste ao aparecimento (e crescimento) de um núcleo romano em torno de Santana do Campo e S. Pedro da Gafanhoeira, com a posterior alteração administrativa, estes núcleos perdem importância em favor de Arraiolos e do Vimieiro. Os vestígios arqueológicos dispersos pelo território apontam assim para uma alteração que, na prática, significou uma concentração do povoamento em torno de alguns aglomerados urbanos, no período medieval devido a mudanças sociais e económicas.

---

<sup>478</sup> Ver *Imagens 36-48*.

## 10. Fontes

*Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. II e IV, Américo Costa, 1930 e 1934.

Mapa dos Serviços de 1875, do Arquivo Distrital de Évora.

SIMÕES, A. Filipe, *Archivo Pittoresco*, volume 11, 1868, p. 27.

### ***Suporte informático***

*Arquivo Distrital de Évora*, <http://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=996340> acessido às 21h16 de 28 de Março de 2014.

*Câmara Municipal de Arraiolos*, [www.cm-arraiolos.pt](http://www.cm-arraiolos.pt), acessido entre 2013 e 2015.

*Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista “Professor Caldeira Cabral”*, [http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/pmapper/map\\_default.phtml?config=default&language=pt](http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/pmapper/map_default.phtml?config=default&language=pt) acessido entre 2014 e 2015.

*Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos*, <http://www.tapetedearraiolos.pt/arqueologia> acessido entre 2014 e 2015.

*Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos*, <http://www.tapetedearraiolos.pt/edificio> acessido entre 2014 e 2015.

Direção Geral do Património Cultural, *Portal do Arqueólogo*, <http://arqueologia.igespar.pt/> - <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/> acessido entre 2014 e 2015.

Governo de Portugal, *Secretário de Estado da Cultura, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico*, [www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70486](http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70486), entre 2013 e 2015.

Governo de Portugal, *Secretário de Estado da Cultura, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico*, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=imagens.resultados&subsid=148548&vs=52823>, acessido às 8h27 em 3 de Março de 2012.

*Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas*, <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=123> acessido em 2015.

*Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas*, <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=179> acessido em 2015.

*Instituto de Estudos Medievais FCSH-UNL FCT*, <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-oliveira7.htm#ftn20> acessido em 2015.

*Município de Arraiolos - Portal SIG*, <http://sig.municípioarraiolos.pt> (Internet) acessido em 2015.

*Município de Arraiolos - Portal SIG, <http://gis.cmarl.pt/> (Intranet) acedido entre 2014 e 2015.*

*OLIVAL, Fernanda (coord.), *Memórias Paroquiais 1758*, <http://www.portugal1758.uevora.pt/> acedido às 22h25 de 29 de Março de 2014.*

*Portugal Romano.com – Arqueologia Romana em Portugal, <http://www.portugalromano.com/> acedido entre 2014 e 2015.*

*Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1163](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1163), acedido entre 2013 e 2015.*

*Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2719](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2719) acedido entre 2013 e 2015.*

*Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Default.aspx](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx) acedido 2013 e 2015.*

### ***Suporte informático não oficial***

*Wikipédia, A enciclopédia livre, [pt.wikipedia.org/wiki/](http://pt.wikipedia.org/wiki/) acedido entre 2013 e 2015.*

## 11. Bibliografia

ADAM, Jean-Pierre, *Roman Building – Materials and Techniques*, London and New York, Routledge, 1994.

AIRES, Patrícia, CHAMBEL, António, DUQUE, Jorge, *CARACTERIZAÇÃO HIDROQUÍMICA DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DAS ROCHAS CRISTALINAS DO CONCELHO DE ARRAIOLOS -NOTA PRÉVIA*.

ALARCÃO, Jorge, *O Domínio Romano em Portugal*, Mira-Sintra, Publicações Europa-América, 1988.

ALARCÃO, Jorge de (Coord.), *Portugal das Origens à Romanização, vol. I de Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1990.

ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, Lisboa, Editorial Verbo, 1974.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Barcelos, Livraria Civilização, 1967.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Barcelos, Livraria Civilização, 1971.

ALMEIDA, José, *Elvas – Caia / Revista Internacional de Cultura e Ciência*, Nº3, Elvas, Edições Colibri/Câmara Municipal de Elvas, 2005.

ALMEIDA, Maria José de, CARNEIRO, André, MARTÍN, F. Germán Rodríguez, MORGADO, Paula, “De *Augusta Emerita* a *Olisipo*: proposta de traçado para o primeiro troço da via XII do Itinerário de Antonino” in *Arqueologia do Norte Alentejano-Comunicações da 3.ª Jornadas*, Lisboa, Edições Colibri/C. M. Fronteira, 2011, pp. 193-201.

ALMEIDA, S., *Relatório do projecto: O Final da Idade do Bronze em Arraiolos*, Lisboa, Arquivos da DGPC, 2009/2010.

ARKHAIOS – Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda, *Intervenção Arqueológica na Praça Lima e Brito- Arraiolos*, 2003.

ARKHAIOS – Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda, *Intervenção de Escavação Arqueológica no Castelo de Arraiolos*, 2005.

ARKHAIOS – Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda, *Realização de Sondagens Arqueológicas Terreno de Futura Ampliação do Cemitério de Santana do Campo, Instalações Sanitárias Públicas e Instalações de Apoio ao Funcionamento da Junta de Freguesia-Santana do Campo-Arraiolos*, 2008.

ARKHAIOS – Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda, *Realização de Acompanhamento Arqueológico de Obras e Escavação Arqueológica – Antigo Hospital do Espírito Santo- Arraiolos*, 2013.

ALVES, Francisco (Dir.), *Portugal Das Origens à Época Romana*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1989.

- BACALHAU, Patrícia, *Sebastião e Maria encontram o Castelo*, Lisboa, Facsimile, Lda., 2005.
- BARROSEIRO, Carla, LOBO, Rui Miguel (Coord.), *Tapete de Arraiolos – Centro Interpretativo*, Printer Portuguesa, S.A., 2014.
- BARROS, Maria Filomena, *A comuna muçulmana de Lisboa – Sécs. XIV e XV*, Lisboa, Hugin, 1998.
- BATISTA, Teresa (coord.), *Corine Land Cover Nível 5 Contribuição para a Carta de Uso do Solo em Portugal Continental*, Évora, Associação de Municípios do Distrito de Évora, 2009.
- BEAUMONT, Émilie, *A Idade Média*, Lisboa, Fleurus, 2007.
- BEAUMONT, Émilie, *Os Romanos*, Lisboa, Fleurus, 2007.
- BEIRANTE, Maria Ângela, *O ar da cidade – Ensaio de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- BILOU, Francisco, *A refundação do aqueduto da Água da Prata em Évora 1533-1537*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.
- BILOU, Francisco, *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Edições Colibri, 2004.
- ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz *et al.*, *Mundos Medievales-Espacios, Sociedades y Poder*, Santander, Editorial de la Universidad de Cantabria, 2012.
- BOMBARDE, Odile, *Como viviam os Romanos*, Livraria Civilização, Circulo de Leitores, 1988.
- BORGES, José, *Arraiolos revisitada a preta e branco*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- BORGES, José, *Castelo de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos, 2013.
- BRANCO, Fernando Correia, *Elvas na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2013.
- BRANCO, Manuel J. C., BILLOU, Francisco, *Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos, 2011.
- CALADO, Manuel João do Maio, DEUS, Maria Manuela Margarido de, MATALOTO, Rui Jorge Lopes, "O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar" in *Revista de Guimarães-Volume Especial II*, Guimarães, Casa de Sarmento 1999, pp. 759-774.
- CARNEIRO, André, "A Cartografia dos Cultos Religiosos no Alto Alentejo em Época Romana: Uma Leitura de Conjunto" in *HISPANIA ANTIQVA XXXIII-XXXIV*, Universidad de Valladolid, 2010, pp. 237-272.
- CARNEIRO, André, "Em *Pars Incerta*. Estruturas e Dependências Agrícolas nas *Villae* da Lusitânia" in *Conimbriga*, nº XLIX, 2010, pp. 225-250.

CARNEIRO, André, *Itinerários Romanos do Alentejo Uma Releitura de "As Grandes Vias da Lusitânia - O itinerário de Antonino Pio" de Mario Saa, cinquenta anos depois*, Lisboa, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Colibri Artes Graficas, 2008.

CARNEIRO, André, *Poder e Território: O Alto Alentejo entre o Império e a Antiguidade Tardia*, Universidade de Évora, pp. 547-567.

CARNEIRO, André, *Povoamento Romano no actual Concelho de Fronteira*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Fronteira/Câmara Municipal de Cascais, 2004.

CARNEIRO, André, *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*, Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora, 2volumes, Évora, 2011.

CARNEIRO, André, "Um Primeiro Olhar Sobre o Povoamento Romano no Concelho de Vila Viçosa" in *Callipole – Revista de Cultura*, n.º 21, 2013, pp. 211-232.

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Caminho, 2008.

COELHO, Maria Helena, "Espaços e lugares A festa - a convivialidade" in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*, [vol. 1] A Idade Média, coord. de Bernardo Vasconcelos e SOUSA. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, pp.143-169.

CORREIA, Virgílio, *Etnografia Artística Portuguesa*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1937.

*Dicionário de Ecologia Ilustrado*, Lisboa, Formar-Edições para Ensino e Cultura, Lda, 1983.

*Dicionário de Minerologia e Geologia Ilustrado*, Lisboa, Formar-Edições para Ensino e Cultura, Lda, 1984.

D'ENCARNAÇÃO, José, *A Estratégia do Poder na Roma Antiga*, Cascais, Associação Cultural de Cascais, 2014.

D'ENCARNAÇÃO, José, *Divindades Indígenas Sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.

D'ENCARNAÇÃO, José, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis-Subsídio para o estudo da romanização*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1984.

D'ORBAN, M., *l'Origine des lusitaniens*, Paris, Gauthier, 1823.

ECO, Umberto (Org.), *Idade Média – Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*, vol. I, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2011.

ECO, Umberto (Org.), *Idade Média – Catedrais, Cavaleiros e Cidades*, vol. II, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2013.

ECO, Umberto (Org.), *Castelos, Mercadores e Poetas*, vol. III, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2014.

ELIADE, Mircea, COULIANO, Ioan P., *Dicionário das Religiões*, Lisboa Publicações Dom Quixote, 1990.

ELIAS, Jamal J., *Islamismo*, Lisboa, Edições 70, 2010.

*Escritos & Transcritos- Século XX & Actualidades- Boletim Municipal 25 Anos*, Setúbal, Câmara Municipal de Arraiolos/Gabinete de Informação e Regiset, 2008.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*, Tomo VIII, Vols. I e II, ANBA, Lisboa, 1975.

Estudos de Organização do Território, Lda, *AGENDA XXI LOCAL DE ARRAIOLOS, RELATÓRIO DA 1ª FASE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO*, Lisboa / Arraiolos, Associação de Municípios do Distrito de Évora, 2004.

FABIÃO, Carlos, GUERRA, Amílcar, SCHATTNER, Thomas G., “A INVESTIGAÇÃO EM TORNO DO SANTUÁRIO DE S. MIGUEL DA MOTA: O PONTO DE SITUAÇÃO” in *Cadernos do Endovélico*, n.º 1, Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos do Endovélico, 2013, pp. 65-98.

FARIA, António Marques de, “Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 4, número 2, 2001, pp.351-362.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (Coord.), *Castelos das Ordens Militares-Atas do Encontro Internacional*, Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), 2014.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro De Sousa, *A Ordem Militar de Santiago no século XIV*, Dissertação de Mestrado, PORTO, 2002.

FERREIRA, A., *Caracterização de Portugal Continental*, pp. 19-61.

FONSECA, Jorge, *Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos*, Setúbal, Regiset/Câmara Municipal de Arraiolos, 1999.

FONSECA, Jorge, *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

FONSECA, Jorge, *O Foral Manuelino de Arraiolos*, Setúbal, Regiset, 2000.

FONSECA, Jorge, *O Foral Manuelino do Vimieiro*, Setúbal, Câmara Municipal de Arraiolos/Regiset, 1999.

FONSECA, Jorge et al., *500 anos do Foral Manuelino de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos, 2012.

FRANZEN, August, *Breve História da Igreja*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

FREIXA, Daniel, *Caminhos da Água – Costumes, saberes e hidráulica em Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos, 2012.

GILPIN, Alan, *Dicionário de Termos do Ambiente*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980.

- GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- GONÇALVES, Iria, *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.
- GRIMAL, Pierre, *A Civilização Romana*, Lisboa, Edições 70, 2009.
- GRIMAL, Pierre *et al.*, “A Europa das Origens ao início do século XIV” in LIVET, Georges, MOUSNIER, Roland (dir.), *História Geral da Europa I*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1986.
- GUERRA, Amílcar, *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, Edições Colibri, 1995.
- GUERRA, Amílcar, *et al.*, “Portugal no tempo dos romanos” in *Visão História*, Queluz de Baixo, Visão, 2012.
- HEERS, Jacques, *O Mundo Medieval*, Sintra, Edições Ática, 1976.
- JÚNIOR, Hilário Franco, *A Idade Média, Nascimento do Ocidente*, São Paulo, editora brasiliense, 2001.
- LEISNER, Vera, LEISNER, Georg Klaus, *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: der Westen*, Berlim, Madrider Forschungen, 1959.
- LOBO, Rui, *História e Monumentos das Freguesias do Concelho de Arraiolos - Relatório de Estágio Profissional*, Arraiolos, [S.L.]:[S.E.], 2006.
- LOBO, Rui Miguel, *Vimieiro, uma história por contar*, Évora, Casa do Sul e Junta de Freguesia do Vimeiro, 2007.
- LOPES, Bruno (org.), *Conversas à volta de Santana do Campo- 50 anos da Associação Social Unidos de Santana do Campo 1958-2008*, Lisboa, Unidos Santana do Campo, Apenas Livros Lda, 2010.
- LOPES, Bruno, *O Castelo de Arraiolos*, Lisboa, apenas livros, 2008.
- LOPES, Bruno, *Contributos para a História dos Tapetes de Arraiolos*, Lisboa, Apenas Livros e Terramar, 2009.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Livraria Civilização, 1979.
- LOT, Ferdinand, *O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*, Lisboa, edições 70, 1968.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1981.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2009.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, (Coord.), *Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”, vol. II de Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1993.

- MATALOTO, Rui, “Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 5, número 1, 2002, pp. 161-220.
- MATTOSO, José, (Coord.), *A Monarquia Feudal*, vol. II, “História de Portugal” (dir. José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- MATTOSO, José, (Coord.), *Antes de Portugal*, vol. I, “História de Portugal” (dir. José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- MATTOSO, José, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- MOITA, Patrícia, MIRÃO, José, “Notas sobre a Geologia da zona de Arraiolos” in *Património (s) de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos, 2013, pp. 9-14.
- MONTANELLI, Indro, *História de Roma-Da Fundação à Queda do Império*, Lisboa, Edições 70, 2010.
- MOREIRA, António, PEDROSA, Alcino, *As Grandes Datas da História de Portugal*, Cruz Quebrada, notícias editorial, 2004.
- NAVARRO, francesc, *História Universal-Roma*, Salvat, 2005.
- NOBLE, Thomas F. X., *From Roman Provinces to Medieval Kingdoms*, New York, Routledge, 2006.
- OLIVEIRA, Clara (revisão), *O bordado nos têxteis numa perspectiva europeia*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos, 2001.
- OLIVEIRA, P. Miguel de, “A Milícia da Évora e a Ordem de Calatrava” in *Lvsitania Sacra*, pp. 51-64.
- PARTRIDGE, Cristopher, *Enciclopédia das Novas Religiões*, Lisboa, Editorial Verbo, 2006.
- PASSÃO, Telmo, *Projeto para a valorização e salvaguarda do património urbano de Arraiolos-Relatório de Estágio Profissional*, Arraiolos, [S.L.]: [S.E.], 2015.
- PEREIRA, Gabriel, *Estudos Eborenses – História e Arqueologia*, 3 volumes, Évora, Nazareth, 1947-1951.
- PERES, Damião, *D. João I*, Porto, Vertente, 1983.
- PIMENTA, Maria Cristina, *Guerras no Tempo da Reconquista 1128/1249*, Lisboa, QUIDNOVI, 2008.
- QUINTELA, António De Carvalho, CARDOSO, João Luís, MASCARENHAS, José Manuel, *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo-Contribuição para a sua inventariação e caracterização*, Gráfica Europam, 1986.
- RAMOS PEREIRA, ZEZERE, J.L., MORGADO, P., *OS RECURSOS NATURAIS EM PORTUGAL: INVENTARIAÇÃO E PROPOSTA DE UM MODELO GEOGRÁFICO DE AVALIAÇÃO*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

RIVARA, J. H. da Cunha, *Memórias da Villa de Arrayolos - Parte I*, Arraiolos, FAC-SIMILE, Câmara Municipal de Arraiolos, 1983.

RIVARA, J. H. da Cunha, *Memórias da Villa de Arrayolos - Parte II*, Arraiolos, Regiset Artes Gráficas LDA, Câmara Municipal de Arraiolos, 1985.

RIVARA, J. H. da Cunha, *Memórias da Villa de Arrayolos - Parte III*, Arraiolos, Regiset, Câmara Municipal de Arraiolos, 1991.

ROCHA, Leonor, *Origens do Megalitismo funerário no Alentejo Central: o contributo de Manuel Heleno*, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols., Lisboa, 2005.

ROCHA, Leonor, SANTOS, Ivo, BRANCO, Gertrudes, *Património (s) de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos, 2013.

ROPS, Daniel, *A História da Igreja de Cristo*, vol. II, "A Igreja dos Tempos Bárbaros", Porto, Livraria Tavares Martins, 1960.

ROPS, Daniel, *A História da Igreja de Cristo*, vol. III, "A Igreja das Catedrais e das Cruzadas", Porto, Livraria Tavares Martins, 1961.

ROQUE, Fátima Faria (Coord.), "Atas Congresso Conquista e Romanização do Vale Do Tejo" in *Cira Arqueologia Online*, n.º 3, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca, 2014.

RUCQUOI, Adeline, *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

SAA, Mário, *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*, Tomo VI, Lisboa, 1967.

SAIDI, O., "A unificação do Magreb sob os Almóadas" in *A África do século XII ao século XVI*, pp. 37-76.

SALVATORI, Massimo L., "A Época de Augusto - O Império Romano" in *História Universal*, vol. IV, Espanha, Grupo Cofina, 2005.

SALVATORI, Massimo L., "A Igreja e o Papado - A Crise do século XIV. A Europa Fora da Europa" in *História Universal*, vol. VI, Espanha, Grupo Cofina, 2005.

SALVATORI, Massimo L., "A Queda do Império Romano do Ocidente - Carlos, o Grande. Povoamento e Guerra na Idade Média" in *História Universal*, vol. V, Espanha, Grupo Cofina, 2005.

SANTOS, A. L., *Trabalhos Arqueológicos no Convento dos Lóios-Arraiolos*, Relatório dos Trabalhos de acompanhamento arqueológico, Lisboa, Arquivo da DGPC, 1994.

SANTOS, A. L., *Trabalhos Arqueológicos no Convento dos Lóios-Arraiolos*, Relatório dos Trabalhos de acompanhamento arqueológico, Lisboa, Arquivo da DGPC, 1995.

SANTOS, José Costa dos, *Escavação Arqueológica de um Forno Romano- Exemplo de aplicação de medida minimizadora em contexto de obra*, Estradas de Portugal, S. A., 2011.

**De território Romano a Condado Medieval - A transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos**

SCHATTNER, G. Thomas, *A Igreja de Sant'Ana do Campo: observações num templo romano invulgar* in "O Arqueólogo Português", Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia-série 4, vol.19-15, 1995-1997.

SILVA, António Carlos, PERDIGÃO, José, *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos*, Setúbal, Câmara Municipal de Arraiolos, Regiset, 1998.

SOUSA, Bernardo (Dir.), *Ordens Religiosas em Portugal – Das origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

TEIXEIRA, António Estrela, *A Herança de Roma*, Mem Martins, Europa-América, 2001.

VASCONCELOS, José Leite de, *Religiões da Lusitânia*, I, II, III vol., temas portugueses (reimpressão facsimilada da 1ª edição), 1981.

VIDAL-NAQUET, Pierre (Dir.), *Atlas Histórico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

WARD-PERKINS, Bryan, *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*, Lisboa, Aletheia Editores, 2005.